



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E CULTURA**

JULIANA OLIVEIRA LESQUIVES

**SERTÕES, DIÁSPORAS E PARABÓLICAS:
ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE CONTEMPORÂNEO NO
ROMANCE *GALILÉIA*, DE RONALDO CORREIA DE BRITO**

Salvador
2012

JULIANA OLIVEIRA LESQUIVES

**SERTÕES, DIÁSPORAS E PARABÓLICAS:
ESTUDO DE REPRESENTAÇÕES DO NORDESTE CONTEMPORÂNEO NO
ROMANCE *GALILÉIA*, DE RONALDO CORREIA DE BRITO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Santos Ornellas

Salvador
2012

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Lesquives, Juliana Oliveira.

Sertões, diásporas e parabólicas : estudo de representações do Nordeste contemporâneo no romance Galiléia, de Ronaldo Correia de Brito / Juliana Oliveira Lesquives. - 2012.

111 f.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Santos Ornellas.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2012.

AGRADECIMENTOS

Ao PPGLitC, por abrigar meu Projeto de Pesquisa e por fornecer a estrutura necessária ao seu desenvolvimento.

À CAPES, pela bolsa concedida.

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação, Seu Wilson, Hugo, Thiago, Ricardo e Diego, pelo excelente trabalho.

Ao Professor Sandro Ornellas, pela orientação atenta e precisa.

Às Professoras Maria de Fátima e Florentina Souza, pelas aulas necessárias.

À Professora Alvanita Almeida, também pelas aulas necessárias, mas principalmente pela dedicada orientação em meu Estágio Docente - Mestrado.

A Vanusa Mascarenhas, Professora e amiga (nas horas vagas), quem me ensinou, nos primeiros tempos de Faculdade, que uma definição é mais que uma definição e que a cultura popular está sempre em movimento.

A Tatiana Sena, pelas contribuições ao Projeto que deu origem a este trabalho e por sua disponibilidade para ajudar.

Às meninas do Projeto de Literaturas Africanas, companheiras de estrada, Kelly Ane Santos, Miquele Batista, Darliane Costa, Aline Schimdt e Josy Eloi. E aos colegas do Programa de Pós-Graduação, Anísio Assis, Rosana Junqueira, Ester Duarte e Solange Santana, pelas contribuições ao trabalho, em sala de aula.

Aos meus pais, que sempre me incentivaram a prosseguir.

A Dôra, pelo abrigo e pela paciência que tem comigo.

A Ana Cristina, pelos ensinamentos de vida.

A Jaqueline Oliveira, pela revisão deste texto, pelas contribuições ao trabalho, pela amizade e pela cumplicidade.

A Victor, que me presenteia com sua amizade e com seu companheirismo. Obrigada pelo apoio e pelas demonstrações cotidianas de amor.

Aos meus pais, Paulo e Zélia, e a minha irmã, Sara.

E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo sem dono.
Euclides da Cunha, *Os Sertões*.

RESUMO

Este trabalho investe no estudo das imagens de Nordeste presentes no romance *Galiléia* (2008), do escritor Ronaldo Correia de Brito, e do modo como estas imagens se relacionam com a consciência nacional, com as imagens cristalizadas sobre a região e com as questões que perpassam as reconfigurações dos territórios e das identidades na contemporaneidade. Parte-se do entendimento de ser o Nordeste brasileiro um conjunto de imagens e de discursos, produto de uma repetição, por vezes, exaustiva de cenas que se delinearam, principalmente, através de produções artísticas, emergindo em um determinado período histórico: início do século XX. Esses discursos produziram a ideia de um Nordeste fechado, bem delimitado e facilmente reconhecível, tentando englobar uma multiplicidade de subjetividades em uma identidade aparentemente uniforme e determinada pelo território. Este trabalho discute como esses discursos que se consolidaram acerca do espaço Nordeste reaparecem em *Galiléia* (2008) entrelaçados a discursos outros que possibilitam a ressignificação da região, compreendida não mais como espaço meramente inscrito na natureza, mas a partir de seu caráter histórico e político e delineado pelas representações culturais. A análise aponta para a existência de reelaborações desses discursos, que implicam em contundentes estratégias de desmantelamento da naturalização acerca do Nordeste. Investigando a confluência discursiva entre um Nordeste de outrora e o contexto contemporâneo, no romance em questão, o estudo se debruça sobre as questões referentes à revisão da memória e da narrativa histórica sertaneja, aos trânsitos de pessoas e às hibridações culturais, tendo em vista as relações paradoxalmente homogeneizantes e contraditórias que a entremeiam.

Palavras-chave: Nordeste/espaco sertão. Identidade cultural. Territorialidade. Memória. *Galiléia*. Ronaldo Correia de Brito.

ABSTRACT

This work focuses in the study of *Nordeste* images present in the novel *Galiléia* (2008), by Ronaldo Correia de Brito, and the way these images are related to national consciousness with the crystallized images on the region and issues that underlie territories and identities reconfigurations in contemporary society. It got started with the comprehension of Brazilian Northeast as a set of images and discourses, product of repetition, sometimes exhausting, on scenes that are outlined, mainly through artistic production, emerging in a particular historical period: the beginning of the 20th century. Such discourses produced the idea of a “done” Northeast, well defined and easily recognizable, trying to encompass a multiplicity of subjectivities in an identity apparently uniform and determined through the territory sense. This work discusses how these discourses, which have been consolidated on the Northeast area, reappear in *Galiléia* (2008) tied with other ones that allow the redefinition of the region, no longer understood as a space merely inscribed in nature, but from its historic and political character delineated by cultural representations. The analysis points to the existence of these discourses remodeling, which imply in forceful disruption strategies of naturalization on the Northeast. Investigating the discursive confluence between a Northeast of an old and a contemporary context, the novel studied, this study focuses on issues relating to the revision of memory and historical narrative from *sertão*, people transit and cultural hybridization, in view of relations paradoxically both homogenizing and contradictory that intermingle them.

Keywords: *Nordeste/sertão* space. Cultural identity. Territoriality. Memory. Galiléia. Ronaldo Correia de Brito.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 FABULAÇÃO DAS ORIGENS – ASPECTOS DA EMERGÊNCIA E DA FORMAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO COMO PRODUTO SIMBÓLICO.....	13
3 MEMÓRIA E HISTÓRIA – GALILÉIA E A REVISÃO DAS ORIGENS SERTANEJAS	37
4 TERRITÓRIOS TRÂNSITOS E IDENTIDADES – NO RASTRO DE MIGRAÇÕES E DIÁSPORAS E O NORDESTE CONTEMPORÂNEO DE RONALDO CORREIA DE BRITO.....	58
5 SERTÕES E HIBRIDISMOS CULTURAIS – CONTROVÉRSIAS DA GLOBALIZAÇÃO E A CULTURA POPULAR EM MOVIMENTO	83
6 CONSIDERAÇÕES	102
REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

Os caminhos que resultaram nesta pesquisa partiram primeiramente do interesse em compreender a construção do imaginário, presente na cultura brasileira, acerca da região Nordeste, através dos símbolos que lhe foram sendo atribuídos. Em um primeiro momento, um estudo mais aprofundado acerca de produções artísticas que se dispuseram a representar a região nordestina me fez perceber que, para além de um conjunto de ícones bem articulados e homogeneamente apresentados, o Nordeste estava inserido numa teia de discursos, em muito, contraditórios. No decorrer desta etapa, o entendimento destas e de outras questões e as indagações sobre minha própria condição enquanto “nordestina” desaguaram na dúvida sobre a eficácia de uma representação que costuma de forma paradoxal fazer com que, por vezes, eu me identifique com esses enunciados e, por outras, com que eu sinta certo estranhamento, me afastando desse espaço. Essas reflexões incitaram o desejo de prosseguir com as atividades, a fim de analisar o tratamento literário dado a partir das últimas décadas do século XX às imagens de Nordeste, com o objetivo de detectar se há de fato um deslocamento discursivo, na literatura contemporânea, que corrobore a hipótese de que haja modificações que possam ser identificadas como reelaborações profícuas. Nessa perspectiva, pensar o Nordeste como uma comunidade imaginada permite analisar outros aspectos referentes às desestabilizações por que vem passando as identidades e os territórios na contemporaneidade. É entender a região como resultado de uma construção, de uma edificação representativa.

A leitura de *Galiléia*, primeiro romance de Ronaldo Correia de Brito, publicado em 2008, suscitou reflexões sobre a possibilidade de reescrita desse Nordeste, apresentando uma região inscrita na tensão entre passado e presente, entre pertencimento e não pertencimento. A narrativa de Ronaldo Correia de Brito corrobora a premissa de que os enunciados que tentam preconizar o Nordeste como fixo não são estáticos, como muitas vezes podem parecer ou são agenciados para parecer. Tendo em vista que as ideias não possuem lugares fixos, absolutos, e que passam por “deslizamentos” na produção de sentidos, diretamente ligados às mudanças que ocorrem no contexto em que são produzidas, podem ser identificadas constantes reelaborações e ressignificações. Essas mudanças permitiriam pensar o Nordeste e a cultura nordestina em sua relação com as transformações das últimas décadas referentes à intensificação da globalização e suas consequências e principalmente referentes aos questionamentos sobre a imutabilidade dos espaços e das identidades culturais.

O sertão em *Galiléia* (2008) aparece remodelado, revisto, em uma perspectiva que possibilita analisá-lo como um recorte regional aberto, múltiplo, sem negar as peculiaridades

que o compõem, mas sem negar, principalmente, as várias configurações possíveis às identidades dos sujeitos nordestinos. Aparecem no texto os trânsitos de informações e de pessoas que permeiam não somente o Nordeste, mas todo e qualquer espaço no mundo que esteja inserido nessa dinâmica contemporânea, atentando tanto para os benefícios – encurtamentos de distâncias, acesso a outras culturas – como para as contradições e desagregações dos processos que a configuram. É nesse sentido que foi sendo tecida a leitura do romance.

De antemão, faz-se necessário esclarecer a utilização alternada dos termos “sertão” e “Nordeste” neste trabalho. O sertão dos Inhamus é o principal cenário do romance, e, a princípio, as atenções estão voltadas para as mudanças dentro desta espacialidade. O que ocorre, no entanto, é que as relações tratadas no texto referem-se aos vários trânsitos dentro da região, de modo geral, e para além de suas fronteiras, e é justamente por esse motivo que o texto expõe uma região com seus limites diluídos, intermitentes.

Um outro ponto que deve ser ainda esclarecido refere-se ao agenciamento das imagens sobre a região presente em obras anteriores. Optei por não construir um capítulo dedicado à revisão dessas imagens por pensar que este seria, devido à existência numerosa de enunciados e imagens sobre o Nordeste, um trabalho pouco eficaz para o contraponto com as imagens presentes em *Galiléia* (2008). Decidi, então, chamar as imagens para compor o texto da dissertação à medida que elas iam se fazendo imprescindíveis. Com exceção da seção 2, em que percorro um caminho de revisão da fundação e difusão da imagem da região, as demais seções centram-se na leitura do romance, ao tempo em que convocam imagens já cristalizadas no imaginário social e plasmadas por outras obras.

Na referida seção, intitulada *Fabulação das origens: aspectos da emergência e da formação do Nordeste brasileiro como produto simbólico*, são apresentados alguns dos caminhos pelos quais foi sendo edificado o imaginário sobre o Nordeste brasileiro, compreendendo-o como produto da articulação de um emaranhado de discursos – artísticos, políticos, históricos – que, difundidos ao longo do século XX, lhe deram forma e sentido. Para ler tal aspecto me valho do conceito de “invenção das tradições” proposto por Hobsbawn e Terence (1984), que, admitindo o caráter fabulado das origens, admite também o poder simbólico que adquirem tais narrativas ao serem difundidas e incorporadas ao sentimento de pertencimento. De modo geral, o objetivo dessa seção é retomar a ideia de um Nordeste “inventado” e utilizá-la como ponto de partida para falar de representações de um Nordeste contemporâneo. O intuito é que esta noção – e as especificidades que a compõem – esteja presente ao longo do corpo do texto da dissertação, no entanto, para este primeiro momento

faz-se necessário traçar este caminho para se chegar aos questionamentos acerca da fixidez dessa “origem” nordestina em *Galiléia* (2008) e a seus pontos de ruptura.

Na seção *Memória e história: Galiléia* (2008) e a *revisão das origens sertanejas* são discutidos os conflitos encenados no romance no que se refere à identificação ou a não identificação das personagens com o lugar de origem, através dos questionamentos sobre a fabulação das narrativas de fundação da família Castro. Serão postas em pauta as interrelações entre o discurso histórico e o discurso literário, atendendo, dessa forma, às demandas do romance. Apresentando outro modo representativo, aparecem em confluência com os debates acerca da formação das identidades e de sua não fixidez e pluralidade, na contemporaneidade. Para tratar desse relacionamento, utilizaram-se os trabalhos de Wolfgang Iser, em *Atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional* (1975), de Sandra Pesanvento, em *Discurso histórico e narrativa literária* (1998), e de Linda Huchtheon, em *Metaficção historiográfica* (1991). E no que se refere às noções de sujeito foram trazidas as reflexões empreendidas por Michel Foucault, em *Sujeito e poder* (2009) e em *Arqueologia do saber* (2010), e por Stuart Hall, em *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (2003).

Territórios, trânsitos e identidades: no rastro de migrações e diásporas e o Nordeste contemporâneo de Ronaldo Correia de Brito, quarta seção desta dissertação, propõe-se a discutir as relações entre a identidade cultural atribuída ao Nordeste e a demarcação do território e de sua fixidez, considerando as desestabilizações a que vem sendo submetidos os espaços na contemporaneidade. Serão retomadas algumas imagens da migração, aspecto que marcou a representação do nordestino como povo nômade, contudo, geralmente, ligada aos desígnios da natureza e ao destino trágico. Uma mobilidade, que de modo paradoxal, manteve o nordestino preso ao solo, uma vez que não consegue encontrar um lugar melhor para viver. Os fatalismos cedem lugar à problematização identitária que leva em consideração as questões socioculturais, representacionais e o modo como os fatos são experienciados por cada indivíduo de modo diferente. A escolha pela estrada, pelo trânsito, espaço que interliga o local de partida e o local de chegada, remete à fragmentação dos espaços e dos territórios intensificada a partir das últimas décadas do século XX. Possibilidade para se pensar a reconfiguração dos espaços e a possibilidade de pertencimento a multiespacialidades. Para tanto, será trazido para o presente trabalho o conceito de multiterritorialidade do geógrafo Rogério Haesbaert da Costa (2010), em *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*, que fornece uma alternativa para a desterritorialização - geralmente vista como último resultado do movimento de fragmentação das identidades e dos

espaços na era contemporânea. A travessia, a negociação, não só entre territorialidades, mas entre códigos e hábitos culturais.

A seção 5, *Sertões e hibridismos culturais: contradições da globalização e a cultura popular em movimento*, traz a análise do inter-relacionamento da cultura popular, geralmente associada a elementos culturais produzidos na região nordestina e a chamada cultura de massas, tendo em consideração a influência que a mídia e, conseqüentemente, o consumo, exerce nas pessoas chegando a lugares cada vez mais remotos. Tem-se em consideração ainda as interferências e misturas por que passa a chamada cultura popular, de modo a tornar cada vez mais fluidas suas fronteiras. Foram acionados os conceitos de hibridismo cultural de Nestor Garcia Canclini em *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* (2003) que auxiliou na leitura das imagens, e as considerações de Milton Santos, em *Por uma outra globalização: do pensamento única à consciência universal* (2010), sobre as reações da cultura popular frente à massificação. Foram utilizados os debates sobre a afirmação de que não se trata de contágio da cultura popular, mas de misturas que muitas vezes também lhe são proveitosas. Serão abordadas tensões que envolvem as chamadas cultura popular e cultura de massa. O foco estará sobre a estreita relação e a impossibilidade de se definir uma linha precisa entre uma e outra. Com o intuito de analisar o romance sob essa perspectiva, foram escolhidas passagens do texto que mostram a “cultura popular nordestina” em contato com outros elementos e instâncias culturais.

Em suma, este trabalho tenta construir uma leitura do romance, atentando precisamente para os aspectos acima descritos sem o objetivo de impor ao texto uma questão central sobre os rumos que tomaram a representação do Nordeste/sertão neste início de século. Mas, a partir das pistas dadas pelo próprio romance, tentar entender esses caminhos por que vai sendo reescrito a região. Entender como esse Nordeste vai sendo construído e reconstruído através da literatura, e como *Galiléia* (2008) se torna peça fundamental para as discussões acerca dos espaços na contemporaneidade, e se faz a mola que propulsiona a investigação que ora se apresenta.

2 FABULAÇÃO DAS ORIGENS – ASPECTOS DA EMERGÊNCIA E DA FORMAÇÃO DO NORDESTE BRASILEIRO COMO PRODUTO SIMBÓLICO

Varada a estreita faixa de cerrados, que perlongam aquele último rio, está-se em pleno *agreste*, no dizer expressivo dos matutos: arbúsculos quase sem pega sobre a terra escassa, enredados de esgalhos de onde irrompem, solitários, uma margem de deserto. E o *facies* daquele sertão inóspito vai-se esboçando, lenta e impressionadoramente...

Euclides da Cunha, *Os Sertões*.

O Nordeste não é um fato inerte na natureza. Não está dado desde sempre. [...] O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamento, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença.

Durval Muniz de Albuquerque Jr, *A invenção do Nordeste e outras artes*.

Ao se tratar de região e de regionalidade, é necessário apontar para o fato de que as associações que costumam ser feitas entre identidade cultural e território ganham força se estes dois elementos forem concebidos como indissociáveis e se entre eles for estabelecida uma relação de completa referenciação. Geralmente compreendido como elemento unificador, o solo potencializa a condição de vida em comunidade, explicando similaridades culturais por meio de aspectos naturais. A identidade se torna algo inerente ao sujeito, único e coeso desde o momento de seu nascimento. Como bem nos lembra Paul Gilroy (2007), tal processo de naturalização justificou inúmeras segregações ao longo da história. Guerras civis, holocaustos e variados tipos de discriminações estiveram e estão pautados na submissão da identidade ao espaço físico. Nesse sentido, uma vez que a formação da identidade tem por base a relação que se estabelece com o outro, esta pode ser, ao mesmo tempo, posta a serviço de declarações de inferioridade e de superioridade. Os impasses podem ser vivenciados – mais sutilmente do que nas situações citadas acima, ainda que não estejam isentos de certa hostilidade –, se à identidade cultural for dado um *status* primeiro, sendo concebida como superior a outras formas de identificação, arraigada nos ideais de essência e de caráter – entendendo recortes espaciais, primordialmente representativos, como fornecedores de fronteiras fixas e confiáveis –, e “vinculada a lugar, localização e mutualidade” (GILROY, 2007, p. 126).

Em grande medida, isso ocorre porque se costuma hipostasiar o fato de que as regiões não são fundadas a partir de critérios previamente definidos. Vincular diretamente uma dada comunidade a suas fronteiras físicas de modo invariável implica, muitas vezes, no esforço de explicar naturalmente as peculiaridades culturais de determinado grupo de pessoas, tendo por consequência a essencialização de diferenças. Trata-se da tentativa de encerrar em demarcações precisas algo dificilmente delineável: a cultura. O movimento torna-se

tautológico quando se destaca o fato de que a própria instituição dos limites territoriais obedece a interesses administrativos e políticos.

Examinando interações entre geografia e representação no estudo da região e o esforço em classificá-la como objeto científico, Pierre Bourdieu (1989, p. 113) chama a atenção para o “efeito simbólico exercido pelo discurso científico ao consagrar um estado das divisões e da visão das divisões” e para a impossibilidade de compreender o que o autor chama de luta das classificações, sem antes romper com as oposições entre representação e realidade. Tomar a região como objeto de estudo requer perspectivas que vão além de visões deterministas (comumente empregadas pela geografia mais tradicional), de visões objetivas (voltadas para o custo, empregadas pela economia) e de visões estritamente simbólicas, que desprezam as ações políticas sobre o recorte. Nesse sentido, Bourdieu (1989, p. 113-114) explica que

As lutas a respeito da identidade étnica ou regional, quer dizer, a respeito de propriedades (estigmas ou emblemas) ligadas à origem através do lugar de origem e dos sinais duradouros que lhes são correlativos, como o sotaque, são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de di-visão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo.

No entanto, a eficácia do empreendimento, para ser alcançada, faz uso de meios que envolvem principalmente o âmbito representacional, uma vez que, como afirma Hall (2003a, p. 49), “as identidades são formadas e transformadas no interior da representação”. O movimento de sua constituição é inverso à concepção de uma identidade que partiria de um núcleo pré-existente em direção a veículos que lhe traria à “re-presença”. O estabelecimento das identidades, ao contrário do que se possa imaginar, se faz por meio da identificação e apreensão de dados representativos, produzidos e produtores dos sujeitos, pois estes não são fenômenos que pairam sem a interferência dos atores sociais, mas o reflexo do modo como os indivíduos concebem a si mesmos, os outros e o mundo. É na representação que são produzidas as identidades, ideia que desmistifica a existência de uma essencialidade da identidade, utilizada na sua posterior representação. O que há é a impossibilidade de singularizar identidades múltiplas formadas com base na diversidade étnica a partir de um único referencial ou de um conjunto reduzido de imagens e discursos. É preciso ressaltar, ainda, o caráter de incompletude das identidades:

[...] a identidade cultural não é jamais uma essência fixa que se mantenha, imutável, fora da história e da cultura. Nem é, dentro de nós, algum espírito transcendental e universal no qual a história não fez marcas fundamentais. Também não é “de uma vez para sempre”. Não é uma origem fixa à qual possamos fazer um retorno final e absoluto. (HALL, 1996, p. 70)

O que se evidencia a partir dessas afirmações é a urgência em rever esses pressupostos e em reconhecer o conhecimento geográfico como decorrente de interpretações feitas a partir das reflexões dos indivíduos que o fazem. Mas do que reconhecer que a geografia deve ter em conta elementos que ultrapassem a análise física – como a memória e os sentimentos –, o que está em jogo é admitir que o próprio “fazer geográfico” edifica espaços, memórias, culturas e identidades/identificações. Ele desenha, quantifica, define, inscreve e até colore os lugares e aqueles que os habitam. E, como todo ponto de vista, este é um recorte, conduzido por escolhas, por um processo de seleção que compreende as ações de incluir e excluir, ou seja, a eleição de determinados itens em detrimento de outros.

Retomando o estudo de Benedict Anderson (2008, p. 227), em que analisa os censos, mapas e museus como instrumentos de classificação, apreende-se como estes moldam, respectivamente, a forma de imaginar “a natureza dos seres humanos”, “a geografia do seu território” e a “legitimidade do seu passado”. Pondo em prática o censo, a população é interpretada em categorias que passam a ser separadas, unificadas, e que sofrem constantes recombinações, misturas e reordenações. Geralmente, pautados pelo desejo de atingir uma classificação isenta de equívocos, os recenseadores não sabem lidar com categorias indefinidas ou múltiplas, relegando esses casos a uma categoria indecifrável, que normalmente é nomeada como “outro”. “A ideia fictícia do censo é de que todos estão presentes nele, e que todos ocupam um – e apenas um – lugar extremamente claro. Sem frações” (ANDERSON, 2008, p. 230). Por sua vez, o mapa, como “abstração científica da realidade”, tornou-se importante método utilizado pelos europeus para conferir aparência legal à expansão de seu domínio, principalmente por meio de mapas históricos, que datados traziam atreladas além das aquisições territoriais, a narrativa dos processos. Colorir especificamente uma nação, estado ou cidade – e desse jeito destacá-las – confere resultado bastante eficiente para as afirmações de poder. A diferença de cor induz a se achar que se pode retirar cada região de seu contexto geográfico, conferindo-lhe um caráter de autonomia. Já à arqueologia e ao museu, relega-se a responsabilidade de desenterrar, classificar e guardar. O museu, em específico, cumpre a função de “proteger” e reter a memória de culturas que não existem mais, que ao mesmo tempo em que “recupera” o passado, mantém-no estagnado nas

amarras do tempo, congela-o livre das transformações históricas por que poderia ter atravessado. Juntos, estes três instrumentos – o censo, o mapa e o museu – detêm o controle de povos e regiões e o poder de instituir lugares determinantes.

Ainda segundo Bourdieu (1989, p. 116), o ato de proclamar as regiões realiza-se através de um “discurso regionalista *performativo*, que tem em vista impor como legítima uma nova definição das fronteiras e dar a conhecer, e fazer reconhecer, a *região* assim delimitada” [grifos do autor]. Decretar um território é, antes de tudo, um ato de fala, guiado por interesses políticos, que impõe, com objetivos administrativos, uma maneira de conceber determinado grupo, como indica a própria etimologia da palavra latina *regio*, advinda de *regere* (dirigir/governar), que implica a condução

[...] ao princípio da di-visão, acto mágico, quer dizer, propriamente social, de *diacrisis* que introduz por decreto uma descontinuidade decisória na continuidade natural (não só entre as regiões do espaço mas também entre as idades, os sexos etc.). *Regere fines*, o acto que consiste em “traçar as fronteiras em linhas rectas”, em separar “o interior do exterior, o reino do sagrado do reino do profano, o território nacional do território estrangeiro”, é um acto religioso realizado pela personagem investida da mais alta autoridade, o *rex*, encarregado de *regere sacra*, de fixar as regras que trazem à existência aquilo por elas prescrito, de falar com autoridade, de pré-dizer no sentido de chamar ao ser, por um dizer executório, o que se diz, de fazer sobrevir o porvir enunciado. [grifos do autor] (BOURDIEU, 1989, p. 113-114)

Nessa definição estão incutidas as noções de imposição e de sacralidade. O ato sagrado do rei tem por finalidade separar o que pertence do que não pertence, território sagrado *versus* território profano, passando do imaterial ao tangível, e sendo, assim, uma invenção, uma “construção mágica”, concretizada pelo discurso. Para a eficiência do processo ser alcançada, faz-se necessário o investimento, no âmbito representacional, por parte não somente do “outro”, mas principalmente daqueles que coabitam e que se sentem peça desse espaço.

No que se refere ao Nordeste brasileiro, essas considerações ajudam a analisar a região como construto político-simbólico, plasmado dentro das e pelas produções culturais. Ele, o Nordeste, é detentor de sentidos sociológicos, econômicos, artísticos e afetivos. A divisão política da região nordestina como conhecemos na atual configuração só vai ser estabelecida no final do século XX, mas precisamente em 1969. Basta lembrarmos que a primeira divisão do Brasil em macrorregiões foi proposta apenas em 1913, baseada em critérios naturais. Até a década de 60, por exemplo, o estado da Bahia não fazia parte do Nordeste. Essas datas

mostram que a delimitação da região nordestina é bastante recente na história nacional. No entanto, a carga semântica que atravessa o Nordeste faz com que tenhamos a sensação – e, por parte de muitos, a certeza – de que ele existe “desde sempre”, como obra da natureza.¹

Na cultura brasileira, marcada por diferenças culturais étnicas, produto de diversos modos de colonização ao longo da extensão territorial da colônia e de imigrações ao longo do Império e da República, o que se mostram são narrativas que – desde, pelo menos, o século XIX, impulsionadas por uma consciência de “nação livre” que permeou as décadas após a Independência e períodos posteriores - tentaram compreendê-la como um mosaico de regiões, ainda que não muito bem definidas. No que se refere à região Nordeste do Brasil, a incessante busca pelas “origens” do povo brasileiro instituiu no imaginário coletivo a figura do homem do interior, do sertanejo, como um dos símbolos de maior teor de “autenticidade nacional”, e a cultura sertaneja – que apesar da denominação se estender a outras áreas do país, atrelou-se com força notória à ideia de Nordeste – como repositório intocado das “nossas raízes”. Não obstante, essas narrativas tomaram como princípio as noções de descoberta e de resgate cultural, colocando a “cultura sertaneja” sob o símbolo da tradição. No início do século passado, Euclides da Cunha, no clássico *Os sertões* (2000 [1902]), livro de importância crucial para a construção e difusão das imagens de Nordeste – o qual será retomado mais adiante nesta seção – refere-se à cultura sertaneja como retida no tempo havia três séculos. De modo geral, a ideia que se fixou foi a de uma cultura presa às amarras do tempo, imutável e pertencente a tipos humanos matriciais que sumarizariam o sujeito nordestino.

A vasta produção de imagens e de discursos sobre o Nordeste propagou um sentimento de pertença², em que o reconhecimento como nordestino, muitas vezes, se sobrepõe a outras identificações. Este sentimento produz e sustenta um laço de comunhão, de modo a esquecer diferenças e a ressaltar similaridades. O sujeito se torna parte do todo em detrimento de sua condição enquanto indivíduo. Esse processo foi eficaz na produção de uma estética para o Nordeste, tanto para o sertão quanto para o litoral. Apesar de distintas, as duas imagens são extremamente fortes nas narrativas sobre a região. Talvez mais evidente, no

¹ Informações disponíveis no site do Instituto Geográfico Brasileiro - IBGE. <www.ibge.gov.br>.

² A noção de pertencimento faz parte do conceito de comunidade imaginada elaborado por Benedict Anderson (2008) para pensar a nação. Anderson define a nação como uma comunidade imaginada, limitada e soberana. Explicando cada um dos termos ele declara que ela é imaginada na medida em que seus membros se veem como fazendo parte de um mesmo grupo, ainda que seja impossível que todos se conheçam; é limitada porque se imagina que ela esteja encerrada em fronteiras precisas; e é soberana por possuir certa autonomia governamental. Aqui a ideia de pertencimento será reutilizada para tratar de comunidade num sentido mais amplo, enquanto um grupo de pessoas que se sentem parte de um todo e que fazem com que essa referência muitas vezes se sobreponha a outras.

entanto, seja o quadro que compõe o sertão. A própria palavra *sertão* usada nos primeiros séculos da colonização do Brasil para designar as várias regiões ainda não exploradas no interior da colônia, numa possível alusão ao termo *deserto/desertão*, passa a significar de maneira mais peremptória a parte da região nordestina castigada pelas secas (RODRIGUES, 2003). Os símbolos enredados em um conjunto já estabelecidos formam uma plasticidade para o Nordeste: uma beleza com a religiosidade quase pueril do sertanejo, com a poesia da Literatura de Cordel e das cantorias, com a persuasão dos traços bem marcados das xilogravuras –, entre tantas outras imagens que nos “constituem” como um povo singular.

Nas palavras de Almeida (2008, p. 74), “o sertão/espço não existe em si mesmo, mas unicamente através de um conjunto de efeitos ou de interações que ele engendra”. Essa ideia do “efeito” é interessante para por o espaço em “suspensão”, no sentido daquilo que não está arraigado e daquilo que está sendo avaliado. Esse procedimento se configura como estratégia de desmontagem da naturalização e da comum tendência de se considerar o Nordeste apenas pelo viés econômico, sem esquecer de que as identificações são construídas com base em matéria viva, nesta empiricidade que costumamos chamar de realidade, e de que esse é um caminho de mão dupla, que identificação e empiricidade vivem, portanto, em uma relação dialógica.

A perspectiva da construção implica, pois, o apontamento de um momento para a emergência desses espaços. O estabelecimento de um momento preciso para o surgimento, economicamente falando, de uma “questão Nordeste”, não é tarefa fácil, muito menos goza de consenso por parte dos estudiosos do tema. A necessidade de determinar seus limites emerge quando relacionada, principalmente, a reivindicações por melhorias para os problemas econômicos da região gerados, segundo esses discursos, quase que unanimemente pelas secas. Reclamações feitas por uma elite econômica e intelectual que, no começo do século XX, assistia ao declínio do poderio que, durante séculos, havia estado nas mãos de suas famílias. Ressaltando o papel contundente do Estado nesse processo, a socióloga Liduína Costa (2005) elenca ações que em conjunto com outros fatores ajudaram a compor a tecitura da região como a conhecemos hoje. Instituições como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, o Instituto do Açúcar e do Alcool, a Companhia de desenvolvimento do Vale do São Francisco, o Banco do Nordeste do Brasil participaram ativamente na construção da região. A autora chama a atenção ainda para as contribuições do *Manifesto Regionalista de 1926*, dos romances regionalistas produzidos em finais do século XIX e na primeira metade do século seguinte, para a força dos debates acadêmicos desenvolvidos a partir das últimas décadas do século XX, e para as propostas de planejamento do GTDN – Grupo de Trabalho para o

Desenvolvimento do Nordeste, criado em 1958. Este último, o responsável pela inserção dos estados do Maranhão e da Bahia e pelo estabelecimento, por meio da interpretação de dados, de diferenças “fundamentais” entre Sudeste e Nordeste. Também foram contundentes as ações da Superintendência do Nordeste, responsável pela demarcação das atuais fronteiras do região. Ultrapassando a esfera da política, essa postura teórica também considera o efeito modelar do simbólico ao se elaborar o espaço regional.

Em seu livro *A invenção do Nordeste e outras artes*, Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009), ao tratar do imaginário sobre o Nordeste brasileiro, atenta para a ideia de que a região não existiu desde sempre, e propõe uma data para o seu surgimento enquanto espaço geográfico e histórico. Segundo o autor, até o final da primeira década do século XX, o que se tinha era um Brasil dividido econômico e politicamente em duas grandes regiões: o Norte, “arcaico”, lugar onde estariam preservadas identitariamente as “verdadeiras” raízes do país, devido ao seu isolamento; e o Sul, industrializado, “desenvolvido”, caminhando para o progresso graças ao seu cosmopolitismo. Com a grande seca ocorrida em 1887, os holofotes foram desviados para a região. Como o próprio autor afirma, ele não pretendeu descobrir uma verdade sobre a região, ou fazer uma história do Nordeste como ele realmente é. Se debruçando sobre o final do século XIX e sobre boa parte do século XX, buscou entender por quais caminhos o Nordeste foi sendo confeccionado numa rede ou numa trama de sentidos.³

É, no entanto, em finais do século XIX que se começa a falar em Nordeste como parte diferenciada do Norte, ainda que de maneira um tanto imprecisa, utilizando-se, por vezes, um termo como sinônimo do outro. Até então o que se tinha era um país dividido em Norte e Sul. Falava-se de um Sul desenvolvido, industrializado, e de um Norte agrário.

As grandes distâncias, a deficiência nos meios de transporte e comunicação, o baixo índice de migrações internas entre Norte e Sul, tornavam estes espaços completamente desconhecidos entre si [...] (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 53).

³ Albuquerque Jr. se utiliza do conceito de “invenção” proposto por Hobsbawn e Terence (1984), em *A invenção das tradições*. Ponto que precisa ser levantado quando se trabalha com a construção simbólica de espaços diz respeito à concepção de invenção como falseamento da realidade. “Por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (HOBSBAWN; TERENCE, 1984, p. 9). Afirmar o Nordeste brasileiro como algo inventado não significa negar a existência de aspectos culturais presentes em localidades que compõem a região, mas compreender que os territórios são objetos que, repito, ultrapassam as imposições naturais e que são concebidas na representação e na identificação que produzem e são produzidas pelos sujeitos. “Inventar”, nesse sentido, assume o sentido de construir, produzir, formar.

Com a tentativa de encurtar essa distância, e movida por um desejo nacionalista/nacionalizante de conhecer o país em sua totalidade, a imprensa passa a se dedicar a “descobrir” o mundo longínquo do “Norte”, pois os focos enunciadores encontravam-se majoritariamente na parte “Sul”, onde as atividades editoriais tiveram maiores investimentos durante o século XIX. Para cumprir este intento foram realizadas expedições que, partindo do “Sul”, visavam melhor caracterizar os povos que viviam no restante do país, gerando notas de viagens que vão contribuir para a construção da identidade desses povos. Bastante influenciadas pelo pensamento naturalista, estas notas vão falar dos indivíduos através de seu relacionamento direto com as condições geográficas de modo geral, atribuindo determinados “atrasos” econômicos a condições climáticas e a questões raciais e responsabilizando o clima quente e a mestiçagem pela condição de “estagnação” em que se encontrava o país.

De fato, o período que compreende os anos entre 1870 a 1930 foi conturbado nos meios intelectuais no que diz respeito ao debate racial. Abarcando episódios como o fim da escravidão – e todas as medidas de leis que culminaram em seu acontecimento – e a Proclamação da República, esse final de século vai suscitar o desenvolvimento de estudos objetivando entender os passos do futuro do Brasil. As atenções direcionaram-se para os cruzamentos raciais e seus dilemas, pois se precisava de um projeto que definisse, além do destino nacional, os “critérios diferenciadores de cidadania”. Na década de 1870, o pensamento evolucionista e determinista, já em desuso no continente europeu, chega ao Brasil, e será agenciado para discutir as diferenças étnicas, sendo, portanto, adaptado da biologia para a sociologia. O darwinismo social forneceu as concepções de que as raças eram naturalmente diferentes e hierárquicas, e o evolucionismo social forneceu as bases para a crença de que essas diferenças passam por mutações e seguem rumo a um suposto estágio de perfeição (SCHWARCZ, 1993, p. 18). Para o evolucionismo e a teoria da seleção natural, as raças “inferiores”, no caso do Brasil, a indígena e a negra e os produtos dos enlaces entre elas mesmas e entre elas e os brancos seriam inexoravelmente aniquilados com o passar dos tempos.

Na contracorrente dos ideais Iluministas de igualdade entre os homens, no começo do século XIX, vão ser desenvolvidas perspectivas poligenistas, que tinham por princípio a distinção essencial das raças, chegando mesmo a considerá-las como espécies diversas. O poder de decisão do homem sobre sua própria vida estaria assim condicionado pelas especificidades da raça a que pertencia. Em contrapartida, tinha-se o monogenismo com a visão da humanidade como proveniente de uma origem única, seguindo também o viés do

pensamento religioso, no entanto, não raramente, atrelado à máxima iluminista de que os homens nascem bons, sendo corrompidos pela sociedade. Mesmo defendendo a unidade da raça humana, o monogenismo, assim como o poligenismo, serviu-se dos postulados darwinista-evolucionistas, seja para afirmar a existência de ancestrais comuns, origem partilhada, seja para comprovar a variedade inquestionável das “espécies humanas” (SCHWARCZ, 1993).

Nessa passagem de século, a imagem do Nordeste foi se construindo em oposição ao Sudeste, desenvolvido, branco e cosmopolita. A região nordestina tornou-se o “outro” da região Sudeste e, por conseguinte, o “outro” do Brasil. Um “outro” inferior, relegado ao desaparecimento, de acordo com pensamentos baseados nas teorias da época. Desse modo, a composição de uma identidade nordestina, como das identidades de modo geral, esteve, desde seu estágio embrionário, pautada na relação que mantém com a alteridade, pois apesar de comumente compreendida como similitude – trazendo em seu campo semântico a princípio a ideia de igualdade –, encontra-se em seu bojo a “diferença” como elemento catalisador.

Ainda durante o século XIX, na literatura brasileira, esses princípios estamparam as páginas dos romances naturalistas, inscrevendo tipos humanos baseados em suas “verdades científicas”. As produções literárias tornaram-se importantes veículos de circulação de ideias gestadas dentro das instituições responsáveis pelo trabalho acadêmico no Brasil.

Com efeito, a moda cientificista entra no país por meio da Literatura e não da ciência mais diretamente. As personagens serão condicionadas pelas máximas deterministas, os enredos terão seu conteúdo determinado pelos princípios de Darwin e Spencer, ou pelas conclusões pessimistas das teorias científicas raciais da época [...] (SCHWARCZ, 1993, p. 32)

Pintando “quadros naturais”, os romances naturalistas aliaram o evolucionismo à corrente determinista geográfica defensora de que o caráter dos homens é decretado pelo meio, se desenvolve a partir do meio, e extrai dele sua força vital. Desse jeito, fazia-se fácil entender as sociedades a partir do clima, do terreno e da paisagem. Esses escritos enfatizaram também outra temática: a presença do homem do campo, do homem puro e singelo, vivendo os dramas e as benesses da vida rústica. Todavia, é em 1902, com a publicação de *Os Sertões* (2000) de Euclides da Cunha e na esteira dessas interpretações, que os olhares vão mirar o homem nordestino mais detidamente. O episódio de Canudos nos anos de 1896 a 1897 atraiu as atenções para aquela porção “desconhecida do país” – o sertão baiano –, tão diferente do “conhecido” litoral. O livro de Euclides funcionará como uma espécie de mote das narrativas posteriores sobre o Nordeste, fornecendo-lhes imagens, através de seu minucioso estudo sobre

a geologia do local, das reflexões sobre a formação do homem brasileiro e dos “tipos nordestinos”, e de seu relato sobre o incidente da luta envolvendo o exército nacional e os, como denominados pelo autor, “jagunços”. Não raramente, *Os Sertões* (2000) é compreendido como marco na produção literário naturalista e como símbolo do conhecimento do verdadeiro povo brasileiro. Logo no prefácio, o autor deixa claro seu intento de descrever as raças e torná-las conhecidas, deixando esse legado para as gerações futuras, o que pode ser corroborado no excerto retirado do capítulo *O homem*.

Intentamos esboçar, palidamente embora, ante o olhar de futuros historiadores, os traços atuais mais expressivos das sub-raças sertanejas do Brasil. E fazemo-lo porque a sua instabilidade de complexos de fatores múltiplos e diversamente combinados, aliada às vicissitudes históricas e deplorável situação mental em que jazem, as tornam talvez efêmeras, destinadas a próximo desaparecimento ante as exigências crescentes da civilização e a concorrência material intensiva das correntes migratórias que começam a invadir profundamente a nossa terra. O *jagunço* destemeroso, o *tabaréu* ingênuo e o *caipira* simplório serão em breve tipos relegados às tradições evanescentes, ou extintas. (CUNHA, 2000, p. 17)

Porque enquanto este patenteia todos os cambiantes da cor e se erige ainda indefinidores, o homem do sertão parece feito por um molde único, revelando quase os mesmos caracteres físicos, a mesma tez, variando brevemente do mamaluco bronzeado ao cafuz trigueiro; cabelo corredio e duro ou levemente ondeado; a mesma envergadura atlética, e os mesmos caracteres morais traduzindo-se nas mesmas superstições, nos mesmos vícios e nas mesmas virtudes. (CUNHA, 2000, p. 108)

Trechos como “o nordestino é apesar de tudo um forte” e como os que descrevem o sertão como deserto, como uma “terra ignota” acabaram por se tornar bastante conhecidos e recorrentes no imaginário dos brasileiros. A descrição da terra auxiliou a composição de inúmeros cenários romanescos, pictóricos e fílmicos do século XX. A oposição sertão *versus* litoral, interior *versus* capital, que vai se instaurar quando se fala de Nordeste, também deve sua aparição ao livro de Euclides. Essa temática da oposição acabou corroborando a ideia de que no interior é que estaria a cultura brasileira em seu estado puro em contraposição às estrangeirices do litoral. Esses dois lugares vão se modelando por contraste e criando uma situação paradoxal, por serem contradições de um discurso que pretende fazer da região um todo homogêneo e indivisível. Um sertão dos vaqueiros, da seca, de homens rudes e mulheres sofridas. No outro polo, está o litoral dos engenhos de cana de açúcar, das relações doces entre senhores de engenho e escravos, do clima úmido e chuvoso. Sem dúvidas, Euclides foi um dos precursores do “Nordeste”, alimentando não somente as artes que seriam produzidas posteriormente, mas a própria imprensa contemporânea a sua obra, já que o seu objetivo

primeiro era o relato e a divulgação dos feitos do exército republicano no combate ao “monarquismo”, na Guerra de Canudos, dada à grande repercussão do conflito em outros centros do país. Como bem aponta Walnice Nogueira Galvão (2003, p. 594), estudiosa da obra de Euclides da Cunha:

Essa guerra foi um marco na história da imprensa nacional devido a seu impacto fora do comum: pela primeira vez no país procedeu-se a uma cobertura jornalística em bloco no palco dos acontecimentos, viabilizada pela recente instalação de linhas de telégrafo sulcando o sertão. As principais folhas de Rio, São Paulo e Bahia criaram uma coluna especial, quase sempre intitulada “Canudos”, dedicada exclusivamente ao assunto, por toda duração da guerra.

Mesmo tendo sido enviado especial do jornal *O Estado de São Paulo*, estando na posição de engenheiro militar e a favor do republicanismo, Euclides foi responsável pela “denúncia” da guerra como uma ingloriosa “chacina de pobres-diabos” (GALVÃO, 2003, p. 599). Após o incidente foram dissipados os rumores de uma “restauração da monarquia”, constatando-se que se tratavam apenas de pessoas socialmente marginalizadas que buscavam o mínimo de recursos de sobrevivência em comunidade, de consolo espiritual na figura de Antônio Conselheiro, e que não possuíam qualquer ligação com movimentos antirrepublicanos, como alardeava o exército nacional. A respeito da postura cruel dos militares, pode-se ler nas páginas d’*Os Sertões* (2000) a descrição da execução dos prisioneiros de guerra. O trecho a seguir demonstra a posição ambígua em que se encontrava Euclides no que diz respeito ao projeto republicano:

A Degola

Chegando a primeira canhada encoberta, realizava-se uma cena vulgar. Os soldados impunham invariavelmente à vítima um viva à República, que era poucas vezes satisfeito. Era o prólogo invariável de uma cena cruel. Agarravam-na pelos cabelos, dobrando-lhe a cabeça, esgargalando-lhe o pescoço; e, francamente exposta a garganta, degolavam-na. Não raro a sofreguidão do assassino repulsava esses preparativos lúgubres. O processo era, então, mais expedito: varavam-nas, prestes, a facão. Um golpe único, entrando pelo baixo ventre. Um destripamento rápido... Tínhamos valentes que ansiavam por essas cobardias repugnantes, tácita e explicitamente sancionadas pelos chefes militares. Apesar de três séculos de atraso os sertanejos não lhes levavam a palma no estadear idênticas barbaridades. (CUNHA, 2000, p. 474)

A contradição de Euclides em relação ao acontecimento da própria guerra, apresentada ao final de seu relato, é a mais contundente. Mas essa ambiguidade encontra-se também na

descrição do espaço, corroborando sua postura paradoxal em relação ao próprio elemento a que foi destinado a descrever: os sertões da Bahia, relatando-os como “barbaramente estéreis; maravilhosamente exuberantes...” (CUNHA, 2000, p. 61). A seca, com seu ciclo quase imprevisível de súbitas chuvas e “intermináveis” estiagens, é um dos aspectos a que se dedica Euclides, e que se torna referência para outras obras.

Ajusta-se sobre os sertões o cautério das secas; esterilizam-se os areis urentes; empedra-se o chão, gretando, recrestado; ruge o nordeste nos ermos; e, como um cilício dilacerador, a caatinga estende sobre a terra as ramagens de espinhos... Mas, reduzidas todas as funções, a planta, estivando em vida latente, alimenta-se das reservas que armazena nas quadras remansadas e rompe os estios, pronta a transfigurar-se entre os deslumbramentos da primavera.” (CUNHA, 2000, p. 51)

A vegetação ressurgue subitamente, como podemos ler nos trechos que se seguem.

O Sertão é um Paraíso

E o sertão é um paraíso...Ressurgue ao mesmo tempo a fauna resistente das caatingas: disparam pelas baixadas úmidas os caititus esquivos; passam, em varas, pelas tigueras, num estrídulo estrepitar de maxilas percutindo, os queixadas de canela ruiva; correm pelos tabuleiros altos, em bandos, esporeando-se com os ferrões de sob as asas, as emas velocíssimas; e as seriemas de vozes lamentosas, e as sericóias vibrantes, cantam nos balsedos, à fímbria dos banhados onde vem beber o tapir estacando um momento no seu trote brutal, inflexivelmente retilíneo, pela caatinga, derribando árvores; e as próprias suçuaranas, aterrando os mocós espertos que se aninham aos pares nas luras dos fragueados, pulam, alegres, nas macegas altas, antes de quedarem nas tocaias traiçoeiras aos veados ariscos ou novilhos desgarrados... (CUNHA, 2000, p. 59)

Se ao assalto subitâneo se sucedem as chuvas regulares, transmudam-se os sertões, revivescendo. Passam, porém, não raro, num giro célere, de ciclone. A drenagem rápida do terreno e a evaporação, que se estabelece logo mais viva, tornam-nos outra vez, desolados e áridos. E penetrando-lhes a atmosfera ardente, os ventos duplicam a capacidade higrométrica, e vão, dia a dia, absorvendo a umidade exígua da terra - reabrindo o ciclo inexorável das secas. (CUNHA, 2000, p. 49)

As contribuições de Euclides não se restringem apenas à configuração do espaço. No capítulo *O homem*, o autor dedica-se à gênese e à formação do povo brasileiro. O foco recai sobre a mestiçagem e os seus malefícios. Após a descrição detalhada do homem brasileiro de modo mais amplo, o autor volta-se para a origem do homem sertanejo, resultado da mistura das “matrizes” branca, negra e indígena. São definidos os “subtipos” sertanejos, o jagunço e o vaqueiro, vistos como sub-raças fracas e degeneradas, como anuncia o prefácio da obra. Sobre o sertanejo, afirma: “é desgraçoso, desengonçado, torto. [...] O andar sem firmeza, sem

aprumo, quase gigante e sinuoso, aparenta a translação de membros desarticulados” (CUNHA, 2000, p. 113). As descrições oscilam entre o desprezo, a repugnância, e uma admiração que beira a pena “[...] sentado sobre os calcanhares, com uma simplicidade a um tempo ridícula e adorável” (CUNHA, 2000, p. 113). A análise segue entre contradições e determinismos. “A civilização avançará nos sertões impelida por essa implacável ‘força motriz da História’ que Glumpovicz, maior do que Hobbes, lobrigou, num lance genial, no esmagamento inevitável das raças fracas pelas raças fortes” (CUNHA, 2000, p. 17). De acordo com o autor, essas e outras características são o resultado do isolamento em que se encontra a região.

Porque ali ficaram, inteiramente divorciados do resto do Brasil e do mundo, murados a leste pela Serra Geral, tolhidos no ocidente pelos amplos campos gerais, que se desatam para o Piauí e que ainda hoje o sertanejo acredita sem fins. O meio atraía-os e guardava-os.

[...] Estabelecendo no interior a contiguidade do povoamento, que faltava ainda em parte da costa, e surgindo entre os nortistas que lutavam pela autonomia da pátria nascente e os sulistas, que lhe alargavam a área, abastecendo-os por igual com as fartas boiadas que subiam para o vale do Rio das Velhas ou desciam até as cabeceiras do Parnaíba, aquela rude sociedade, incompreendida e olvidada, era o cerne vigoroso da nossa nacionalidade. (CUNHA, 2000, p. 100-101)

Em *Os Sertões* (2000), tem-se um manancial vasto de ícones que mais tarde vão dar vida à região nordestina. Compendo previamente já no começo do século passado o que iria se constituindo – aleatoriamente e só posteriormente organizado – no decorrer dos anos seguintes, o livro de Euclides se torna uma espécie de prólogo para produções culturais ao longo do século XX. A ideia de índice, de ser sua descrição o resumo dos sertões, é apontada no próprio texto d’*Os Sertões* (2000, p.45).

O sertão de Canudos é um índice sumariando a fisiografia dos sertões do Norte. Resume-os, enfeixa os seus aspectos predominantes numa escala reduzida. É-lhes de algum modo uma zona central comum. [...] Escusamos de longamente a estudar, averbando o desbarate dos mais robustos espíritos no aprofundar-lhe a gênese, tateando ao através de sem-número de agentes complexos e fugitivos. Indiquemos, porém, inscrita num traçado de números inflexíveis, esta fatalidade inexorável.

Mas é com a aparição dos romances regionalistas de 1930, que a consolidação das falas sobre o Nordeste vai se efetivar. Reivindicando uma revisão da identidade nacional, o Movimento Regionalista Tradicionalista do Nordeste se contrapôs ao então contemporâneo

Movimento Modernista, de matriz paulista, também empenhado na revitalização da arte brasileira, contudo, por outra perspectiva e visando a outros objetivos. Para os modernistas, interessa o regresso aos primórdios da formação brasileira a fim de resgatar aspectos transformando-os em conceitos, como acontece com a noção de antropofagia, promovendo a deglutição do outro, do estrangeiro, e através deste ato ritualístico praticar a incorporação e reconhecimento do elemento externo na cultura brasileira. Por outro lado, e se colocando como corrente opositora, estavam os regionalistas, reivindicando também uma volta ao passado, todavia, na tentativa de resgatar um tempo perdido em que a vida era melhor, a economia prosperava e as amarras familiares e senhoriais eram mais sólidas. Outra vez, ratificando divergências entre os “polos” do país, tomando-os como totalmente opostos também ideologicamente. Apesar das contradições, os dois movimentos se fizeram possíveis pelos objetivos de um momento comum na intelectualidade brasileira: a necessidade de repensar quadro identitário nacional.

Em boa parte dos romances produzidos nesta época é possível perceber a predominância de temas que giram em torno do cangaço, da seca, da fome, da miséria, da religiosidade e da violência no sertão. Mas é preciso ressaltar que os assuntos não seguem um mesmo sentido, e que nem as produções deste período podem ser vistas como um conjunto coeso. Alguns autores como Raquel de Queiroz, Graciliano Ramos e Joaquim Manoel de Almeida escreveram o Nordeste “seco”, do interior. Outros, José Lins do Rego e Amando Fontes, por exemplo, escreveram o Nordeste do litoral e dos engenhos de cana de açúcar. Este último autor pôs em cena o percurso do sertão ao engenho e depois à capital, apresentando um outro elemento, a industrialização. Ultrapassando estas e outras dicotomias, os olhares são diferenciados, e vão privilegiar aquilo que melhor contempla cada projeto literário. Os romances de 30 trazem um dado novo para o regionalismo brasileiro. Influenciados pela sociologia, principalmente pela sociologia freyreana, essas narrativas deixam de ver o homem do interior “como um ser exótico, pitoresco, que não se encaixava nos padrões emanados da cidade, e passa a ser abordado na sua constituição sociológica e psicológica, denotando o seu pertencimento a um todo social e não mais um ser estranho” (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 127).

Esses escritores faziam parte das classes abastadas do Nordeste, inconformadas com o quadro econômico em que se encontrava a região frente à situação geral do país e que relegava uma economia outrora opulenta a um lugar marginalizado. As falas partem principalmente dos centros intelectuais de Pernambuco e reclamam as atenções para a região, com a finalidade de promover soluções para os problemas de desenvolvimento e de

decadência social e de valorizar caracteres e modos de vida regionais. Instituições como a Faculdade de Direito de Recife e o Seminário de Olinda eram usados como ponto de encontro de intelectuais preocupados com questões que ultrapassavam os limites estaduais e abarcavam “problemas” que diziam respeito ao território nordestino, e que seriam comuns a toda população, uma vez que Recife representava o centro cultural e comercial da região.

Em um primeiro momento dos romances de 30, o discurso regionalista vai se edificando sobre as lembranças de um período remoto em que as famílias desses mesmos intelectuais gozavam de uma situação privilegiada e detinham o poder. Ele vai estar permeado por um sentimento saudosista e reacionário, transformando-se através do tempo e de uma teia de discursos em um sentimento coletivo – de um grupo de indivíduos enredados em um mesmo contexto. Retratar o Nordeste para esse grupo acaba se convertendo na recuperação de antigas certezas e no intento de voltar a um tipo de organização social regida por princípios patriarcais que, de certa forma, proporcionavam uma impressão de segurança por conta de certos valores morais e econômicos, fazendo-os continuar vivos, porém congelados. Desse modo, a memória cumpre papel imprescindível para a construção das narrativas, que, em alguns casos, parecem ser muito mais relatos pessoais do que fragmentos da memória de um povo, apesar de serem tomados neste último sentido. Obviamente, o passado ao qual recorriam era um passado rural, em que a escravidão era o sistema vigente. Tentava-se livrar essas tradições, agora ameaçadas, das corrupções do curso da história.

Uma região que se constrói pela memória implica uma convivência entre a ideia de sobrevivência e a de vácuo. O passado aparece em toda a sua alegria de redescoberta, para, ao mesmo tempo, provocar a consciência triste do seu passar, do seu fim. Esta máquina de rememoração, que é o romance de trinta, é também a máquina de destruição, de ascensão à consciência de um tempo perdido. (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 95)

O Nordeste vai ser tomado como “realidade natural”, como vivência, e a experiência de poucos substitui a prática de vida de muitos, principalmente do povo destituído do acesso aos veículos de transmissão. Tomados como personagens, serão colocadas em sua boca falas tecidas a partir do olhar do outro, de cima, como se fossem reivindicações suas. Esse é um dos elementos que contribuiu para que a crítica literária visse essa produção como expressão verdadeira e real da região nordestina.

O Nordeste é definido como “uma província literária”, legitimando assim não só a identidade do romance nordestino, como a própria ideia de Nordeste, por “possuir uma literatura própria que é a expressão de sua

verdade”. A literatura seria a expressão do “espírito” de cada área. A literatura paulista era uma literatura de aventura e de conquista, assim como o “espírito bandeirante”; já o romance nordestino era “rústico, inculto e forte como aquela área”. (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 125)

Ainda que comportando contradições e sendo pluritemático, esses enredos, ao moldarem no âmbito do literário o homem nordestino e suas supostas peculiaridades - o cangaço, o messianismo, a ingenuidade, o flagelo da seca, a pobreza, a resistência, e em contraste, a opulência dos canaviais, e a relações adocicadas entre senhores e escravos – ajudaram a instituir o Nordeste como espacialidade delimitada, dando-lhe passado, memória, narrativas e estatuto de veracidade.

Se a literatura foi de importância crucial para a formação do Nordeste, essa influência não se restringiu ao campo artístico, encontrando na sociologia vozes fundamentais e tendo Gilberto Freyre como principal representante. Freyre (1996, p. 2) acreditava que, ao contrário da divisão por estados, o Brasil era composto por “regiões naturais a que se sobrepuseram regiões sociais”, e era com base nisso que deveria ser administrado o território nacional. Sobre o teor separatista que estaria presente nessas alegações, segundo os modernistas, o sociólogo, em seu *Manifesto Regionalista de 1926*,⁴ lido durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Regionalismo, declara que defender a peculiaridade do espaço regional não significa defender a inexistência de interação entre as regiões, porém entendê-las como espaços formados em processos socioculturais diferentes entre si, que necessitam ser enxergadas como diferentes para que daí se possa pensar em conexões inter-regionais. “O conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de ‘Estados’ [...]” (FREYRE, 1996, p. 2). O sociólogo descreve os objetivos dos intelectuais regionais como um “movimento de reabilitação de valores regionais e tradicionais desta parte do Brasil” (FREYRE, 1996, p. 1). O interesse era dar sentido àquela organização intelectual, como ele próprio afirma. Nessa explicação do projeto, nota-se um argumento paradoxal. Em certo momento do texto, tem-se a afirmação de que não se trata de exaltar o Nordeste em detrimento das demais regiões, nem de dizer que apenas o Nordeste guarda elementos de valor da cultura brasileira. Um pouco mais a frente no texto, afirma que “talvez não haja região no Brasil que exceda o Nordeste em riqueza de tradições ilustres e em nitidez de caráter”, e acrescenta: “vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais [...] menos pela superioridade econômica [...] do que pela sedução

⁴ Versão digitoscrita, disponível em < www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf >. A numeração da página segue a numeração feita a partir do arquivo em formato pdf.

moral e pela fascinação estética dos mesmos valores” (FREYRE, 1996, p. 3). Freyre parece querer fazer com que a época anterior de prosperidade vivida pelo Nordeste seja lembrada, ressaltando os laços amorosos que fazem com que, além dele, todo o restante do Brasil usufrua das benesses e delícias dessa região tão peculiar, elementos que mostravam, segundo o autor, o surgimento de uma nova forma de civilização que contrastava e evidenciava o declínio da civilização europeia.

Em *Nordeste* (FREYRE, 2004), livro publicado pela primeira vez no ano de 1937, o sociólogo se empenhou na descrição “da outra face da região”, apresentando os modos de vida da civilização açucareira, do meio natural e do mestiço, ou “cabra”, que alimentava o trabalho neste outro lado da região, e contrapondo-a aos “sertões de paisagens duras, doendo nos olhos” (FREYRE, 2004, p. 45). Enfatiza que há mais de um Nordeste, pelo menos dois, e não uma região “maciça”, como a indústria da seca consolidou. Sem dúvidas, é um Nordeste mais ameno, mais acolhedor. No capítulo que discorre sobre o homem, mais especificamente, intitulado *A cana e o homem*, tem-se a afirmação de que os males que são atribuídos à mestiçagem, diferentemente do que pregavam as teorias racialistas do século XIX, resultam “da situação de desajustamento psicológico e social” e “até certo ponto de raça”. Apesar da postura racista de ainda se considerar a miscigenação como promotora de “certos malefícios”, a diferença, nessa reflexão, está na inserção de aspectos sociais. Freyre via o homem nordestino do litoral, mestiço por excelência – pois segundo ele não havia mais nenhum “negro puro” naquela área – como “o herói de um grande número de histórias de coragem e de aventuras de amor. É o ‘cabra danado’. O ‘cabra escovado’. O ‘cabra bom’.” (FREYRE, 1996, p. 172).

Se elementos geneticamente tão bons como os primeiros negros e os primeiro colonos brancos do Nordeste vieram a desprestigiar-se sob vários aspectos, é que sobre eles atuaram, com uma intensidade que foi maior aqui do que em outras regiões do Brasil, as influências, desfavoráveis ao homem, da cultura da cana-de-açúcar, quando realizada como se realizou entre nós: com exclusão de culturas de subsistência; pelo latifúndio; pela escravidão; pelo patriarcalismo monossexual, ao mesmo tempo que monocultor. (FREYRE, 1996, p. 171)

À altura em que Freyre escreve, o Nordeste dos engenhos que queria resgatar já não é mais o mesmo. Há muito se descaracterizara. A escravidão há décadas havia acabado oficialmente e os velhos engenhos haviam sido substituídos pelas usinas. Em um tom que pode ser interpretado como apresentando um teor de pesar, a extinção do trabalho escravo se apresenta como “degradação” para os trabalhadores, pois, ao ver de Freyre, as condições de

vida eram muito melhores nos tempos da escravidão, quando contavam com o auxílio dos senhores de engenho. O Nordeste teria sido a região mais afetada com essa mudança de regime trabalhista, submetendo sua mão-de-obra a um estado bem pior. No que tange à industrialização, esta não teria trazido nenhum aspecto positivo, representando, entre outros problemas, a diminuição da própria dignidade e de uma tradição sentimental. Os efeitos da industrialização são sentindo inclusive nas coisas mais corriqueiras como nos alimentos e nos estilos das casas. Mas o que mais o preocupa é a derrocada do “sentimento de solidariedade” entre “dominadores e dominados”.

E entretanto é talvez um trabalho mais penoso do que no tempo da escravidão. porque os senhores de terras de cana os armazéns de açúcar dispõem hoje de menor número de trabalhadores para o esforço agrícola. (FREYRE, 1996, p. 176)

A verdade é que talvez em nenhuma outra região do Brasil a extinção do regime de trabalho escravo tenha significado tão nitidamente como no Nordeste da cana-de-açúcar a degradação das condições de vida do trabalhador rural e do operário. A degradação do homem. Da assistência ao escravo – assistência social, moral, religiosa, e até médica, que bem ou mal era praticada pela maioria dos senhores escravocratas no interesse das próprias terras, da própria lavoura, do próprio açúcar, da própria família (em contato direto com parte da escravaria e indireto com toda a massa negra) – quase não resta senão um traço ou outro, uma ou outra tradição mais sentimental do que efetiva, nos engenhos mais velhos, em um ou em outra usina de senhor menos ausente do campo. (FREYRE, 1996, p. 177)

A postura de Gilberto Freyre é a de um tradicionalista convicto, empenhado na recuperação e na manutenção de antigos costumes que ele concebia como bons e justos. Não se debruça sobre o futuro para projetar as mudanças, senão para resgatar o passado. É uma tentativa de retroceder, de puxar para o presente algo que se extinguiu ou que, pelo menos, já não pode ser visto do mesmo jeito. Nesse ínterim é que vai falar do Nordeste, de um Nordeste. Seus escritos estão repletos de saudade, mas não de uma saudade positiva. Saudade nostálgica, que sofre e que quer recuperar o irrecuperável – o passado igual a como ele era. Seu pesar é tão grande, que chega mesmo a avaliar o regime de trabalho escravo como um tempo mais digno, menos sofrido. Seu projeto nacional tinha como base o passado. Somente com a restauração dessas relações é que o Nordeste poderia se fortalecer e o Brasil se descobrir como país singular no contexto americano e no contexto mundial. Sobre os malefícios da industrialização afirma que

A usina não teve força para acrescentar nada de positivo a essa civilização: só tem feito diminuí-la. Sob seu império degradou-se o estilo dos móveis, como o das casas. As casas estão ficando todas cinzentas. Os estetas paleotécnicos do recife chegaram a proibir casas pintadas de azul, de encarnado, de amarelo. Do mesmo modo a cozinha. Degradou-se. Em vez de açafrão, a comida parece que leva cinza, O alimento em lata vem de tal modo substituindo o pilado e feito em casa que até em casas de engenho o estranho é recebido com doce de fábrica. (FREYRE, 2004, p. 179)

Como aponta Albuquerque Jr. (2009), é mais que um desgosto saudosista, refere-se a um medo, medo de perder o que lhe constituía como sujeito, aquilo lhe assegurava um espaço, uma posição, um lugar na ordem nacional. O impulso será o de buscar ou criar uma tradição, a fim de conservar esses lugares.

Ao optar pela tradição, pela defesa de um passado em crise, este discurso regionalista nordestino fez a opção pela miséria, pela paralisia, mantendo parte dos privilégios dos grupos ligados ao latifúndio tradicional, à custa de um processo de retardamento cada vez maior de seu espaço, seja em que aspectos nos detenhamos. (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 90)

O discurso resvala na fome, na miséria, na atual falta de perspectivas e das mínimas circunstâncias favoráveis a sobrevivências, que invadem o Nordeste. O Nordeste sociológico, assim como o literário, vai sendo construído sob o signo da ausência, da falta, da precariedade – e da tradição, obviamente.

Nessa primeira metade do século XX, vários fatores, entre eles o interesse da mídia pelas secas no final do século XIX, as mudanças socioeconômicas na própria região nordestina e a conseqüente mudança de centro de poder econômico para a agricultura cafeeira de São Paulo, os discursos literários e sociológicos que vão se formando em torno dessa e de outras transformações e da dicotomia modernistas versus regionalistas, contribuíram efetivamente para a emergência do Nordeste. As décadas de 20 e 30 são o marco para essa construção, ou invenção. Se na primeira metade, o Nordeste vai sendo formado, no restante do século XX, as imagens inicialmente criadas vão sendo difundidas, repetidas e totalmente fixadas. Transpondo os limites da literatura, esse movimento vai abarcar outras formas de expressão artísticas. Na música, ainda na primeira metade do século, Luís Gonzaga será o ícone da “música nordestina”, considerado um dos principais irradiadores da “cultura popular”. Virou uma máxima dizer que não há nada mais autenticamente nordestino do que o cantor e compositor e sua música a ponto de causar certo estranhamento, ou até espanto, que nosso representante mais fiel seja, na verdade, produto da cultura de massa (AMARAL, 2005). Na segunda metade do século XX, a postura crítica que legitima Gonzaga como

representante da cultura popular vai ser construída com o auxílio dos discursos biográficos e acadêmicos. Essa imagem resulta de

[...] investimentos discursivos, tanto no caso das biografias quanto nos trabalhos acadêmicos, que, por um lado, procuram significar Luiz Gonzaga como um autêntico representante da cultura popular nordestina, pensada como sobrevivência do passado no presente; mas que, por outro lado, para dar conta da relevância do sanfoneiro no cenário musical brasileiro, precisam informar sua emergência como fenômeno musical urbano e massivo. As biografias coincidem na lógica do resgate e da preservação de um nome já consagrado como um ícone nacional. Os textos acadêmicos, tomando-as por documentos da concretude da experiência, reforçam seu argumento e reclamam pela autenticidade de um artista que foi capaz, com sua obra, de reproduzir e veicular o Nordeste – este, por sua vez, considerado como um território essencial, uma contingência quase ontológica, personificada, na imagem do Rei do Baião. (AMARAL, 2005, p. 106)

Soa um tanto paradoxal que o “rei do baião” tenha surgido no Rio de Janeiro. Gonzaga era pernambucano, mas é no Rio de Janeiro que, após uma temporada tocando todo tipo de música, decide se dedicar com exclusividade aos “ritmos regionais”. Depois de ser contratado pela Rádio Nacional, em 1940, o músico começa a galgar sua carreira como cantor regional. Investe, além dos ritmos, nas letras e na vestimenta. As canções narram, entre outros temas, as aventuras e desventuras de sair da terra natal para “tentar a vida” em outros cantos do país, principalmente no Sul/Sudeste: “minha vida é andar/ por esse país/ pra vê se um dia descanso feliz/ guardando as recordações/ das terras onde passei/ andando pelos sertões/ e dos amigos que lá deixei”; e a saudade interminável que acompanha o nordestino nessa empreitada “ai quem me dera voltar/ pros braços do meu xodó/ saudade assim faz doer/ e amarga que nem jiló/ mas ninguém pode dizer/ que me viu triste a chorar/ saudade o meu remédio é cantar”. A temática é a da dificuldade de adaptação à vida citadina. Gonzaga emerge junto com o advento do rádio no Brasil, que significou o avanço da cultura de massa chegando às partes mais remotas do território nacional, e que se tornou instrumento de difusão de ideais nacionalizantes, ajudando a edificar o que Anderson (2008) chama de sensação de horizontalidade. Com Gonzaga, o Nordeste ganha unidade sonora e pública. Uma sonoridade específica, típica, que com a ajuda da indústria cultural difunde a região, sua poesia, seus ritmos e seus problemas, já consolidados desde a década de 30.

Com as transformações que propiciaram o fortalecimento do cinema nacional, na década de 60, o Nordeste se transforma em imagem em movimento. Com o Cinema Novo, o sertão vai aparecer, mais uma vez, associado aos enunciados nacionalizantes do movimento, que tentava discutir as novas providências que deveriam ser tomadas para que os temas e

moldes importados do cinema hollywoodiano, dominantes nas produções até então, fossem substituídos por cenas que mostrassem a cara do país, denotando o anseio de reencontrar o “homem brasileiro” e seu modo de vida. O objetivo era levar para as salas de cinema, com grande realismo, as misérias e desigualdades presentes na sociedade brasileira, contribuindo para a conscientização da necessidade de transformar esse quadro nacional. As favelas das grandes cidades e o sertão nordestino vão ser postos como lugares referenciais nessas produções. Em relação ao Nordeste, esses filmes vão revisitar temas já plasmados pelas produções literárias da década de 30. Veiculam imagens que vão ajudar na consolidação e na difusão daquilo que se entende por Nordeste hoje. Reaparecem as figuras do vaqueiro, da religiosidade do povo, da seca e dos desígnios da natureza, da pobreza e da exploração do homem pelo homem. Aparecem além destas, outras imagens que também se colam ao “Nordeste”; o cangaço, o messianismo e a oposição entre sertão e mar, que remete diretamente à assertiva recorrente “o sertão vai virar mar e o mar vai virar sertão”. Mais uma vez, a figura do sertão nordestino é posta em favor do nacional. O país encontrava-se no contexto juscelinista, envolto nas políticas desenvolvimentistas que achavam na industrialização a solução para os problemas e abismos sociais, e o cinema arrematou para si a tarefa de mostrar os fatos da “realidade brasileira” destoantes desse processo. “Era preciso encontrar a nossa própria imagem, encarar nosso rosto bárbaro e primitivo, nosso corpo e almas subdesenvolvidos, para podermos dialeticamente dar o salto de qualidade em direção ao futuro” (ALBUQUERQUE JR., 2009, p. 309). Nas palavras de Sidney Ferreira Leite (2005, p. 92), em *Cinema Brasileiro: das origens à retomada*:

As críticas foram condicionadas pelos pressupostos que norteavam o pensamento da esquerda brasileira do período, notadamente a defesa da cultura brasileira, ameaçada pela “invasão da cultura norte-americana”. As produções hollywoodianas eram definidas como instrumentos poderosos do projeto de dominação dos Estados Unidos.

Acompanhando esses objetivos, o Cinema Novo cria uma estética que ficou conhecida como a “estética da fome”, preenchida por personagens marginalizadas de um submundo cruel, duro e seco. Integrantes de um “povo mítico”, primitivamente rebelde – cangaço –, ao mesmo tempo em que, alienadamente passivo – messianismo. Mas a estética da fome encontra-se, sobretudo, na fotografia, nos enquadramentos com cortes bruscos, que vão da amplidão do horizonte do sertão ao close do rosto faminto em *Deus e o Diabo na terra do sol* (1964), e na luz cegante de *Vidas Secas* (1963). A câmera tremendo, traduzida pela expressão “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça”, aponta para a escassez de recursos técnicos, se

comparados aos recursos utilizados pelo cinema Hollywoodiano, de luz mais temperada, com mais gradações de cinzas, confortáveis ao olhar e com mudanças de enquadramento menos bruscas e mais estáveis e sem tremeliques.

Emergindo no começo do século XX, o Nordeste se fortifica e, com o avançar dos anos, se concretiza como realidade. Adquire gosto, com as descrições da culinária regional feitas exaustivamente por Freyre; musicalidade, com Luís Gonzaga e outros artistas, como Dominginhos, que vão contribuir com essa tecitura, que envolve também outros ritmos, além do forró, o maracatu, o coco, a embolada, o repente; ganha narratividade, com os romancistas; teatralidade, com Ariano Suassuna e Dias Gomes; cenografia, com o Cinema Novo e a retomada de antigos temas; textura e plasticidade, com as rendas e os mamulengos. Juntamente com os discursos econômico e político que recaem sobre a região, estiveram as estórias, a arte, a representatividade. Esses trabalhos, de modo geral, deram ao Nordeste e ao nordestino a “naturalidade” de pertencer à região com a mesma certeza, inquestionável, que se tem de ser genuinamente brasileiro. Ao retilhar esse caminho, é possível perceber que é a partir da repetição feita com uma certa regularidade que essas imagens puderam se estabelecer no imaginário das pessoas. Para Foucault (2010), em *A arqueologia do saber*, a “originalidade” de um discurso não é a causadora do impacto maior. A retomada dos discursos, sua reaparição, é que elabora o objeto, o modela e remodela, portanto, o objetivo seria mesmo

[...] revelar a regularidade de uma prática discursiva que é exercida, do mesmo modo, por todos os seus sucessores menos originais, ou por alguns de seus predecessores; prática que dá conta, na própria obra, não apenas das afirmações mais originais, e com as quais ninguém sonhara antes deles, mas das que eles retomaram, até recopiaram de seus predecessores. (FOUCAULT, 2010, p. 163)

Os discursos, portanto, não são o resultado, ou a descrição detalhada e verdadeira dos objetos de que tratam. Eles são seus construtores, eles os edificam. Cada enunciado vai formando ou transformando seu objeto, o instituindo. O processo se dá entre práticas “profissionais”, institucionalizadas, mas também entre as práticas cotidianas.

Mas logo nos daríamos conta de que cada um desses discursos, por sua vez, constituiu seu objeto e o elaborou até transformá-lo inteiramente. [...] seria esse jogo das regras que tornam possível, durante um período dado, o aparecimento dos objetos: objetos que são recortados por medidas de discriminação e de repressão, objetos que se diferenciam na prática cotidiana, na jurisprudência, na casuística religiosa, no diagnóstico dos

médicos, objetos que se manifestam em descrições patológicas, objetos que são limitados por códigos ou receitas de medicação, de tratamento, de cuidados. (FOUCAULT, 2010, p. 37)

Uma “origem” que parece se perder no tempo. Quando isso sobressai, prevalece a noção da existência pré-estabelecida, ou ao menos dada desde há bastante tempo, até que se tenha garantida sua posição de “imemorial”, quando, ao contrário, se pode perceber que o Nordeste é um objeto bastante recente na história do Brasil, e que nem este poderia existir desde sempre, já que o próprio Brasil, produto do processo de colonização, tem pouco mais (ou menos) de quinhentos anos. Rastreiam-se suas origens, e percebe-se que estas foram “inventadas”. Não por um projeto magnânimo e único. Mas por uma série de acontecimentos, que mesmo guardando pontos em comum e estabelecendo uma região a princípio una e coesa, andaram para caminhos diversos e, muitas vezes, contraditórios. Quando se apaga a historicidade das “origens”, elas se perdem em alguma outra dimensão, pairando sobre as pessoas e renascendo em cada sujeito como algo dado, como sina. Mas não podemos nos deixar enganar sobre a conclusão de que esses enunciados de Nordeste sejam estáticos, como muitas vezes aparentam ou são agenciados para parecer. Constantes reelaborações e ressignificações podem ser identificadas, tendo em vista que as ideias não possuem lugares fixos, absolutos, e passam por “deslizamentos” na produção de sentidos, diretamente ligados às mudanças que acontecem nos contextos em que são produzidas. Essas mudanças permitiriam, por exemplo, se pensar o Nordeste e a cultura nordestina em sua relação com as transformações das últimas décadas referentes aos trânsitos de pessoas e informações.

A década de 90 e os anos subsequentes trouxeram para o cenário cultural do Nordeste uma série de discussões sobre a identidade nordestina e a pertinência de seus modos de identificação. Os debates vão trazer à tona temas envolvendo a nacionalidade, os enredos da tradição e o diálogo das culturas locais com outras culturas. Esse movimento vai perpassar as diversas áreas das produções artística e crítica, e vai mudar o rumo dos estudos sobre a identidade e o fazer artístico-cultural da região.⁵ Passa-se a ver o Nordeste como produto de forças históricas e do esforço de agentes que depositaram nele energia e trabalho. Ao enfatizar a ação dos sujeitos, enfatizam-se também os depósitos emocionais, que se converteram, ao longo do tempo, em apego aos ícones da cultura, e o apelo ao passado e à memória, a um

⁵ Na produção musical, especialmente na capital pernambucana, formaram-se grupos empenhados em reverter “o momento de estagnação” em que se encontrava a cidade. Autodenominando-se *mangueboys*, os integrantes de grupos como Mundo Livre s/a, Chico Science e Nação Zumbi, se utilizaram da imagem do mangue, uma das principais fontes de sobrevivência da cidade, potencializaram seu caráter fértil enquanto um dos ecossistemas mais ricos do planeta, e fundaram o movimento *manguebeat* que refutou posturas tradicionalistas de intelectuais promotores e simpatizantes do conhecido Movimento Armorial.

“tempo perdido”, que não retorna e que é sempre visto como um “tempo melhor”, em que as coisas funcionavam e as relações eram mais amenas. Ao analisar as imagens de Nordeste, é preciso que seja enfatizada, primeiramente, a perspectiva da construção de sentidos através dos símbolos, tal como apontada por Orlandi (2003, p. 13):

[...] nessa passagem do sem-sentido para o sentido, produzida nesses lugares, não estamos pensando a história dos fatos, e sim o processo simbólico, no qual, em grande medida, nem sempre é a razão que conta: inconsciente e ideologia aí significam. Não é a cultura ou a história factuais, mas a das lendas, dos mitos, da relação com a linguagem e com os sentidos. É a memória histórica que não se faz pelo recurso à reflexão e às intenções, mas pela “filiação” (não aprendizagem). Aquela na qual, ao significar, nos significamos. Assim, nessa perspectiva, são outros os sentidos do histórico, do cultural, do social. Mas que assim mesmo nos constroem um imaginário social que nos permite fazer parte de um país, de um Estado, de uma história e de uma formação social determinada.

No entanto, também não se pode negligenciar os elementos físicos que compõem o quadro da região. Rogério Haesbaert da Costa (2010), ao tratar das questões acerca da região e do regional, chama a atenção para o fato de ser evocado somente o aspecto representacional da região, em detrimento das mudanças “reais” que também ocorrem dentro dessa identificação. Apresenta outro modo de pensar, conceituando a região como *artefato*, admitindo assim a perspectiva de esta ser, por um lado, artifício e, por outro, “realidade”. Pode-se apreender, portanto, que não se trata de mera representação isenta de correspondências com a “real”, mas da consciência de serem os discursos construídos e construtores das identidades, ao mesmo tempo em que é demonstrado seu poder de atuação e de transmissão pelos indivíduos. Concebemos, pois, aqui, que a região não pode ser entendida como mero recorte empírico, nem como simples modo interpretativo. Ela deve ser reconhecida com base na impossibilidade de se dissociar ambos os conceitos. Tais conceitos, como não poderiam deixar de ser, também são considerados na leitura de *Galiléia* (2008), romance escrito por Ronaldo Correia de Brito, objeto de análise desta dissertação.

Na próxima seção, veremos como essas mudanças de sentido se manifestam no romance em questão, principalmente no que diz respeito à construção e à revisão de uma memória e de uma história “sertaneja” individual e coletiva.

3 MEMÓRIA E HISTÓRIA - GALILÉIA E A REVISÃO DAS ORIGENS SERTANEJAS

Daí a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho de sertão – quase um deserto – quer se aperte entre as dobras de serranias nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes...

Euclides da Cunha, *Os Sertões*.

O passado continua a nos falar. Mas já não é como um simples passado factual que se dirige a nós, pois nossa relação com ele, como a relação de uma criança com a mãe, é sempre já “depois da separação”. É sempre construído por intermédio da memória, fantasia, narrativa e mito.

Stuart Hall, *Identidade cultural e diáspora*.

As peças que foram compondo o quebra-cabeça da região Nordeste se apresentam emaranhadas num jogo de aparecer, desaparecer e reaparecer. Tramas narrativas que constroem subjetividades por uma via de mão dupla entre experienciar e narrar, e através da “dialética de presença, ausência e distância” (RICOEUR, 2007, p. 435). O “armazenamento do passado” utiliza-se de dois recursos fundamentais: os mecanismos motores e as imagens que delineiam e dão significado aos acontecimentos vividos. Essa dialética explica-se através da recordação, que compreende o esforço de transformar a lembrança em “lembrança-imagem”, resultando na recolocação do passado no presente, ao mesmo tempo. O que confere força vital a esse processo, que não se dá de forma linear, é justamente o movimento de tomada/retomada. Para que uma imagem ressurgja, ela precisa significar, ou ressignificar-se, no contexto novo. Mantem-se sua carga semântica mais contundente e adapta-se o que sobrou àquilo que se deseja, preenchendo as lacunas de sentido possíveis. Como expõe Paul Ricoeur, em *A memória, a história e o esquecimento* (2007, p. 441):

Reconhecer uma lembrança é reencontrá-la. Reencontrá-la é presumi-la principalmente disponível, se não acessível. Disponível como à espera de recordação, mas não ao alcance da mão [...] Cabe assim à experiência do reconhecimento remeter a um estado de latência da lembrança da impressão primeira cuja imagem teve de se construir ao mesmo tempo em que a afecção originária.

Esse movimento que pressupõe a “ausência na presença”, trazendo à tona o passado, em *Galiléia* (2008), aparece representado envolto em uma situação conflituosa. Durante o século XX, as narrativas sobre o Nordeste preocuparam-se prioritariamente em contar a experiência de um povo migrante que deixa a sua terra em busca de melhores condições de vida, em contar suas dores e sofrimentos por não ter um ponto fixo, um “lugar no mundo”, e esperança de encontrar pouso melhor. Muitas promessas e poucas conquistas. Um verdadeiro

ciclo de agonia, fome e retirada. Um povo que carrega no peito lembranças boas e outras nem tanto da vida no sertão e o sentimento de perda da terra natal e, em muitos casos, somente encontra a derrocada total da família e a degradação dos indivíduos.

Neste início de milênio, no entanto, o olhar parece se inverter. No romance de Ronaldo Correia de Brito, o que adquire relevo é o caminho de volta, a experiência do sujeito que deixou o sertão “para nunca mais voltar” e que, por algum motivo, é levado a retornar. Esse olhar enviesado deixa de focalizar a temática do destino de um povo amorfo que parte e passa a se ocupar de conflitos identitários individuais no reencontro desse sujeito com suas “origens”. A narrativa do romance em questão, construída em primeira pessoa, singulariza a condição de um sujeito que apesar de vivenciar uma história compartilhada por outros, narra a partir de sua visão de mundo, de seu local de fala, de sua experiência de vida. O trajeto contrário impulsiona a autorreflexão de Adonias, protagonista e narrador do romance, sobre sua condição enquanto sertanejo e homem cosmopolita. A viagem até a Galiléia, fazenda em que fora criado, no sertão dos Inhamus, interior do Ceará, é conturbada. O passado é revivido em seus fragmentos de memória tão intensamente que as lembranças são convertidas em uma série de sentimentos contraditórios, tornam-se vivos outra vez. Como declara o personagem: “tudo se assemelha ao passado, até os caminhos repetidos e o silêncio dos mortos, fantasmas que andaram como ando, ansioso e de humor deprimido” (BRITO, 2008, p. 7). Originando o conflito psicológico está o esforço de Adonias para tentar entender sua identidade, fragmentada, dividida entre, pelo menos, dois mundo: o do seu passado sertanejo, da infância, etéreo, quase onírico, cercado de mistérios, de histórias dos antepassados; e o do momento atual, com sua vida em Recife, sua família, seu consultório de medicina.

Logo de início, enfatizamos que a memória, apesar de ser marcada por um traço individual, é um “fenômeno coletivo e social” e, portanto, está sujeito ao curso da história, com suas oscilações, retornos e intermitências. Mas é preciso atentar para o fato de que há, tanto na memória individual quanto na memória coletiva, pontos que se solidificam como marcos referenciais. Os elementos que constituem a memória são os “acontecimentos vividos pessoalmente”, por excelência. No entanto, esses acontecimentos são acompanhados de outros acontecimentos que podemos definir como sendo aqueles “vividos por tabela” (POLLAK, 1992, p. 2).⁶ Estes são aqueles experienciados por uma coletividade. “É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um

⁶ Versão digitoscrita, disponível em <http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf>. A numeração das páginas segue a numeração feita a partir do arquivo em formato pdf.

fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase herdada” (POLLAK, 1992, p. 2). Essas premissas, que podem parecer um tanto óbvias para quem trabalha com a representação, são esquecidas em determinados contextos, principalmente, naqueles em que se tenta defender a existência absoluta de uma identidade regional ou de grupo. É a memória que confere a uma certa coletividade a sensação de continuidade e de coerência. Ela é aquilo que caracteriza o indivíduo como pertencente a um clã e que marca sua diferença em relação aos “outros”. “Ninguém pode construir uma autoimagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros” (POLLAK, 1992, p. 5). Em outros termos, a memória é, pois, responsável por estabelecer a noção de organização da vida pessoal e coletiva, e o faz referencializando um indivíduo ou um grupo em seu inter-relacionamento com os demais.

Em *Galiléia* (2008), o relacionamento com a “terra de origem” está longe de ser ameno, amoroso ou saudosista, traços comuns a certos romances regionalistas. O passado de Adonias só pode ser apreendido através da memória e da linguagem, e está envolto no que se costuma definir como uma “sensação familiar e profundamente moderna de deslocamento” (HALL, 2003b, p. 27). Mais do que sentir-se fora de casa, o deslocamento provoca a sensação de estar fora de lugar, de não pertencimento. A desagregação das identidades e dos territórios, intensificada e cada vez mais admitida na contemporaneidade, tem sido impulsionada por um conjunto complexo de mudanças que se referem à escala mundial, envolvendo os âmbitos político, econômico e representacional. As transformações advindas desse processo, comumente resumido sob o termo globalização, atuam reconfigurando o binômio espaço-tempo, e fazendo com que as noções de núcleo, unidade e homogeneidade, utilizadas de modo essencializante, tornem-se ineficazes para se pensar a respeito das culturas e de suas interrelações. Em outros termos e no que se refere aos recortes espaciais, preconizados como primordialmente representativos, estes deixam de ser compreendidos como fornecedores de fronteiras fixas e confiáveis para a delimitação de aspectos culturais de um grupo de indivíduos. Em tempos de transição, marcados pelo prefixo “pós”, torna-se comum a sensação de mal-estar, provocada pela instabilidade da localização fronteiriça e gerada pelo sentimento de, ao mesmo tempo, “estar dentro” e “estar fora”. Essa “sensação de desorientação” é provocada não somente pela derrocada dos espaços, mas também de classificações outrora empregadas de maneira absoluta na construção de identificações, tais como gênero, classe, raça e territorialidade. A perspectiva do *desnorteamento* tem levado a fáceis proclamações de “aniquilamento das origens”, “fim dos territórios”, “falta de valores” e “perda total de referenciais”, conforme veremos na terceira seção desta dissertação. Rompe-se o vínculo

direto com a “terra natal”, todavia as “referências primeiras” permanecem no sujeito. Quando se está “fora de casa”, a manutenção do elo com o passado pode integrar um combate entre, por um lado, ser algo desejado, guardado a sete chaves, pois este fornece a esperança do retorno ao lar, por outro, ser algo que se quer esquecer, banir de sua constituição. No caso de Adonias, a viagem reconduz, ao presente, um passado que ele, acostumado com sua vida em outros lugares sociais, não mais julgava existir com tanta veemência. Carregou consigo cacos de lembranças, aprendizados que deixaram de fazer sentido em sua nova configuração de vida, que permaneceram, porém, impregnados nas paredes de sua memória, alimentando e marcando uma disjuntura.

Recitei os nomes com orgulho da memória, e depois recaí na tristeza. O meu conhecimento me parecia inútil. Nunca o usei em nada. Atravesso os sertões vislumbrando sombras negras, os restos vegetais dessa memória. Carreguei esses nomes como se fossem fantasmas, sentindo-me culpado se os esquecia. Eles eram para mim como os mourões dos currais arruinados, sem uso desde que se esvaíram de vacas e touros; troncos solitários, teimando em ficar de pé no planalto sem pastagem, sem rebanhos, sem gente. (BRITO, 2008, p. 12)

Na contramão de enunciados fatalistas sobre a total falta de raízes e, por conseguinte, de identificação, restando ao sujeito apenas uma situação caótica, é possível pensar, de acordo com Ortiz (1996, p. 60), em espaços entrecortados por outros espaços, que se movem e que são atravessados por processos sociais diferenciados, podendo ser discernido “um conjunto de rearranjos espaciais que já não se circunscrevem mais aos limites da nação ou das localidades”. O indivíduo encontra na afirmativa da multiplicidade formas outras de lidar com a ausência de um referencial genuíno. O desenraizamento é visto como um problema justamente porque seu significado encontra-se atrelado à concepção de autenticidade e, desse modo, a identidade seria arrancada das profundezas do solo do qual se alimentaria.

O conceito de transversalidade também proposto por Ortiz (1996) possibilita a revisão de dicotomias como *global/local* – utilizadas mais recentemente nas discussões sobre cultura – e *universal/regional*, que se consolidou nos discursos principalmente acerca das produções culturais das ex-colônias e de sua inegável relação com a metrópole. E, em se tratando de Brasil, foi utilizado para se referir à produções que trouxessem, mais marcadamente, características compreendidas como regionais. Para o autor, a noção de transversalidade

[...] redefine nosso entendimento do substrato morfológico no qual se assentam as culturas. Tradicionalmente, como faz a Antropologia, o lugar é constituído pelo espaço no interior do qual vivem os grupos indígenas.

“Mundo” que se encerra dentro das fronteiras de um território [...] Admitir que o espaço no qual circulam as pessoas é atravessado por forças diversas significa rever essa perspectiva. Nesse caso, local, nacional e mundial devem ser vistos no seu atravessamento. [grifo do autor] (ORTIZ, 1996, p. 65)

A suposta autonomia dos recortes regionais é questionada, ao se admitir a coexistência das diferenças externas e internas. A modernidade é marcada por esse entrelaçamento, e inaugurada pelas interconexões globais. Diferentemente da crença de que a globalização seja um fenômeno recente, iniciando-se nas últimas décadas do século XX, está o reconhecimento de que esta emerge com os trânsitos físicos e culturais já no século XVI. Com o aceleração daquilo que se convencionou chamar de revolução tecnológica, assistida no fim do século passado e neste começo do século XXI, deslocar-se não significa mais necessariamente sair do lugar – pelo menos em dois sentidos: do lugar físico e do lugar de origem. A partir do fenômeno migratório, visto atualmente e denominado de diáspora pós-colonial por estudiosos como Stuart Hall (2003b), a forma organizacional “nação” que, como afirma Hobsbawn (1990), não é mais velha que o século XVIII, e que comportaria em seu interior as localidades, não funciona mais como um mosaico, bem arquitetado, passando a ser vista como o produto de um entrelaçamento de espacialidades por indivíduos que vivenciam cada vez mais a sensação de estar em locais múltiplos. Trata-se, pois, de “uma revisão radical do próprio conceito de comunidade humana” (BHABHA, 2010, p. 25). O *in between space*, alegado por Homi Bhabha, é mais do que o lugar limítrofe entre uma cultura e outra. É o local de recriação da identidade e o local da própria identidade como reconfiguração, como “reencenação”, do sujeito no mundo. As especificidades das histórias locais são produzidas nesses “intervalos”.

É na emergência dos interstícios – a sobreposição e o deslocamento de domínios da diferença – que as experiências intersubjetivas e coletivas de *nação* [*nationess*], o interesse comunitário ou o valor cultural são negociados. De que modo se formam sujeitos nos “entre-lugares”, nos excedentes da soma das “partes” da diferença (geralmente expressas como raça/classe/gênero etc.)? [grifos do autor] (BHABHA, 2010, p. 20)

Ao colocar em cena a angústia de Adonias, Ronaldo Correia de Brito traz à baila as discussões sobre a linearidade temporal, ou sobre sua impossibilidade, relacionada à dificuldade de se pensar a identidade em termos de um antes e de um depois, de uma unidade, ou ainda de uma linha evolutiva - dilemas do pensamento contemporâneo nas reflexões acerca das identidades culturais e do próprio fazer intelectual. Opta por contar a história a partir dos pontos de diferença. Toma-se a identidade “nordestina”, “sertaneja”, a partir de seus pontos

de tensão, de seus interstícios. Esse caminho, infelizmente, pode revelar-se em sua face desesperadora. Nas palavras de Salomão, tio de Adonias: “- Quando nos distanciamos de nossa origem, o reencontro com o passado é doloroso, quase impossível. Sempre vivi aqui. Desde que nasci olho essa casa. Ela não me assusta porque faz parte de minha vida. Não é o seu caso, Adonias. Para você ela é um fantasma” (BRITO, 2008, p. 150). Essa sensação é comum, para aqueles que saem de sua “pátria”, porque a experiência do deslocamento abala os modelos de identidade de forma irreparável, e o desejo de retorno ao lar convive com o desconforto de sentir-se estranho a ele, pois nos acostumamos com a rotina vivida em outro lugar. Criam-se outras formas de identificação, escolhem-se outros “lugares afetivos”, e novas formas de convivência. E isso acontece porque, em boa parte, o lar “tornou-se irreconhecível” (HALL, 2003b, p. 27).

Por não desejar esse retorno, é que Adonias acha-se enredado neste mal-estar. Adonias representa a singularização daquele que, compondo uma macronarrativa da migração nordestina, agora tem a chance de expor suas aflições, após o “exílio”, após ser apartado do local primeiro de existência, se distanciando, dessa forma, de uma perspectiva nostálgica. *Galiléia* (2008) expõe, ao contrário, a emergência do jogo entre identificação e não identificação, entre sentir-se atraído (e até certo ponto fascinado) e repellido -, fato esse que imprime a sensação de dívida com a terra natal. “[...] Sinto fascínio e repulsa por esse mundo sertanejo. Acho que o traio, quando faço novas escolhas. Para o avô Raimundo Caetano somos um bando de fracos, fugimos em busca das cidades como as aves de arribação voam para a África” (BRITO, 2008, p. 16).

O sujeito em questão não é mais o sujeito regido pela lógica cartesiana de coerência, centro e unidade. A indagação sobre a veracidade de suas “origens”, apresentada no romance, não pretende encontrar uma verdade, uma lógica, algo que esteja sob os escombros, algo verdadeiro que esteja escondido e que precise ser revelado. A preocupação não anda no sentido de descobrir quem realmente ele é e de onde realmente ele vem. Em *Resumo dos Cursos do Collège de France* (1997), Michel Foucault se refere a esse “voltar-se a si”, remontando a um tempo ainda mais remoto do que o do pensamento cartesiano. Refere-se a ele como característica do pensamento filosófico da cultura antiga, sob a ação reparadora e até medicinal do “cuidar de si”. Essa prática pressupõe a preocupação com suas próprias virtudes e alma, reputação e honras. É olhar para dentro de si com a finalidade de conhecer-se a fundo, de “acender a luz da razão e explorar todos os cantos da alma”, proposta principalmente pelo pensamento platônico (FOUCAULT, 1997, p. 120). Vista como um combate permanente, ela permite livrar-se de hábitos ruins e de ideias deturpadas, vindas de outrem, e deve ser exercida

durante toda a vida. A relação com o outro, ou com um mestre, só vai ser considerada de forma mais efetiva nos primeiro e segundo séculos, tendo Sêneca como figura principal, para o qual ninguém é independente o suficiente para cuidar sozinho de si. Um dos argumentos é o de que o homem se ama demasiadamente para dar conta de curar suas próprias paixões. Nesse sentido, a prática de voltar-se para si não seria mais a de encontrar dentro do próprio ser sua “verdadeira natureza”, mas a de absorver ensinamentos, assimilar uma verdade através de conselhos ou leituras, de se apropriar de verdades. Nos séculos seguintes, essa visão vai ser obscurecida pelo cristianismo que ressignificou a teoria do mundo das ideias e o princípio da distinção entre planos distantes ou se aproximam das coisas terrenas e a ideia primeira que delas existe, convertendo-os na dicotomia alma e corpo, sublime e baixo. Retorna-se ao princípio do conhece-te a ti mesmo, de investigação da própria alma.

No romance contemporâneo de Ronaldo Correia de Brito, as indagações de Adonias não objetivam um “autoconhecimento verdadeiro”. Sua aflição resulta da experiência de esfacelamento de antigas certezas que assolam os indivíduos nesta passagem do século XX ao XXI. É o choque, ou para usar termo mais ameno, o estranhamento, causado pela vivência em um momento em que não se possui mais o conforto de uma identificação segura, em que caminhos se cruzam, referenciais culturais se misturam, gerando terceiras, quartas, quintas configurações. É o sujeito migrante, mas que também retorna, se desloca por vontade própria e que é guiado por interesses que vão além da sobrevivência básica, ou da busca de um lar melhor. Transita, mas também coabita espaços. O momento imprime mesmo a necessidade de visualizar por outro ângulo a noção de sujeito e as relações de poder pelas quais os “seres humanos tornaram-se sujeitos” (FOUCAULT, 2009, p. 1).⁷ O primeiro passo é refletir sobre o poder por um viés que não o considere em sua soberania, tendo por objeto de análise não o poder, e sim as relações de poder, como sugere Foucault. É perceber essas relações “na diversidade de seu encadeamento”, nas microrrelações, em sua microfísica (FOUCAULT, 2009, p. 11). Com essa afirmação não se quer ignorar as forças coercivas de instituições ou do “governo” sobre as pessoas, todavia ampliar a análise do poder para se pensá-lo como “um modo de ação sobre as ações dos outros” (FOUCAULT, 2009, p. 11).

Esta forma de poder aplica-se à vida cotidiana imediata que categoriza o indivíduo, marca-o com sua própria individualidade, liga-o a sua própria identidade, impõe-lhe uma lei de verdade, que devemos reconhecer e que os outros têm que reconhecer nele. É uma forma de poder que faz dos indivíduos sujeitos. Há dois significados para a palavra *sujeito*: sujeito ao

⁷ Versão digitoscrita, disponível em planetaadm.cariri.ufc.br/index.php?option=com_docman. A numeração das páginas segue a numeração feita a partir do arquivo em formato pdf.

outro através do controle e da dependência, e ligado a sua própria identidade através de uma consciência ou do autoconhecimento. Ambos sugerem uma forma de poder que subjuga e sujeita. [grifo do autor] (FOUCAULT, 2009, p. 5)

Foucault (2009) sugere que o objetivo neste fim de milênio não é mais o de encontrar o que os sujeitos são de verdade. A recusa do que são os sujeitos e a construção daquilo que poderiam ser é o que pode libertá-lo do “constrangimento político” da individualização e da totalização do sujeito moderno. Somente a partir da recusa é que se poderá edificar outras formas de subjetividade diferentemente das que foram impostas no decorrer da história da humanidade. O primeiro passo é rever essas formas de subjetivação, recusá-las e denunciar seus modos de aprisionamento, redimensionando a pertinência de todo um acervo presente na memória coletiva.

Esta mesma memória é composta por duas faces inseparáveis: lembrança e esquecimento. Lembrar somente se torna factível porque previamente houve o esquecimento, desconsiderando-se a ordem contrária. Denunciando o “caráter despercebido de perseverança da lembrança”, o esquecimento passa a ser visto como reserva ou recurso, e como “subtração à vigilância da consciência” (RICOEUR, 2007). Ele é aquilo que escapa à tentativa da memória humana de reter todas as coisas, o “tendo sido” que se sobressai ao “não mais ser” nos jogos de significância das tramas do passado. Nesse entendimento, o esquecimento ganha potência positiva, é onde se busca a lembrança. Para Adonias, não esquecer torna-se enlouquecedor.

[Ismael] – Que memória a sua, eu nem lembrava mais. / [Adonias] – Eu não esqueço nada. Esse é meu castigo. / – Eu queria ter sua memória, recordar tudo. / – Não queira. Ela cobra um preço alto. Esquecer é melhor. / Eu pareço esquecer, mas tudo se guarda lá dentro e surge nos impulsos descontrolados. Sou capaz de matar quando sinto raiva. (BRITO, 2008, p. 44)

O quase obsessivo desejo humano de guardar todos os acontecimentos, acompanhado do medo da perda da memória, se transforma, no caso de Adonias, em anseio por não rememorar os momentos que o mantém preso a outro tempo. Desse modo, o completo esquecimento seria redentor e sua vontade maior. Parece, contudo, haver a necessidade da personagem reviver esse processo para que encontre uma saída para a angústia que sente. Parte desse sentimento é incitada pela incerteza sobre a morte do avô, motivo da viagem à Galiléia. Adonias não sabe se, ao chegar à fazenda, encontrará o avô vivo. Paradoxalmente,

Raimundo Caetano está às vésperas de seu aniversário. O personagem encontra-se, dessa forma, entre o pesar da morte e a celebração da vida de Raimundo Caetano, que pode ser lido como representante primordial de suas “origens”. O falecimento, em primeira instância, representaria o rompimento dos “laços originais”, Adonias, no entanto, percebe que não é possível desligar-se, a ligação permanece – não de forma intacta – permeada pelas transformações que movimentam o curso da história, diferentemente do que imagina o avô: “– Morro, sou posto de lado e não atrapalho o avanço do tempo. / – Mas o tempo avançou, mesmo com o senhor vivo. Eu, Ismael, Elias e Davi somos a prova disso” (BRITO, 2008, p. 220). O patriarca seria o último reduto da memória intocada. O elo mais remoto da família. Este seria personificação da própria cultura sertaneja. E se o falecimento de Raimundo Caetano poderia ser compreendido como apontando para uma possível morte dessa cultura, tal argumento, ao final do romance é anulado, uma vez que o avô, como declara Adonias, não deseja morrer: “O mundo reluz após vinte e um dias de chuva, tempo em que me encolhi indeciso, esperando que o avô morresse, mas ele não quis morrer. Preferiu continuar vivo, empestando o mundo com seu cheiro podre” (BRITO, 2008, p. 225).

A antropofagia é evocada em comparação à resistência à morte demonstrada pelo patriarca dos Rego Castro. Trata-se da descrição do ritual antropofágico que era realizado pelos índios Jucás, reconhecidos por Adonias como antepassados diretos de sua família e, apesar da violência da colonização e das inúmeras mortes sofridas, como integrantes na formação da população sertaneja. O corpo dos grandes chefes era devorado ou apodrecia embaixo de uma camada fina de terra, que permitia que as pessoas aspirassem o cheiro que dela emanava e, dessa forma, absorvem, pela respiração, suas virtudes. Para o tratamento da identidade cultural, agenciar a deglutição do outro significa, pelo menos desde o Modernismo, aceitar esse outro como parte integrante do ser, desmistificando a crença na pureza. O canibalismo, que tanto aterrorizou os europeus nos dois primeiros séculos da colonização, reapropriado pelo Movimento Modernista como conceito para a discussão dos trânsitos culturais no início do século passado, é acrescido de uma força semântica, talvez, ainda maior na contemporaneidade, momento em que as identidades atravessam turbulento processo de desintegração. Abre passagem para se desierarquizar as posições, ao promover uma troca de lugares e reverter o desnível entre as relações de poder. O que antes era uma luta entre polaridades passa a ser uma luta dialética de interior/exterior, sem que se consiga identificar onde começa e termina um e outro. Com a deglutição simbólica, a cultura sertaneja, representada pela *persona* de Raimundo Caetano, passa pela antropofagização e é

ressementizada em detrimento da ideia de aviltamento e contágio, os quais, imputados pelas mudanças históricas, supostamente atingiriam a cultura popular.

Em *Galiléia* (2008), enunciados sobre o nordestino, bastante difundidos na cultura brasileira, são articulados na construção do romance, e questionados por Adonias, para quem estes soam retrógrados, passadistas. O personagem não se sente à vontade com as conversas que versam a respeito de temas sobre a formação da população nacional e, mais detidamente, do Nordeste do país. No trecho a seguir, pode-se ler claramente a alusão feita às teorias de Euclides da Cunha.

Tive de ouvir as teorias de Ismael sobre a povoação dos sertões por uma raça mestiça, mais resistente ao clima, feito o gado pé-duro que os antigos traziam. Felizmente a conversa esfriou. Eu estava sem ânimo para mais discussões. Não me sinto seguro teorizando sobre história do Brasil. Sou incoerente, não tenho posições firmes. (BRITO, 2008, p. 17)

A estória sertaneja acha na figura de Salomão um fiel guardião. Sua biblioteca “labiríntica” está repleta de tratados, genealogias, histórias da vida e do povo sertanejo. O conhecimento e o apego do tio pelo assunto são desdenhados por Adonias, que os julga como fazendo parte de um esforço desprovido de sentido para o contexto atual. “- Tio Salomão é um regionalista. Existe coisa mais fora de moda que um regionalista?” (BRITO, 2008, p. 163). Salomão, no ponto de vista do sobrinho, é descrito como um homem totalmente dedicado às investigações, um “celibatário convicto” (BRITO, 2008, p. 55). Defensor da região e extremamente orgulhoso da “heráldica sertaneja”, não teve uma prole a quem deixar seu legado cultural (BRITO, 2008, p. 160). A descrição de Salomão feita por Adonias associa a figura do tio à “pureza”, a uma pureza virginal, que não possui uma prole que garanta a transmissão de seus valores. Desse modo, estes permaneceriam “íntactos”, uma vez que não passam pelas transformações históricas empreendidas por outras gerações. Em contraste à preocupação de Salomão estaria a opinião das costureiras, que trabalham no fabrico das redes junto com Maria Raquel, matriarca da família.

As costureiras largam o trabalho, felizes porque voltam para casa. [...] Nenhuma das moças especula sobre o movimento regionalista, como tio Salomão e tia Marina. Pra elas pouco importa que o regionalismo tenha sido uma invenção dos intelectuais do Recife para se contraporem aos modernos do sudeste, ou que seja um formato de romance fora de moda. Elas costuram redes, bordam panos, tecem varandas, deitam e dormem despreocupadas se as redes são regionais e possuem pouco valor de mercado porque foram fabricadas no Nordeste, bem longe de São Paulo e do Rio de Janeiro. (BRITO, 2008, p. 170)

A menção aos Movimentos Modernista e Regionalista e a uma “consciência popular”, ou de pessoas populares, preocupadas mais com o pragmatismo do que com as implicações culturais de sua produção, indica que, para Adonias, essa celeuma é derivada de uma cultura livresca, disputa de intelectuais, de homens que se escondem em seus gabinetes, com suas livrarias empoeiradas e com suas páginas devoradas pelas traças, como se refere à biblioteca do avô. “Elas nem ligam para o significado de autêntica cultura brasileira e outros desvarios, olham a triste figura que aparento, indiferentes às minhas ambiguidades, meu eterno dilema entre ser ou não ser um novo profeta sertanejo” (BRITO, 2008, p. 170). O uso do termo “invenção” aponta para a consciência do personagem no que se refere às ações que se fazem necessárias a moldagem do discurso regionalista e às relações de poder que elas engendram. A dicotomia Nordeste/Sudeste é colocada em pauta e também integra essa consciência, vendo esse regionalismo como obra de uma autorreflexão que se deu tendo um “outro” como interlocutor.

No texto, as narrativas da família se apropriam e são incorporadas às narrativas maiores sobre a formação do sertanejo e do brasileiro. Remontam aos primórdios da colonização e resgatam a aura de aventura e de coragem que envolve a época da expansão marítima. História da travessia do Atlântico feita por milhares de homens que deixavam sua terra, encorajados pelas promessas de enriquecimento fácil, pela chance de se estabelecer em condição financeira abastada no “novo mundo”, ou de retornar em situação de poder ao “velho continente”. Fragmentos de uma “história nacional” são convocados a participar das histórias individuais dos membros da família Castro. Esse processo é trazido à tona por Adonias de forma crítica. Ele denuncia as artimanhas literárias empregadas pelos parentes na construção desses enredos e a maneira como eles adquirem importância para quem os conta e para quem os ouve, de modo a incorporá-los em uma rede de sentidos que passa a habitar os sujeitos e os constroem. São acrescentados de produtos da imaginação, que preenchem os fatos que não podem ser recuperados, como acontece com a estória de Francisco Álvaro de Castro, ilustre antepassado da família, que carrega consigo uma vida de viagens, fugas e perigos.

[...] Nosso tio se perguntava de que maneira e com que intenção as duas histórias foram cruzadas. Todos sabíamos a resposta. Inconformados com a crônica medíocre da nossa trajetória para o Brasil, sem heróis nem bravatas no além-mar, nós romancemos as vidas comuns da família, inventamos personagens e remendamos neles pedaços de narrativas, dramas e farsas da tradição oral e dos livros clássicos. Os parentes letrados e genealogistas muito contribuíram com as suas leituras. Sempre fomos uma família de

mentirosos e fabuladores. Como arqueólogos que emprestam a imaginação para recompor uma ânfora etrusca a partir de cinco cacos de cerâmica, nos apropriamos dos bens da cultura ao nosso alcance, enxertamos aventuras na vida insignificante dos antepassados, na louca esperança de nos engrandecermos. Que mal havia nisso? (BRITO, 2008, p. 26)

Essas passagens demonstram que, para o romance, literatura e oralidade caminham juntas na manutenção e na transmissão dessas histórias. A literatura clássica lhes confere o caráter de heroísmo e de imutabilidade, por serem narrativas de um passado absoluto, acabado, de heróis, que não podem mais ser contestadas devido à distância temporal épica (BAKHTIN, 1998). A tradição oral com seu modo de rememoração diferenciado atinge um maior número de pessoas. A contação pela voz exige o empenho mais acurado do corpo e a participação de quem ouve, criando uma relação mais íntima entre os sujeitos e as narrativas e uma sensação de compartilhamento de histórias similares dentro de uma determinada comunidade. A fabulação é comparada ao fazer arqueológico, aludindo às dificuldades enfrentadas pelos arqueólogos na reconstrução do passado a partir de vestígios parcos e à necessidade do uso da imaginação para fazer associações e recompor características de determinada sociedade. Ironicamente formulada, a pergunta final faz reviver as vozes dos parentes que se empenharam nesse processo. Aparece ao lado de certa ingenuidade, permitida desde que o projeto não cause danos a ninguém. Como se a simples invenção de histórias não representasse nenhum mal maior. Retomada por Adonias, a pergunta vem carregada de ironia justamente por reconhecer que as histórias moldam subjetividades, se entranham no sujeito, e mesmo sob questionamento, continuam a fazer parte de sua identidade.

No pensamento foucaultiano, a arqueologia, adquire importância crucial para o pensamento histórico. Ela é transformada em conceito e método de análise, colocando em destaque a noção de descontinuidade. A história tradicionalmente empenhada no estudo e descrição de grandes períodos, buscando uma lógica entre os acontecimentos, compreendia as descontinuidades como desvios, como exceções que prejudicavam o raciocínio histórico e que deviam, portanto, ser aniquiladas. Ver os fatos como sucessivos e alinhados garantia um lugar de estabilidade, uma coerência interna, um conforto, ao se rerepresentar o passado. A análise arqueológica passa a ver esses desvios e contradições como um dos elementos fundamentais da análise histórica (FOUCAULT, 2010, p. 9). Sobre as contradições, explica Foucault que estas

[...] não são nem aparências a transpor, nem princípios secretos que seria preciso destacar. São objetos a ser descritos por si mesmos, sem que se

procure saber de que ponto de vista se podem dissipar ou em que nível se radicalizaram e se transformaram de efeitos em causas. (FOUCAULT, 2010, p. 171)

É preciso abrir mão de noções que corroboram a ideia de continuidade histórica, tais como as de desenvolvimento e evolução, que fazem com que acontecimentos diversos sejam associados a um mesmo princípio organizador, e as noções de mentalidade e espírito, que garantem o estabelecimento de uma continuidade entre fenômenos de um mesmo período histórico (FOUCAULT, 2010, p. 24). Com isso, não se quer dizer que seja obrigatório descartá-las de modo definitivo, mas “sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 28).

Em *Galiléia* (2008), a homogeneidade da história é contestada, apontando para o esforço que é feito para garantir que a história repassada seja coerente. Ainda assim, restam diversos espaços vazios, ou “mal contados”, o que faz ver a impossibilidade de certeza absoluta sobre os fatos. A incoerência torna difícil a aceitação desse passado comum e, por conseguinte, harmonizá-lo à experiência de vida presente é ainda mais complicado. No entanto, não há mais como se desfazer dele. Encontra-se já encravado na experiência dos indivíduos que o encenam.

Como acontece na história atribuída a Francisco de Álvares Castro, patriarca da família de Adonias. Na verdade, esta era a história de Baltazar Álvares de Castro que havia mudado de nome para Isaac Oróbio de Castro, ao se tornar membro da comunidade judaica de Amsterdã. O registro do segundo forneceu material histórico para a narrativa fantasiosa do primeiro. O judeu que nunca teria chegado ao Brasil converteu-se no percurso de vida do homem que tanto causou orgulho aos Castro. Adonias afirma que “o imaginário fértil dos sertanejos reinventou a história desse homem, semelhantes a milhares de outros judeus que chegaram à Península Ibérica por volta do século onze”, e acrescenta “essa conjecturas, sem fundamento, são típicas de nossa formação apressada. Levantamos hipóteses sobre tudo, teorizamos, fazemos história e sociologia empíricas, confundimos fabulação com ciência” (BRITO, 2008, p. 25). A vida de Francisco de Castro vai ser retirada da estória dos muitos judeus que

[...] fugiram da Ibéria para a Holanda mudaram-se para Pernambuco na comitiva do conde Maurício de Nassau, e ali viveram a salvo das perseguições com rua de comercio e sinagoga, até serem expulsos com os

flamengos. A lei foi implacável com os judeus velhos e aqueles que, depois de convertidos ao cristianismo, judaizaram. Em poucos meses, a florescente comunidade judaica se desfez. Porém, nos interiores cearenses, contava-se como verdade inabalável que muitos cristãos-novos fugiram a essa expulsão, embrenhando-se sertão adentro, dando origem a dezenas de famílias com os sobrenomes Pinheiro, Nunes, Castro, Álvares, Mendes e Fonseca, embora afirmem que no mundo ibérico não se identificam judeus pelo sobrenome. (BRITO, 2008, p. 24)

Nesse emaranhado, são enfatizados mais uma vez a importância e poder da literatura quando se trata de reconstituir a história, suscitando a relação conturbada entre literatura e história enquanto disciplinas. Em meio a toda revisão que Adonias faz de suas origens, o romance de Ronaldo Correia de Brito fornece material para se discutir os papéis de ambas as disciplinas na construção da narrativa nacional e de uma história do sertão. Adonias afirma:

– Mas não somos historiadores, e sim fabuladores – rebatíamos. – A guerra de Tróia teve menos importância para os gregos do que para Homero, um poeta. Não despreze os que enalteceram nosso avô Francisco de Castro com a sabedoria de Isaac Oróbio. Pense em quanto lucrámos com essa mentira. Onde não existe esplendor, inventa-se. (BRITO, 2008, p. 27)

No trecho acima, a literatura é contraposta à história, raciocínio comum para as críticas empenhadas na distinção absoluta entre os discursos literário e histórico, pautadas na dicotomia ficção/realidade, atribuindo ao discurso histórico um teor documental que preconiza a suposta correspondência direta com o real e a veracidade como critérios definidores de sua validade. Por sua vez, ao discurso literário corresponderiam a imaginação, a irrealidade e o mundo da fantasia. Seria, pois, quando muito, a “subversão” – entendida substancialmente no sentido pejorativo como “sub-versão” ou versão inferior - da História. No romance, essa contraposição parece querer enfatizar o caráter fabulado da história familiar, tornando-se uma chave de leitura fundamental no que diz respeito à revisão da identidade nordestina e de sua incontestabilidade no imaginário cultural brasileiro. Parece haver a necessidade de desmistificar certos mitos sertanejos que acompanham a imagem de Nordeste desde o início do século XX, e que tiveram o apoio tanto da sociologia e das artes de modo geral, quanto da história e da literatura.

Nos debates sobre as inter-relações entre as duas disciplinas, é importante frisar que se questionarmos a própria concepção de realidade e de ficção de modo a desnaturalizá-la, essa distinção excludente torna-se frágil e de pouca valia para os estudos acerca das relações entre texto histórico e texto literário, uma vez que delinear uma linha precisa entre um e outro é tarefa bastante complicada. Pode-se dizer que há mais pontos de encontro do que de

divergência nessa relação. Para Iser (1975), o texto ficcional toma a “realidade repetida”, não somente social, mas também de ordem sentimental e emocional, e ao fazê-lo transforma essa “realidade repetida” em imaginário através de sua substancialização em signos. Este processo consiste em um ato de transgressão dos limites entre realidade, ficção e imaginário. Nesse sentido, a ficção não é o outro lado da realidade, nem os textos ficcionais são isentos desta, mas se caracterizaria como outro modo de apreender o “real”. Dever-se-ia falar então em textos e em discursos comprometidos com a verossimilhança. Para fazer sentido, o texto literário e o texto histórico precisam parecer “verdadeiros” e “prováveis”. O que acontece, no entanto, é que ao texto literário é permitido limites mais amplos de fantasia no momento da criação que comumente não são permitidos ao historiador (PESAVENTO, 1991). Acerca da tomada da “realidade repetida”, declara Iser (1975, p. 38)

A seleção é uma transgressão de limite na medida em que os elementos acolhidos pelo texto agora se desvinculam da estruturação semântica ou sistemática dos sistemas de que foram tomados.

Cada texto se constitui como uma forma única de ver e de dizer o mundo em que vivemos. Os elementos que estarão presentes nesses textos partem de um processo de seleção, de escolha, que está diretamente associado às vivências e ao modo como o produtor do texto lida com aquilo que foi experienciado. Esse é um sujeito histórico e como tal está inserido em determinado tempo e espaço. A captação dos elementos pelo texto põe-nos para funcionar de outro modo, e os transforma em objetos de percepção. Não se pode esquecer que toda escolha implica necessariamente na inclusão e, por conseguinte, na exclusão de determinados aspectos, que articulados constroem uma narrativa única ao inter-relacionar dados e criar sentido para o mundo. Tanto o discurso histórico quanto o discurso literário são compreendidos como produtores de conhecimento, como formas de narração. Assim como nas produções literárias, o discurso histórico também é produzido a partir do ponto de vista de um sujeito, de sua interpretação e de seu julgamento dos dados empíricos. Ambos encontram-se no âmbito da representação - ou “re-presentificação”, pois como afirma Pesavento (1998):

[...] a história só se realiza no campo da representação tanto de quem participou dos eventos do passado e deles deixou algum registro, quanto de quem, no presente, busca recuperar aquelas fontes e delas fazer uma releitura.

São dois discursos com funcionalidades diversas, mas que comportam a potência de narrar o indivíduo e a sociedade da qual participa, se auto-narrar e narrar o outro. Não se pode pensá-los separadamente ou em oposição. As peculiaridades da história e da literatura perpassam ambos os textos – histórico e literário. Estes são versões possíveis de um mesmo evento, se não do mesmo, mas pelo menos daquele escolhido politicamente como o mais verdadeiro, e que por isso foi sobreposto aos demais.

Em *Galiléia* (2008), as lacunas da história são alegorizadas através das páginas ausentes nos livros da biblioteca de Raimundo Caetano. Adonias era, então, impelido a preencher as estórias com a imaginação.

O relato do homem lembra os livros da biblioteca do avô Caetano, todos parcialmente comidos pelas traças e cupins. Difícil encontrar algum que não tivesse buracos no miolo das folhas, em que não faltassem páginas inteiras, obrigando-me a imaginar o que não conseguia ler, a tornar-me parceiro de autores famosos. [...] No melhor das histórias, os insetos vorazes comem páginas inteiras, provocando um hiato na minha formação intelectual. Meu saber fragmentou-se como um vaso de argila sumério. O justo seria tornar-me um arqueólogo à procura de cacos de ânfora, tentando recompô-la como a memória da família de que me dizem herdeiro e guardião. Mas recuei do projeto, temeroso dos riscos. Respondo às propostas de tornar-me cronista como o escrivão Bartleby de Melville, repetindo: “Acho melhor não.” (BRITO, 2008, p. 37)

A articulação do ficcional com o historiográfico preconiza ficção e história como gêneros da narração. Distinguem-se basicamente por sua estrutura. “A metaficção historiográfica não reconhece o paradoxo da realidade do passado, mas sua acessibilidade textualizada para nós atualmente” (HUTCHEON, 1991). Tais produções fazem vir à tona versões do passado histórico não contempladas pelo discurso oficial e tentam mostrar como essa mesma narrativa oficial desse passado histórico compreendida como comum, universal, que contempla e diz respeito a todos, se sustenta no jogo entre a memória, aquela que guardaria todas as coisas e nos livraria de um caos por perdas de informações, e o esquecimento, que nos livraria de um possível colapso que seria acarretado pelo excesso de lembranças. Pensar as interconexões entre literatura e história e seu papel na construção identitária, é pensá-las como narrativas profícuas para este processo e que, de modo a impor ou a subverter, pautam-se na premissa da verossimilhança. Adonias vai reconstruindo sua história intercalando pedaços da “história oficial” a pedaços imaginados de uma textualidade.

[...] Os livros da biblioteca do avô Raimundo Caetano condenaram-me à divagação. Ouço, distraio-me, os cupins roem papéis e neurônios, uma

página se estraga, uma lembrança se oculta, leio mais, as traças roem, roem, roem, salto buracos com nada escrito, invento pedaços de romances, escuto. (BRITO, 2008, p. 39)

Ao questionar a veracidade dos relatos de família, que ajudaram a compor uma tradição mítica sertaneja, e ao confrontar história e literatura, dando ênfase a esta última como responsável primeira nesse processo, o romance de Ronaldo Correia põe em terrenos movediços um conjunto de ícones e de práticas que compõem o quadro da identidade nordestina - da sertaneja, mais especificamente. Põe em cena um sujeito que não se reconhece mais naquela configuração, mas que guarda consigo irremediavelmente esse legado. O Nordeste é apresentado através dos dilemas contemporâneos sobre a desestabilização das identidades em um tempo em que é cada vez mais difícil considerar a identidade arraigada aos limites territoriais, seja de cidade, de região ou de nação. O retorno subverte a sacralidade que circunda a memória e o território da Galiléia, como indica claramente o próprio nome da fazenda, terra natal do messias. A Galiléia, palco de tragédias, estórias de ódio, de amor e de vingança, é, portanto, o espaço mítico sagrado que deveria ser preservado pelos descendentes. As referências bíblicas se estendem aos nomes das personagens. Adonias, na escritura sagrada, é aquele que tenta usurpar o trono deixado por Davi a seu filho Salomão. No romance de Ronaldo Correia, Adonias não consegue aceitar o gosto obstinado do tio Salomão pelos mitos sertanejos, pela literatura regionalista, pois é como se este lugar de guardião, antes ocupado por seu tio, devesse ser agora apropriado por ele. Essa missão de transmitir os aspectos culturais persegue Adonias, seu “eterno dilema entre ser ou não ser um novo profeta sertanejo” (BRITO, 2008, p. 170). Salomão, descrito em Livro dos Reis I, é notável pela sua sabedoria, “maior do que a sabedoria de todos os do Oriente, e do que toda sabedoria dos egípcios”, atraindo muitas pessoas que “vinham de todos os povos a ouvir a sabedoria de Salomão e de todos os reis da terra que tinham ouvido da sua sabedoria” (BÍBLIA SAGRADA, 2007, p. 303). Em analogia, o Salomão do romance possui a chave do conhecimento, vive entre os livros que pouco interessam a seu sobrinho.

Diferentemente de boa parte das produções regionalistas, principalmente aquelas debruçadas sobre um realismo exaustivo, e que almejavam descrever minuciosamente o Nordeste com suas peculiaridades, o romance em questão chama a atenção para o caráter literário, artístico, chama a atenção para o Nordeste como símbolo, como a invenção de uma tradição. Há um movimento no sentido de abrir essa história até fazer ver suas entranhas, de escarafunchar esse passado, de mexer nessa ferida até que seja confessada sua criação. Todo esse processo se configura como uma espécie de negação/afirmação. Negação/afirmação de

antigas certezas, de pressupostos cristalizados de outrora, que são retomados na narrativa contemporânea sob outro prisma. *Galiléia* (2008) se utiliza de um repertório de contornos, que se delinearam principalmente a partir do Modernismo/Regionalismo, e converte-os em um estado voltado para o presente, diferentemente de parte dos romances de 30 – preocupada com o passado, regida pela nostalgia; e de outra - preocupada com o futuro, regida pela utopia. Apropria-se desse presente, à medida que retoma um passado para análise, revisão, para que a partir daí se possa pelo menos tentar entender o espaço contemporâneo. Trata-se de um movimento de quebra de convicções, da apresentação de um mundo fragmentado, de um Nordeste e de um sertão igualmente fragmentados. Sobre esse caráter de “presentificação” em obras contemporâneas, Beatriz Resende (2008, p. 28) aponta que

Diante das novas configurações do espaço geopolítico e de diferente organização do tempo, premido pela simultaneidade, as formações culturais contemporâneas parecem não conseguir imaginar o futuro ou reavaliar o passado antes de darem conta, minimamente, da compreensão deste presente que surge impositivo, carregado ao mesmo tempo de seduções e ameaças, todas imediatas.

Ao contrário da pretensão de querer enquadrar o romance de Ronaldo Correia de Brito em uma categoria ou em uma geração, o que seria também um equívoco, podemos afirmar que ele segue alguns dos fluxos da literatura contemporânea. Digo “alguns” justamente por causa da impossibilidade de se definir essa literatura contemporânea, encerrando-a em parâmetros pré-estabelecidos. Ela se configura principalmente pelo caráter de multiplicidade, pela variedade de formas e de assuntos abordados, difíceis de serem analisados sob os olhares já consolidados. Ainda acompanhando Resende (2008, p. 18), podemos afirmar sobre esses caminhos de convivência e tensão que a

Multiplicidade é a heterogeneidade em convívio, não excludente. Esta característica se revela na linguagem, nos formatos, na relação que se busca com o leitor e – eis aí algo realmente novo – no suporte, que, na era da comunicação informatizada, não se limita mais ao papel ou à declamação. São múltiplos tons e temas e, sobretudo, múltiplas convicções sobre o que é literatura, postura que me parece a mais interessante e provocativa nos debates que vêm sendo travados.

Galiléia (2008), de certo modo, impõe essas reflexões, primeiramente, ao retratar uma temática que costuma estar repleta de tradicionalismo na cultura brasileira - o sertão -, tomando outros caminhos. Além da reversão temática gritante que pode ser lida no romance, Ronaldo Correia de Brito lança mão de recursos que aproximam seu texto de outros campos

semióticos. Adere a uma linguagem enxuta, concisa, livre de exageros verbais, que se assemelha à linguagem dos noticiários. Os cortes no romance na passagem de um capítulo ao outro lembram cortes cinematográficos podendo ser associados a uma sequência de planos. As próprias “falhas da memória” são representadas por espaços em branco, intercalados por reflexões, dando a sensação da existência de dois planos: o factível e o interior, da consciência de Adonias –, como no trecho que tentei reproduzir abaixo de modo a preservar a configuração apresentada no romance:

De que falava o homem do bar, enquanto minha escuta divagava como a de um psicanalista? Os trovões e os sons da guitarra comiam o miolo das frases, do mesmo jeito que as traças e cupins devoravam páginas dos livros.

[...]

Ia num ônibus da Prefeitura. Eu não possuo carro. De cavalo essa juventude não aceita andar. A cidade fica para trás, o senhor passou nela, há quase duas léguas. É longe e incômodo sair toda noite de casa. Tem de estudar, é o jeito. Não existe mais roça, nem eles querem. Não existe mais gado, nem eles querem. Tem a cidade sem emprego.

eu e minha mulher pensando que ele estava na escola

Joel, o primo dele, chamou a atenção da gente. Pense num rapaz bom e estudioso, aquele. Da idade do nosso filho.

o senhor correu pra guardar seu aparelho

não serve pra gente, nem se servisse

por mim, podia ficar dez anos em cima do banco

(BRITO, 2008, p. 37-38)

Trata-se de uma “outra dicção”, nas palavras de Resende (2008), que expõe as tensões entre o espaço rural e o urbano, o local e o global, a identificação e a história, mas, sobretudo, em relação aos “precursores” literários (as referências). Ainda que não apareçam de modo explícito, e as demandas atuais, de um sujeito vivendo as transformações espaciais deste início de milênio, o que acaba criando novas subjetividades.

Esses “precursores” são, sobretudo, os modernistas/regionalistas, mas também produtores culturais que os sucederam, do Cinema Novo, do Movimento Armorial e da produção televisiva, cada um com sua consciência nacional própria, mas possuidora de traços compartilhados. Os discursos regionalistas e as transformações por que passaram – do regionalismo sertanista do século XIX, passando pelo regionalismo modernista, pelo

regionalismo singular de Guimarães Rosa, até as revisões desses discursos desde, pelo menos, a década de 70.

O realismo que permeou, no século XX, boa parte das obras regionalistas, e, conseqüentemente das imagens sobre o Nordeste, aparece reformulado em produções literárias contemporâneas. Este não é, porém, um realismo tradicional voltado ora para a busca da correspondência direta com o real, ora para a tendência de alimentar um programa político pré-estabelecido. Na literatura atual, muitas vezes, esse realismo se debruça sobre a necessidade de apontar os problemas da sociedade contemporânea, não raramente privilegiando perspectivas antes desprezadas, de sujeitos marginalizados, de modo a apresentar essa mesma sociedade sob um viés antes não explorado. Trata-se de “um compromisso com o real em que o autor, num mesmo golpe, se apresenta como herdeiro do realismo e se distancia do tipo específico de realismo entendido como neonaturalismo, e de uma literatura intimista centrada na subjetividade contemporânea que ele denomina “egótica” (SCHOLLHAMMER, 2010, p. 55), “cuja realidade não se apoia na verossimilhança da descrição representativa, mas no efeito estético da leitura, que visa a envolver o leitor afetivamente na realidade da narrativa” (SCHOLLHAMMER, 2010, p. 59).

Nessa esteira é que se apoia Ronaldo Correia de Brito, ao escrever seu primeiro romance. Propõe-se a descrever esse sertão atual, os problemas que o circundam, sem deixar de entrever sua relação com o passado. O passado aqui não visto como factual, mas como potência narrativa e narradora. Evoca a tradição não para aniquilá-la e sim para convertê-la em material necessário a revisão daquilo que identifica ou não os sujeitos contemporâneos. Preocupa-se em entender os trânsitos de hoje a partir da desmistificação de uma essencialidade. Constrói um espaço realista até certo ponto, expondo elementos que configuram a atualidade sem, contudo, negligenciar as zona de turbulência que acompanham essa subjetividade contemporânea, principalmente, no que se refere à identificação. Concomitantemente, há no texto passagens que contrastam temas comuns nos noticiários, como as em que fala sobre a prostituição infantil, com passagens, como a da suposta conversa entre Adonias e seu tio Domísio, em que predomina o devaneio, o onírico.

O realismo na composição do espaço não se concentra mais, portanto, na descrição exhaustiva de caracteres com o objetivo de atingir a verossimilhança. Pretende expor as fraturas, as fendas e as veredas de um espaço impossível de ser reconstruído a partir da homogeneidade, da unidade. Esse processo não descamba na fragmentação absoluta. Há, acredito, uma desintegração, ou uma noção que preconiza essa desintegração irreversível, mas não uma situação em que não se possa realocar essas espacialidade ou reestruturá-las,

conforme veremos na próxima seção. Trata-se, sim, de recompor os espaços a partir da ruptura. Principalmente, da ruptura com antigas noções que impedem esse salto, não para o futuro, mas para o presente, afirmando, desse modo, o princípio da “presentificação”.

4 TERRITÓRIOS, TRÂNSITOS E IDENTIDADES – NO RASTRO DE MIGRAÇÕES E DIÁSPORAS E O NORDESTE CONTEMPORÂNEO DE RCB

[...] Como aceitara ir / no meu destino de mar, / preferi essa estrada, / para lá chegar, / que dizem da ribeira / e à costa vai dar, / que deste mar de cinza / vai a um mar de mar; / preferi essa estrada / de muito dobrar, / estrada bem segura / que não tem errar / pois é a que toda a gente / costuma tomar / (na gente que regressa sente-se cheiro de mar).

João Cabral de Melo Neto, *O rio*.

Os homens vinham e havia um caminho. / Continuavam, e o prumo os esperava / e eles seguiam acreditando nisso: / sempre rumar – sempre sempre sempre. / Os homens nunca chegavam a algum lugar, / mas iam eternamente em busca de, / pois não queriam nem suportariam / entender a verdade do lugar nenhum.

José Inácio Vieira de Melo, *Sentido*.

Como, então, pensar o Nordeste e, mais especificamente, a espacialidade “sertão”, dentro de uma dinâmica contemporânea que produziria, além de identidades cada vez mais desagregadas, a diluição acelerada dos territórios e de suas fronteiras físico-simbólicas?

A desterritorialização parece acompanhar o fluxo identitário das últimas décadas e exigir que se redefinam novas formas de conceber os espaços, sejam eles materiais ou imateriais. Conceitualmente, o momento contemporâneo aparece marcado pela insígnia da mobilidade. O prefixo *trans* diante de termos pertencentes aos mais variados campos semânticos indica a perspectiva do “movimento” e da fluidez, das trocas e das intermitências das fronteiras. A transnacionalização dos serviços e das mercadorias, as interconexões culturais, a circulação de informações e o fluxo de pessoas, e mesmo a consequente sugestão do enfraquecimento dos limites dos Estados-nação, fornecem a sensação de que estamos em constante movimento.

Para além das proporções, inimagináveis há apenas algumas décadas atrás, que a tecnologia da informação tem adquirido e das facilidades de execução das viagens nacionais e internacionais – impelidas pelos mais diversos objetivos –, graças ao avanço técnico dos meios de transporte, este é um momento em que antigas certezas têm sido dissolvidas. A própria revisão de conceitos e, principalmente, de dicotomias, como brancos/não-brancos, proletários/burgueses, civilização/barbárie, construídas durante a modernidade, permitiria a classificação do momento como um período de transição, gerando problemas até mesmo quanto a sua denominação, sendo por vezes chamada de modernidade, por outras, de modernidade tardia. Dentro de classificações controvertidas, pode-se facilmente falar de território resvalando numa perspectiva de desenraizamento irremediável e da inexistência de

“raízes”, ou numa visão que proclama a “flutuação” desenfreada dos sujeitos na “era contemporânea”. Interessante perceber que nesse processo de desterritorialização o que está em jogo é o próprio sentido de território, pois, a princípio, todo desterritorializar-se pressupõe uma territorialização.

A depender do ponto de vista ou do campo a partir do qual se fala, os discursos sobre o território assumem aspectos peculiares e tendem a privilegiar a categoria analítica que mais serve aos seus interesses, econômica, política, naturalista, idealista ou simbolicamente falando.⁸ Rogério Haesbaert da Costa (2010, p. 82), ao analisar as formas de conceituação do território, avalia como mais eficaz uma perspectiva integradora, que agregue as várias perspectivas e que o conceba como relacional não apenas em termos das implicações “histórico-sociais”, porém, em “uma relação complexa entre processos sociais e espaço material”. Ao mesmo tempo em que se abandona a ideia de que o território seja exclusivamente material, são levadas em conta os aspectos intangíveis e as relações de poder, evitando os extremos de, por um lado, isentar o meio físico da responsabilidade que este exerce na construção das relações sociais e, por outro, de atribuir-lhe papel determinante nas demais instâncias da vida humana. Esta última premissa serviu de base para as perigosas tentativas de se estabelecer correspondências diretas entre solo e identidades culturais, que se consolidaram especialmente no que se refere às identidades nacionais e continuam a fazer parte de enunciados essencialistas, não obstante associados à máxima determinista que declara o homem como produto do meio.

A importância de se considerar a conceituação integradora do território, chamando atenção para as relações de poder, reside no fato de que a própria conceituação de território como elemento imutável, acabado, tendo em conta apenas um dos vieses pelos quais pode ser analisado, e desprezando a complexidade das relações que o permeiam, é que leva à noção de desterritorialização como diluição desenfreada. O território estaria, desse modo, entre um “princípio”, um estado inicial, estável e um estado posterior, vulnerável. Ainda que possa ser analisada como uma conquista desse homem pós-moderno de livre circulação no mundo, a noção de desterritorialização oscila entre essa ostentação e a ideia de que essa seria caótica,

⁸ O discurso político tende a enfatizar o caráter administrativo do território, do controle do Estado sobre os territórios delimitados politicamente, e a maior ou menor rigidez sobre o monitoramento de suas fronteiras. Dentro das perspectivas materialistas, é possível distinguir duas vertentes, a naturalista interessada em primeiro plano no caráter biológico do território, e a vertente de base econômica em que interessa as “relações de produção”, ou seja, sua base material. Já a perspectiva idealista ou simbólica privilegia o território enquanto signo. COSTA, Rogério Haesbaert da. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

caminhando para um estado padronizador ou indefinido. Decidir entre qual visão adotar, se a otimista ou a mais pessimista, não ajuda a entender os impasses envolvidos nessa questão. Um primeiro ponto a ser levantado talvez seja o de que nem todos os sujeitos estão inseridos nesse processo de mobilidade da mesma maneira. Não se pode partir da premissa de que deslocamento signifique a mesma coisa para indivíduos que vivem em contextos sociais, históricos e econômicos diversos. Isso porque variados são os fatores que impulsionam os deslocamentos e variados são os modos através dos quais a experiência é sentida. Questões econômicas, naturais, políticas, culturais, ou a junção de duas ou mais dessas, podem estar na base do desejo de deslocar-se, algumas vezes, por motivos devidamente planejados e, portanto, envolvidos em relativa segurança, outras, por necessidades básicas de sobrevivência, em condições precárias, sem nenhuma garantia de reestruturação. Em outros casos, essa sensação de liberdade chega a uma inversão de valores e transforma-se em controle excessivo das fronteiras, como no caso da associação entre migração e ascensão econômica e migração e terrorismo.

Dentro da noção de território como espaço natural, o Nordeste esteve, em boa parte dos discursos que se referem à região, e podemos dizer, até certo ponto, que ainda continua, atrelado as suas condições geográficas, que, compreendem, é bom frisar, uma vasta gama de diferentes tipos – climático, vegetativo, hidrográfico, geológico. Todavia, o Nordeste se tornou, representacionalmente, uma região, de forma resumida, castigada pelas intempéries da seca. Como produto, tem-se uma série de enunciados que aprisionam o Nordeste e as inúmeras culturas que compõem este espaço, mas que são vistas como uma coisa só, numa imagem fatídica e pouco variável. Sem contar que uma série de problemas sociais, ligados a problemáticas outras, acabou sendo transformada em reponsabilidade da inconstância climática, muitas vezes, camuflando possibilidades de solução e isentando aqueles que seriam os principais responsáveis por tomar medidas para resolver tais problemas. Essas representações de Nordeste fixaram a imagem do nordestino como povo migrante, sempre em busca de melhores condições de vida, como será melhor discutido mais adiante. No quadro de contradições que enleiam a região, como construto discursivo, a imagem da migração é uma das mais representativas na consolidação do estigma de povo fraco, à mercê da sorte e dos desígnios da natureza. Em alguns casos, atingindo mesmo o estágio de povo relegado à miséria, uma vez que este estaria tragicamente destinado a não adaptar-se em lugar algum. Para isso foi necessário um repertório vasto de imagens que se mantiveram pelo mecanismo da repetição.

A este respeito, destacando a ambivalência entre o conhecimento aparentemente indubitável daquilo que se encontra sempre no mesmo lugar e a necessidade de repetição do mesmo para que seja sempre reafirmado, como elemento de importância fulcral na elaboração do estereótipo, Bhabha (2010) observa que através da recorrência é que são criados seus “efeitos de verdade”. O estereótipo é sempre uma fala simplista, mas eficaz, uma caricaturização, de determinado ser, tratando-se da eleição de algumas características, que são tomadas como representantes de um todo, que, nesse movimento, e por isso mesmo, torna-se homogêneo. Ver o estereótipo como uma espécie de representação equivocada ou mentirosa desvia o olhar para o fato de que ele não inventa falares a respeito de seu objeto, ele constrói discursivamente seu objeto, elabora-o, reelabora-o, conferindo-lhe estatuto de veracidade, numa relação poder/saber – para usar uma expressão foucaultiana –, e lançando mão das mais diversas estratégias de consolidação. Nesse ínterim, podemos afirmar com Bhabha (2010, p. 117) que

O estereótipo não é uma simplificação porque é uma falsa representação de uma dada realidade. É uma simplificação porque é uma forma presa, fixa, de representação que, ao negar o jogo da diferença (que a negação através do Outro permite), constitui um problema para a *representação* do sujeito em significações de relações psíquicas e sociais. [grifo do autor]

Nessa descrição simplificada da alteridade, a representação estereotípica se edifica com base na relação entre fascínio e aversão, desenvolvendo, nesse sentido, um paradoxo. O sujeito discriminado exerce fascínio ao mesmo tempo em que sua presença ou uma simples alusão pode causar sentimentos de pena, de medo, de horror e até de nojo. Há, por exemplo, certa necessidade de que o ser estereotipado exista para que a identidade do outro seja legitimada como superior, necessidade essa que convive com o desejo de exterminá-lo. Trata-se do repúdio e do simultâneo fascínio ao diferente, às diferenças culturais, históricas, raciais.

Um dos estigmas que se formaram na teia discursiva sobre o nordestino está ligado a essa mobilidade, que mais aprisiona do que faz transitar. Mobilidade cíclica que se encontra, muitas vezes, politicamente esvaziada, posta sob o controle da sina, e que é plasmada na própria imobilidade, permanecendo, portanto, arraigada ao território. Território que permaneceria fixo, impedindo fluxos e intercambialções culturais.

A priori, pelo menos duas questões devem ser apontadas. O estudo do Nordeste, a partir da análise da dinâmica identitária e espacial contemporânea, requer a conscientização de que o Nordeste é também o resultado de pouco mais ou menos de um século de elaboração e circulação de imagens, como discutido na seção 2 deste trabalho. Se por um lado tem-se que

essa afirmação faz com que, ao desnaturalizá-lo como território, se considere o Nordeste, enquanto representação, como um espaço híbrido e complexo, por outro, permite ver algumas de suas manifestações culturais – principalmente as eleitas como típicas da região nordestina – como igualmente híbridas e complexas. Observando-se, portanto, uma mudança de olhar em vias conceituais, ao ver esse Nordeste como matéria textual, sendo impossível negar sua existência, uma vez que não se pode negar sua contundente presença e significância na cultura brasileira, principalmente nas artes de modo geral. Admite-se que as culturas que compõem este espaço nunca foram puras ou estiveram compactadas entre fronteiras, e não se quer, muito menos, que elas se mantenham puras em tempos de quantificadas trocas culturais, e em que um dos interesses das produções culturais contemporâneas encontra-se na produção de releituras, com a utilização larga de bricolagens e de pastiches como ferramentas artísticas. A questão é que, se olharmos o Nordeste e as inúmeras e diversas manifestações culturais que se passam nesse espaço, que supostamente sabemos sempre muito bem identificar, como um bloco maciço, deixaremos de vê-lo como território relacional, ou como multiterritorial, para usar o conceito de Haesbaert da Costa (2010) – dentro de uma multiterritorialidade que permita, de fato, o trânsito e que veja seus limites como fluídos.

Na literatura, a temática da migração nordestina emerge com o romance de 30, dentro de um contexto em que as divergências políticas, diante de um cenário mundial conturbado no início do século, tendiam a dividir as opiniões no ambiente literário. Entre os romancistas, a consciência acerca dos problemas sociais é despertada, passando a ocupar espaço privilegiado nas páginas de suas obras. Escritores como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Amando Fontes, entre outros, membros do Partido Comunista Brasileiro, dedicaram suas atenções para o “homem do povo”, destacando, desse modo, as figuras marginais de forma, podemos dizer, mais complexa do que a geralmente empregada pelos romances naturalistas do século anterior. Também nesse sentido, com a intensificação do capitalismo industrial no Brasil, implicando mudanças significativas nos modos de se lidar com a economia, principalmente através da intervenção do Estado que se tornou crucial para garantir a manutenção das novas relações que o capitalismo exigia. As mazelas enfrentadas pela classe operária vão exigir a preocupação desses intelectuais. Arrolados pela necessidade que eles sentiam em escolher um posicionamento político firme, esses impasses vão gerar, inclusive, no âmbito da crítica literária, a questionável divisão das produções literárias desse período em duas correntes aparentemente excludentes: a das obras “engajadas” e a das obras “não engajadas”, ou ainda entre “sociais” e “intimistas”.

No entender de Luís Bueno (2006), comparando os pontos em que o romance de trinta se aproxima e se afasta das questões levantadas pelo Movimento Modernista, o “engajamento” dos escritores daquele período, ao privilegiar o aparecimento de personagens desiludidos e caracterizados pelo fracasso, vincula-se a uma concepção nacionalista bem menos utópica do que aquela predominante no movimento antecessor, alicerçada na visão sobre o Brasil enquanto país novo. O próprio cenário já havia se modificado e o sentimento de esperança por um tempo melhor, em que se teria uma sociedade mais igualitária, se ainda existia, era transferido para um tempo distante, que só seria possível após um período árduo de lutas e sofrimentos. Em relação a essa visão utópica e suas consequências para o contexto político nacional, o autor afirma que:

Em certo sentido, a mesma crença alimentou os movimentos sociais que desembocaram na revolução de 1930. O resultado, no entanto, se revelou frustrante. Se é verdade que foram eliminados certos aspectos arcaicos da sociedade brasileira, também é verdade que foram apenas os que não podiam mais ser sustentados, e o regime de Vargas, resultado direto da revolução, não foi o vetor de qualquer transformação que pudessem confirmar as esperanças que a prepararam. Quando se associa essa frustração local à mentalidade antiliberal que, como vimos, vai dominando a intelectualidade brasileira naquele momento, fica fácil perceber que a visão de país novo envelhece. Depois disso, olhar para o presente é ver um cenário não muito agradável – o que salta aos olhos é o atraso e a exclusão que a modernização já implementada não consegue cobrir. Daí nasce aquela pré-consciência do subdesenvolvimento, ou seja, o início da percepção de que o presente não se modificará sem que algo se modifique na própria estrutura das relações sociais. A arte da década de 30 não poderá, portanto, abraçar qualquer projeto utópico e se colocará como algo muito diverso do que os modernistas haviam levado a cabo. É nesse sentido que se pode dizer que o romance de 30 vai se constituir numa arte pós-utópica. (BUENO, 2006, p. 68)

A “consciência do subdesenvolvimento” a que se refere Bueno é justamente a conversão do otimismo social – que assola, de modo geral, o pensamento dos intelectuais latino-americanos antes de 30 – em conscientização acerca das precariedades que se alastravam por todo o continente, como argumenta Antônio Cândido em seu ensaio *Literatura e subdesenvolvimento* (1989).⁹ Pensamento preponderante principalmente no século XIX, a noção de “país novo” fazia os olhares se direcionarem para as belezas naturais, para as grandiosidades do país e para a promessa de um futuro próspero. De acordo com Cândido (1989), somente depois da Segunda Guerra Mundial é que essa premissa enfraquece, dando lugar de forma efetiva à consciência de país subdesenvolvido, mais precisamente, a partir da

⁹ Versão digitoscrita, disponível em <<http://www.ufrgs.br/cdrom/candido/candido.pdf>>. A numeração das páginas segue a numeração feita a partir do arquivo em formato pdf.

década de 50. É possível, no entanto, como afirmado pelo autor, percebê-la já na ficção regionalista de 30, vendo-a como precursora desse “despertar”. “O regionalismo foi uma etapa necessária, que fez a literatura, sobretudo o romance e o conto, focalizar a realidade local.” Apesar de as produções desse momento seguirem a veia naturalista/realista do século anterior, não se trata mais de um “regionalismo pitoresco”. (CÂNDIDO, 1989, p. 12)

Nesse contexto, a problemática da migração nordestina ganhou ênfase e foi convertida em um dos principais problemas regionais e nacionais, dada às suas consequências econômicas e culturais para o restante do país. De fato, o declínio da economia açucareira no começo do século XX se deu também como consequência da perda da mão-de-obra negra, acelerada pela transferência do polo econômico para São Paulo com o cultivo do café e pelo processo de industrialização, que rapidamente substituía os antigos engenhos pelas modernas usinas. Ao relegar boa parte dos trabalhadores ao desemprego, esse declínio vai impulsionar o deslocamento de uma grande contingente de habitantes dos estados que compõem a região nordestina para o sudeste, principalmente para o estado de São Paulo, que sozinho já em 1907 possuía 15,9% do total do valor de produção nacional, enquanto o Nordeste contabilizava seus modestos 16,2% (CANO, 1981, p.98 apud VIDAL, 2001).

Que essa migração se trata de um dado empírico está claro. Mas o que nos interessa perceber é que essa imagem se transformou em uma espécie de alegoria do atraso nordestino, inclusive permanecendo presente em produções artísticas contemporâneas, como no filme *Caminho das Nuvens* (2003), de Bruno Barreto e Ângelo Gastal, por exemplo, em uma família – pai, mãe e cinco filhos – parte de bicicleta de algum lugar indefinido do Nordeste em direção ao Rio de Janeiro em busca da realização do sonho de ter um salário de mil reais. O enredo se resume ao trajeto e o desfecho é trágico, pois a paisagem da favela carioca com que se deparam e onde vão morar a partir de agora é completamente diferente daquilo que imaginavam e que viam nos cartões-postais. A estória se encerra neste ponto, transformando esses indivíduos em meros integrantes das estatísticas sobre a população nordestina nas grandes cidades da região Sudeste. E, até certo ponto, não deixa de ser um olhar preconceituoso e acusador, no sentido de apresentar esse nordestino ingênuo como responsável pelo inchaço das favelas e, conseqüentemente, pelas imagens de miséria e violência que não raramente figuram – muitas vezes de modo simplista – atreladas a esse contexto. O ano não é definido, mas a partir dos elementos pode-se claramente inferir que a estória se passa na passagem do século XX ao século XXI. Difícil imaginar que, com o enorme alcance dos meios de comunicação no tempo em que vivemos, em que a luz elétrica e o aparelho de televisão fazem parte da vida das pessoas de modo contundente, mesmo

daquelas habitantes de lugares remotos, ainda exista pessoas completamente alheias à realidade de violência das grandes cidades do Brasil. Ainda que não se tenha um profundo conhecimento dessa realidade ou que se esteja movido por um sonho utópico de melhoria, é um tanto inverossímil que se desconheça por completo esse quadro. Não há nenhum tipo de problematização, seja de cunho histórico ou social. O que é posto em cena, nesse sentido, é uma imagem cristalizada sobre o Nordeste, lançando mão de uma estratégia de atualização, ao adaptar algo tradicional às condições atuais, que, como apontam Hobsbawn e Terence (1989), é de fato a ferramenta utilizada por aparatos tradicionais a fim de manterem-se vivos em contextos novos.

Aqui neste trabalho, serão retomadas algumas imagens dessa migração com o intuito de analisar de que modo elas foram sendo elaboradas. Começo percorrendo o romance de 30, no qual, apesar da tendência comum de mostrar a face desforme da nação, os problemas que levam o sujeito a migrar variam, assim como o nível de criticidade em relação a eles. A exploração do homem pelo homem no processo de industrialização que ia se instaurando no Brasil ganha relevo em *Os Corumbas*, de 1933, romance de Amando Fontes, e em *Parque Industrial*, de 1933, de Patrícia Galvão, a Pagu. Essa temática da exploração do homem pelo homem, dessa vez no campo, vira assunto do conhecido *Vidas Secas*, de 1938, de Graciliano Ramos. Mas apesar de as demandas políticas ocuparem largo espaço nas narrativas desse começo de século, há aquelas em que a preocupação em mostrar os dramas dos indivíduos mais de perto sufoca aquilo que poderia ser mais extensamente discutido. Em *O Quinze* (2010), de 1930, por exemplo – romance de estreia de Raquel de Queiroz – Chico Bento, Dona Cordulina e os três filhos são obrigados a sair da fazenda em que trabalhavam por causa da seca, iniciando um longo trajeto de amarguras. A família chega à capital, mas não sem antes passar pelas adversidades mais desumanizadoras e pela perda de dois dos três filhos. A morte do primeiro filho, advinda da fome, é causada pela ingestão de uma raiz venenosa. O outro filho se perde dos pais, provavelmente convencido por algum aliciador que visava aproveitá-lo mão-de-obra. A estória é de fato comovente, mas nem de longe entram em discussão intervenções do Governo ou problematizações a respeito de sua responsabilidade no que tange à busca de soluções para as causas da seca ou de planejamento para amenizar o período de estiagens – apenas a menção sem adjetivações ao Campo de Concentração –, às relações de exploração vividas por esses retirantes, ou aos impasses para a sua adaptação nos outros meios em que vão viver – por algum tempo na capital Fortaleza e depois em São Paulo. A respeito deste último destino, nada sabe o leitor, o que parece sugerir a continuação do sofrimento e colocar esses retirantes como seres desterrados, perdidos pelo mundo. O que

Chico Bento sente é um profundo estado de alheamento à realidade que lhe circunda, sendo levado pelas circunstâncias, e quase como sendo levado pela sina.

Chico Bento olhava para o cenário habitual, mas já com o desinteresse, o despreendimento de um estrangeiro. Um dia ou dois, e nunca mais veria aquela gente que vivia e formigava ao seu redor, chocalhando os ossos descobertos, arrastando em exclamações a voz lamentosa. [...] Cordulina aproximou-se enxugando os olhos: – Você já sabe, Sinhá Aninha, que nós vamos todos pro São Paulo? Sinhá Aninha pôs as mãos, num espanto ansioso: – Meu Deus! E quando? – Quando, Chico? Ele custou a responder. Qualquer coisa lhe travava a garganta, penosamente. (QUEIROZ, 2010, p. 116-117)

O destino é incerto, e a viagem é movida por um fio de esperança tão insólito, que as personagens não são capazes de expressá-lo em suas faces. O romance de Rachel de Queiroz se distancia de outras narrativas desse período ao não apresentar a migração do nordestino como cíclica. No entanto, o caminho fica em aberto, em suspenso, e São Paulo e a Amazônia, citada em outro momento da narrativa, soam como lugares distantes, sem uma localização precisa, quase como miragens. Sem dúvidas, a migração é o tema principal do romance de Raquel de Queiroz, cedendo algum espaço somente para a estória de amor entre Conceição, moça educada da capital e professora de ideias revolucionárias para a época, e Vicente, moço do sertão, filho de um proprietário de terras, afeito à vida no campo. “Era um pedaço do sertão que lhe vinha com aquele moço tostado pelo sol de Quixadá” (QUEIROZ, 2010, p. 77). A possível união entre esses dois espaços distintos, que seria representada pelo casamento entre Conceição e Vicente, não ocorre justamente por causa da incompatibilidade dos modos de vida das personagens, sustentando a separação incontornável e a impossibilidade de conciliação entre os dois espaços. *O Quinze* (2010) é, nesse sentido, uma estória de impossibilidades e descaminhos, torna-se impossível melhorar de vida, salvar os filhos da fome – o terceiro filho é entregue pelos pais à Conceição – e de encontrar um lugar para viver.

O mesmo deslocamento aparece em *Vidas Secas* (RAMOS, 2008), ao serem convocados para a discussão o conturbado relacionamento entre patrão e empregado, as situações vivenciadas por Fabiano na cidade, que conhecemos por sua perspectiva, o que faz com que esta se mostre em sua ilogicidade e brutalidade, e os abusos de poder por parte de instâncias superiores, do qual temos como exemplo o episódio com o Soldado Amarelo. Por sua vez, o jogo em que Graciliano Ramos imerge o foco narrativo do romance, ao utilizar um narrador em terceira pessoa que se confunde com um narrador em primeira, é o traço que confere à narrativa a sensibilidade de uma maior aproximação da experiência das

personagens, contradizendo críticas apressadas que julgam a obra como tentativa de mostrar os seres humanos em uma condição animalizada. Fabiano, assim como sinha Vitória, tem consciência da situação em que vive, e a demonstração da sua prudência pode ser vista em pelo menos dois episódios de importância crucial: quando, ao questionar o patrão sobre os erros nas contas do seu salário e diante de sua recusa em rever os cálculos, decide por engolir a humilhação para não perder o emprego; e quando, tendo a oportunidade de se vingar do Soldado Amarelo, ainda que com o ódio aflorado, opta por deixá-lo ir embora. Também nesse aspecto, sinha Vitória é uma personagem emblemática. Seu sonho de ter uma cama de tiras de couro igual a de seu Tomás da Bolandeira é mostrado em sua dimensão humanizada, como possibilidade de sonhar, desejar, aspectos que movem a existência dos seres humanos, mesmo estando inserida nessas condições, em que o caminho mais fácil seria o da desilusão.

Agora Fabiano conseguia arranjar as ideias. O que o segurava era a família. Vivia preso como um novilho amarrado ao mourão, suportando ferro quente. Se não fosse isso, um soldado amarelo não lhe pisava o pé não. [...] Entraria num bando de cangaceiros e faria estrago nos homens que dirigiam o soldado amarelo. Não ficaria um para semente. Era a ideia que lhe fervia na cabeça. Mas havia a mulher, havia os meninos, havia a cachorra. [...] Sinha Vitória dormia mal na cama de varas. Os meninos eram uns brutos, como o pai. Quando crescessem, guardariam as reses de um patrão invisível, seriam pisados, maltratados, machucados por um soldado amarelo. (RAMOS, 2008, p. 37)

A literatura nacional nas primeiras décadas do século XX vai investir na representação da subalternidade. Com o romance de Graciliano Ramos, temos uma visão muito mais complexa na representação desse outro. É bem verdade que o último capítulo “Fuga” se encontra com o primeiro, “Mudança”, apontando para uma estrutura cíclica. Mas é verdade também que, apesar da mudança da carga semântica do título do primeiro capítulo para o último, denotando a conscientização a respeito da inevitabilidade do deslocamento, em “Fuga”, o encerramento do romance é um tanto otimista.

Não sentia a espingarda, o saco, as pedras miúdas que lhe entravam nas alpercatas, o cheiro de carniças que empestavam o caminho. As palavras de sinha Vitória encantavam-no. Iriam para diante, alcançariam uma terra desconhecida. Fabiano estava contente e acreditava nessa terra, porque não sabia como ela era. Repetia docilmente as palavras de sinha Vitória, as palavras que sinha Vitória murmurava porque tinha confiança nele. E andavam para o sul, metidos naquele sonho. Uma cidade grande, cheia de pessoas fortes. Os meninos em escolas aprendendo coisas difíceis e necessárias. Eles dois velhinhos, acabando-se como uns cachorros, inúteis, acabando-se como Baleia. Que iriam fazer? Retardaram-se, temerosos.

Chegariam a uma terra desconhecida e civilizada, ficariam presos nela. E o sertão continuaria a mandar gente para lá. O sertão mandaria para a cidade homens fortes, brutos, como Fabiano, sinha Vitória e os dois meninos. (RAMOS, 2008, p. 127-128)

Apesar de não vermos o romance, reduzidamente, como uma estória sobre a seca, já que a maior parte da narrativa se passa em tempos prósperos, e já que os capítulos extremos são permeados por um ideal esperançoso, não se pode negar o fato de que a narrativa se inicia e se encerra com o deslocamento. Há também, no capítulo “Festa”, o deslocamento para a cidade, que desencadeia uma sucessão de acontecimentos importantes para o desenrolar da narrativa, em que o penoso trajeto feito com os sapatos apertados e o desconforto de Fabiano na roupa mal ajustada indica o incômodo que sentirão durante a festa, na qual a cidade aparenta ser tão grande que os oprime. Ainda que se trate de uma obra crítica, é inegável também o fato de que, na estrutura do romance, o primeiro capítulo e o último se encontram, formando um ciclo, que se não significa um determinismo, pode ser compreendido como a presença da força da natureza na vida de homens que vivem mais próximos dela.

Outra obra importante, ainda no decênio de 30, sobre o tema em questão, é o romance de Amando Fontes, *Os Corumbas*, de 1933. Pouco lembrado atualmente, o romance amandiano apresenta um elemento diferenciador: a industrialização que se alastrava e ia se firmando nas capitais do país. No mesmo ano da publicação de *Os Corumbas*, é publicado *Parque Industrial*, de Pagu, sob o pseudônimo de Mara Lobo, também de forte cunho socialista, focalizando as mazelas do proletariado do Brás, em São Paulo. Amando Fontes, por sua vez, pôs em cena o mesmo quadro socioeconômico, no entanto, pensando-o juntamente ao problema das secas do interior da região nordestina. O autor reúne no mesmo romance o problema da seca, a decadência dos engenhos de açúcar e a exploração do trabalhador das indústrias na capital, e o elo é a estória de fuga da família Corumba, percorrendo esse itinerário. O litoral apresentado não o mesmo litoral doce de José Lins do Rego, das relações benevolentes entre escravos e senhores de engenho, mas sim o espaço citadino tomado pela industrialização e pela presença das grandes fábricas. Nesse terreno, a industrialização vai representar a derrocada final do nordestino, que antes sofria com os reveses da natureza e que já não encontra mais abrigo nos engenhos.

Apesar de trazer para sua literatura o cenário do avanço do capitalismo em um país subdesenvolvido e os problemas advindos dessa transformação, Amando vai estar aprisionado ao movimento como sina. Sua obra ganha uma dimensão muito maior ao representar o impacto que foi a expansão do capitalismo no Brasil, e nessa configuração o operário

nordestino se iguala a qualquer outro operário do mundo. Contudo, esse ganho é abalado ao auxiliar no pontapé inicial da criação de estereótipos que irão se consagrar na literatura brasileira acerca do Nordeste. A primeira cena apresentada por Amando, em *Os Corumbas*, é a problemática da seca. Com a mudança de cenário do campo para a cidade, o que se tem é a constante degradação da família associada à industrialização, que promove, entre outras consequências, a corrupção moral das mulheres e a degradação do indivíduo. Em sua narrativa, a modernização somente traria desgraças.

Considerando-se os dois conjuntos de construtores da região definidos por Albuquerque Jr. (2009) – os reacionários que reclamam a volta à organização do passado e os progressistas que reivindicam a construção de um futuro para a região –, Amando parece estar a meio caminho desses dois grupos. Apresenta a problemática da modernização e prefere que seus personagens voltem ao interior. No entanto, esse interior não se configura mais como um espaço promissor, e, portanto, para o nordestino parece não haver mais solução. Não há nem o interior do passado, no qual o único aspecto a ser preservado seria a integridade moral dos indivíduos, nem a promessa de futuro, pois, na obra amandiana, todos esses problemas ressoam como ação de um destino implacável e cruel que parece ser inerente à região.

A década de trinta, com o tipo de romance que se popularizou nesse período, significou a criação literária do nordestino como povo itinerante, condenado a decadência, seja no sertão, no litoral, na Amazônia ou em São Paulo, sendo modificada, adaptada, reelaborada em obras posteriores. Com certa recorrência, a imagem do nordestino migrante ainda se encontra atuante na contemporaneidade. Somente a título de exemplo – uma vez que o objetivo deste trabalho não é mapear exaustivamente essas imagens, mas trazê-las à tona para que se possa fazer uma leitura mais apropriada de *Galiléia* (2008) –, comentarei o filme *Árido Movie* (2006), de Lírio Ferreira, que trabalha o tema na atualidade, a fim de verificarmos como essas imagens podem ser retomadas de modos bastante diversos e que os propósitos que, por vezes, movem-nas respondem a interesses múltiplos.

Na narrativa de Ferreira, a demanda é a volta do sujeito, que saíra há bastante tempo, à terra natal, assim como acontece em *Galiléia* (2008). Essa é a encenação não de uma geração que está saindo do campo, muito menos que está voltando definitivamente, mas de indivíduos que retornam por ainda manterem alguma ligação com o lugar de origem, geralmente através da família. No caso de Jonas (Guilherme Weber), protagonista do filme de Ferreira, o elo principal é o pai. O que move a trama é a convocação da família de Jonas a vingar, numa verdadeira ação “olho por olho, dente por dente”, o assassinato desse pai, com o qual ele não mantém contato há anos. O cenário do interior nordestino, completamente modificado,

apresenta no lugar do vaqueiro e da criação de gado, camionetes e plantações de maconha. Esse interior parece meio perdido no tempo, as roupas, acessórios e o modo de vida parecem estar uns vinte anos a menos, em descompasso com a vida de Jonas em São Paulo, mas o contraste se faz interessante para por esse sujeito em conflito entre dois planos em muito diferentes que o constituem de forma concomitante.

À semelhança do romance de Ronaldo Correia de Brito, o retorno põe em evidência os embates entre história, memória e esquecimento. As primeiras imagens a que o espectador é apresentado mostram o mar, num movimento de câmera contínuo que leva o “olhar” do mar para o continente, indicando, no princípio, o trajeto invertido, do mar para o sertão, e prenunciando o mergulho às avessas que o personagem dará, mergulho em seu passado, em sua memória. Já mais adiante na narrativa, quase ao final, a cena em que Jonas vomita antecipa a sua decisão quanto a vigar ou não a morte de seu pai. Nada mais representativo do ato de livrar-se de algo indesejado do que o vômito, que literalmente é colocar para fora do corpo, das entranhas, num impulso desagradável e mesmo violento, aquilo que incomoda, que intoxica e que adocece.

Paralela à viagem de Jonas está a expedição pelo sertão realizada pela *moviemaker* Soledad, vivida por Giulia Gam, que se envolve sexualmente com o personagem de Guilherme Weber. Durante a realização do documentário, surgem os discursos relacionados à religiosidade do povo e à problemática da seca. Mas nosso interesse está na analogia que pode ser estabelecida entre o dilema de Jonas e os recursos utilizados pelo “cinema-documentário”, por assim dizer. A primeira imagem que temos de Jonas, no filme, é a de seu rosto destorcido na televisão apresentando a previsão do tempo da emissora em que trabalha, a qual pode ser lida tanto como significativa do momento conturbado que o personagem vai vivenciar quanto como um jogo metalinguístico do próprio cinema objetivando propositalmente apresentar a trama de Jonas como “cinematográfica”, como representação. Fato este também expresso no título do filme com a junção da aridez do sertão, demarcando o lugar de origem, aludindo ainda à aridez das identificações e das identidades, com o termo em inglês *movie*, demarcando o lugar da representação, da construção narrativa, do fictício que se mistura com o empírico – além de ser o posicionamento lado a lado do espaço sertão, supostamente fechado, com a referência ao estrangeiro, àquilo que vem de fora. Essa leitura é confirmada ao final do filme, quando a pesquisa de campo de Soledad resulta em uma exposição, na cidade de São Paulo, que apresenta esse sertão teatralizado, explorando sua dimensão simbólica.

O que se pode perceber a partir da leitura dessas imagens aqui reapresentadas e de tantas outras que circulam nos vários âmbitos da cultura brasileira são, num primeiro instante,

a recorrência de certas falas sobre o Nordeste e o nordestino, gerando a fixação de um discurso desse sujeito como migrante, como desterritorializado; num segundo, o entendimento de que, apesar da tentativa de, muitas vezes, se padronizar esses discursos, eles assumem formas diferentes; e ainda num terceiro momento, contemporaneamente, algumas produções se empenham em remanejar as discussões, privilegiando alguns dilemas contemporâneos, questionando o modo como esses mesmos discursos foram sendo edificados outrora ou apenas reintegrando-os à cena cultural atual de forma pouco crítica. Mais proveitoso do que estabelecer uma conexão linear para a leitura das imagens é perceber como, apesar das distâncias de tempo e de contexto e da mudança no assunto enfatizado, o deslocamento se faz um traço recorrente quando se está falando de Nordeste. A escolha aqui feita não se sujeitou a um critério rígido, e sim buscou algumas obras bastante significativas e difundidas da década de 30, época considerada como marco inicial das falas sobre o Nordeste de modo mais efetivo, a fim de mostrar que, desde esse momento primeiro, a migração é tomada como tema, aparentando, muitas vezes, ser um prólogo para outras temáticas “típicas”. No que diz respeito às produções contemporâneas citadas, sua aparição não segue o objetivo de contraposição dualista, pautada no par passado-presente. Trata-se, sim, da opção por duas realizações culturais de caráter contundente, que auxiliam as reflexões não somente a cerca do Nordeste contemporâneo, mas também ajudam na releitura de obras anteriores. Outro ponto importante a ressaltar é o fato de nem todas as obras que se reportam à região inserem a migração como elemento a ser discutido. Muitos menos o deslocamento é tema específico dessas produções.

A viagem, mote do romance de Ronaldo Correia de Brito, é tema recorrente na literatura, com significados os mais variados possíveis e passando por transformações ao longo do tempo. A viagem é ainda comumente lida como metáfora para passagem do tempo, e da própria vida como passagem, como uma ida rumo ao desconhecido, em que o trem costuma aparecer constantemente. O ato da retirada, da partida, mostra o lado oposto aos costumes cotidianos, à relativa segurança do lar, à rotina. Como nos lembra Ortiz (1996), nas narrativas da antiguidade clássica, o que movia o viajante era a vontade divina, e o caminho se convertia em provação, trajetória necessária para que se chegasse ao momento do triunfo, como ocorre no caso de Ulisses. Já na era moderna, argumenta o autor, “[...] provavelmente desde a época dos românticos, a viagem se liberta da carga de sofrimento que a acompanhava; ela se torna excitação, prazer. Deixa também de ser uma imposição alheia”, e acrescentando, diz: “o homem moderno tem uma autonomia própria, uma individualidade distinta dos humores divinos; o movimento é fruto de sua volição pessoal” (ORTIZ, 1996, p. 30). Com as

mudanças nos modos de comunicação que vêm se desencadeando a partir das últimas décadas do século XX, a viagem adquire significado considerável para se pensar os fluxos informacionais e identitários contemporâneos. Ainda na concepção de Ortiz, ela seria o elo entre culturas, e o viajante, aquele que aproximaria lugares heterogêneos e desconexos, se constituindo como “[...] um intermediário; ele coloca em comunicação lugares que se encontram separados pela distância e pelos hábitos culturais. Nada os interliga, a não ser o movimento da viagem, realizada por uma motivação alheia à sua própria lógica” (ORTIZ, 1996, p. 30).

Mas no que se refere ao território, preconizar lugares totalmente desconexos e isolados na era atual é ignorar as intercambianças culturais cada vez mais fortes e frequentes. Longe de reforçar a ideia de uma homogeneização desenfreada, ameaçadora das culturas locais, o objetivo é refletir acerca dos estreitamentos das distâncias espaciais e temporais. A imagem do viajante se mantém, não mais como aquele que liga pontos totalmente diferentes, e sim como aquele que entrecorta os espaços já profundamente entrelaçados pela globalização na forma como se encontra configurada atualmente.

Em *Galiléia* (2008), a imagem do sujeito migrante, que marcou a representação do nordestino, encontra-se presente nos relatos fundacionais da família Castro, transitando e ganhando força a cada momento em que é *re-produzida* e, por conseguinte, ressignificada. Na narrativa familiar dos Castro, a mobilidade e o inacabamento estariam presentes desde os primórdios de sua “fundação”. Salomão, tio de Adonias, acredita que a família Castro faz parte de “um povo inacabado, em permanente mobilidade, adaptando-se aos lugares distantes e às culturas exóticas. A errância e o nomadismo, o gosto pelo comércio e as viagens alimentam o nosso imaginário, o sentimento de que pertencemos a todos os cantos e a nenhum” (BRITO, 2008, p. 23). Para ele, há apenas dois modos de vida para os homens, o da viagem e o da permanência. Os dois grupos existem profundamente relacionados, ainda que sigam padrões diversos, pois a finalidade do primeiro grupo parece ser a de vivenciar fatos para transformá-los em histórias a serem contadas para o segundo, e este parece depender da experiência do primeiro para que possa alimentar sua imaginação e o desejo humano de transitar e de descobrir outros mundos.

De acordo com nosso tio, existem duas categorias de homens, os viajantes e os sedentários. Os primeiros percorrem terras distantes e relatam as histórias de outras gentes, quando voltam ao lugar de origem. Os segundos, artesãos, pastores e agricultoras, ouvem as histórias dos viajantes e, enquanto trabalham, pensam nelas. De noite, sonham com as terras que nunca

conhecerão, porque não se encorajam a transpor os limites do mundo onde vivem. (BRITO, 2008, p. 24)

Nessa dinâmica entre nômades e sedentários, presente no romance, as próprias “raízes culturais” – expressão que detém o sentido de arraigamento –, e juntamente com ela o Nordeste enquanto território relacional, comporiam um plano movediço, fluído no que concerne às origens, aos rearranjos culturais e mais ainda às maneiras de se conceber a região como espacialidade múltipla, complexa e participante dos movimentos que caracterizam as histórias da humanidade.

Ao final do romance, Adonias opta pelo meio do caminho, pela travessia. Ao partir da fazenda Galiléia em direção ao Recife, o protagonista sente-se aliviado, e a angústia que o acompanhara no trajeto inicial cede lugar à tranquilidade. Adonias aproveita o caminho, o dia ensolarado, o canto dos pássaros. A possibilidade de retornar, de transitar, de pertencer a todos os lugares e ao mesmo tempo a lugar algum é que lhe traz a sensação de escolha, de liberdade. “Não quero o Recife. Ao lado do avô e dos parentes só pensava em voltar para casa. Agora prefiro esse espaço neutro, um caminho que me leve a lugar nenhum” (BRITO, 2008, p. 23). Sua escolha implica o desvencilhamento de um terreno, uma cultura e uma identificação únicos. Mas não implica em total desenraizamento e perda de referenciais. Os indivíduos são sujeitos históricos – capazes de coabitar espaços –, o que torna impossível seu completo alheamento. O trecho que segue explicita a escolha do personagem.

À medida que me afasto desse sertão dos Inhamus sem nunca virar-me, igualzinho fez Ló quando fugia de Sodoma, ele me transmite um apelo. Tapo os ouvidos com cera de carnaúba e fico surdo aos chamados. Se ouvires as vozes sertanejas, já não escutarás outras vozes. Melhor esquecer, seguir em frente. (BRITO, 2008, p. 226)

Ao articular identidades/identificações, o sujeito lida também com a divergência. A similitude e a diferença constituem assim aspectos indissociáveis da identidade, e desse modo sua composição está pautada na relação que mantém com a alteridade. No que diz respeito à região Nordeste e à “cultura nordestina”, muitas vezes, compreendidos como esse “outro” por estarem supostamente isolados e intocados, a mitificação acaba se dando de maneira a criar uma separação, no sentido de identificar-se restritivamente com a região ou de rejeitar totalmente seus ícones. Ainda segundo Ortiz (1996, p. 38), os intelectuais costumam pressupor a cultura popular como “[...] o espelho no qual se reflete um ser inteiramente outro. Povo não significa uma categoria histórica concreta, permeada pelos conflitos e pelas

contradições sociais; trata-se de um ideal, uma dimensão esquecida, mas incólume ao mundo das letras e da razão”.

A cultura nordestina estaria assim distante e não manteria contato com elementos de outras culturas. A partir disso, foi vista não raramente como o repositório da “autenticidade” brasileira. As imagens presentes em *Galiléia* (2008) projetam outro olhar sobre a região Nordeste. O Nordeste é mostrado de modo mais complexo e maleável, rasurando velhas convicções, e oferecendo saídas para novas certezas desterritorializadoras. Segundo Haesbaert da Costa (2010, p. 24), o conceito de desterritorialização atingiu amplo alcance, o que desencadeou perspectivas culturalistas pessimistas em relação às transformações atuais.

[...] o discurso da desterritorialização tomou vulto e acabou se propagando pelas mais diversas esferas das Ciências Sociais, da desterritorialização política com a chamada crise do Estado-nação à deslocalização das empresas na Economia e à fragilidade das bases territoriais na construção das identidades culturais, na Antropologia e na Sociologia.

Como solução possível – como o próprio autor afirma, mais para abrir novas questões do que para respondê-las –, propõe que o território seja pensado como fracionado, o que lhe permite ser atravessado por outros territórios – por outras histórias, economias, culturas, sugerindo que o que há é, na verdade, um estado de multiterritorialidade e não de declínio dos territórios, como demonstrado na citação abaixo:

Não se trata mais de priorizar o fortalecimento de um “mosaico” padrão de unidades territoriais em áreas, vistas muitas vezes de maneira exclusivista entre si, como no caso dos Estados nacionais, mas seu convívio com uma miríade de territórios-rede marcados pela descontinuidade e pela fragmentação que possibilita a passagem constante de um território a outro [...] (COSTA, 2010, p. 338)

Na esteira dessa mobilidade, Ismael, primo de Adonias, que faz a viagem para a Galiléia junto com ele, é um personagem que merece atenção pelo menos por dois motivos. Primeiramente, por conta do difícil relacionamento que possui com o território sagrado da Galiléia, entremeado pela rejeição do pai Natan. Por outro lado, por fazer parte do contingente numeroso de latino-americanos que, sentindo-se insatisfeitos com as condições de vida em seu país, emigram para países desenvolvidos, europeus ou norte-americanos. Tomando como ponto de partida o primeiro aspecto, se pode ler que, dos integrantes da família, pertencentes a sua geração, e que também partiram da Galiléia – Elias, Davi e Adonias, os netos reconhecidos –, Ismael é o que aparenta guardar o elo mais forte com o lugar em que fora

criado, mesmo não sendo este o seu lugar de nascimento. Fruto de um envolvimento sexual de Natan com uma índia Kanela da região de Barra do Corda, Ismael nunca foi reconhecido pelo pai, que negava a sua paternidade alegando a promiscuidade da vida de Maria Rodrigues. É Raimundo Caetano que, ao tomar conhecimento da existência de Ismael, decide buscá-lo no povoado em que vivia com a mãe e registrar o neto como filho. O personagem de Ismael apresenta o drama de um indivíduo que se encontra na situação de ser apegado a um espaço que o repele, ao mesmo tempo em que tenta encontrar-se em outros espaços – diferentemente de Adonias que, apesar de sentir-se preso à Galiléia, rejeita a terra e tudo que ela representa. O que Adonias quer é retornar para sua vida em Recife e converter a Galiléia em passado, relegando-a ao esquecimento. Ismael, no entanto, sente-se perdido, sem lugar, desterritorializado, mas isso acontece somente porque nunca conseguiu a aceitação dos que compunham o lugar onde realmente desejava permanecer.

– Não sei para onde vou. Na verdade, eu continuo sem lugar. Não tenho o que fazer no Maranhão, no meio dos kanela. Saí de lá pequeno, e só voltei porque me expulsaram daqui. Afora os vínculos de sangue e as marcas no corpo nada me liga a eles. [...] – Eu gosto mesmo é daqui. Se fosse possível ficar, eu ficava. Botava o orgulho entre as pernas e começava uma vida nova. (BRITO, 2008, p. 132)

Assim como no Velho Testamento, o Ismael de Ronaldo Correia de Brito é também o filho preterido. Na Escritura Sagrada, ele é a subversão da aliança feita entre Deus e Abraão. Sara, mulher de Abraão, não acreditando, devido à idade avançada de ambos, na promessa que Deus fizera de conceder a eles uma vasta população de descendentes, entrega sua serva Hagar ao marido para que ela gere um filho dele. Dessa relação ilícita é que nasce Ismael. Deus, no entanto, reprovando a atitude de Sara, afirma que o filho primogênito e verdadeiro herdeiro de Abraão ainda estaria por vir e se chamaria Isaque. Ainda que Deus tenha assegurado abençoar Ismael, dando-lhe proteção e uma prole numerosa, é Isaque quem será o herdeiro legítimo. Mas há ainda outro ponto de referência entre o Ismael épico e o Ismael do romance de Correia de Brito. Após ser maltratada por Sara, quando esta descobre que a serva está grávida, Hagar decide fugir. No deserto, em aparição, um “anjo do senhor” prenuncia o nascimento de Ismael e ordena o retorno de Hagar à casa de Abraão e Sara, em conhecida passagem bíblica parcialmente transcrita a seguir a partir dos versículos 7 ao 12 do livro de Gênesis:

[...] Disse-lhe ainda o Anjo do Senhor: “Você está grávida e terá um filho, e lhe dará o nome de Ismael, porque o Senhor a ouviu em seu sofrimento. Ele será como jumento selvagem; sua mão será contra todos, e a mão de todos contra ele, e ele viverá em hostilidade contra todos os seus irmãos”. (BÍBLIA SAGRADA, 2000, p.16)

Em *Galiléia* (2008), Ismael é descrito por Adonias como possuidor de um temperamento intempestivo. O próprio Adonias, apesar da forte ligação afetiva que tem com o primo, duvida da integridade de seu caráter. O filho bastardo de Natan é impulsivo e agressivo, motivo pelo qual foi extraditado da Noruega. E com exceção do avô Raimundo Caetano e de Adonias, ele não é muito bem visto pelo restante da família. No caso de Ismael, pode-se dizer que ele é um desterritorializado, no sentido de que não possui um habitat, um lugar em que consiga viver de forma harmoniosa. O apego à Galiléia traz acoplado o desconforto no relacionamento com os parentes. A relativa estabilidade financeira na Noruega traz os conflitos conjugais. E em Barra do Corda, ainda que não haja maiores conflitos, há a sensação de não fazer parte daquela comunidade. Ele possui vários lugares e nenhum.

– Quando parti da Galiléia, fiquei algum tempo em Barra do Corda. Você não imagina o que é voltar para o meio de uma gente que não é mais a sua, que não o reconhece, e que você não sente nada por ela, a não ser desprezo. Foi um estágio para aprender a fumar maconha e beber cachaça. Em menos de um ano eu já estava na fronteira do Brasil com a Colômbia, metido num garimpo clandestino. Apanhei malária e voltei pros kanela. Um casal de catequistas noruegueses, de passagem pelo Maranhão, levou-me para morar com eles. Demorei a me acostumar naquele mundo diferente do nosso. Em certas épocas do ano, o sol aparece às dez horas e às quatro da tarde já está novamente escuro. Eu mantinha as luzes da casa sempre acesas, pra suportar a falta de claridade. Morria de saudade do avô, da Galiléia, do sol dos Inhamus. O povo da Noruega sobreviveu porque se acostumou ao frio. Eu não me acostumei, aguentei na marra só porque não me queriam aqui. Ainda não me querem. Também nem penso em ficar na Galiléia. Sou orgulhoso. Viveria de que jeito, costurando redes? A Galiléia acabou e os tios fingem que continua próspera. A Noruega, sim, é um país rico e desenvolvido. (BRITO, 2008, p. 132)

Seu deslocamento para a Noruega e os episódios vividos lá e narrados por ele incitam a reflexão acerca de questões relacionadas às diásporas contemporâneas que contrariam os fluxos populacionais, provenientes principalmente do continente europeu, que abriram e se estenderam pela modernidade. O termo diáspora que se encontra geralmente associado à dispersão do povo judeu ou, de modo mais amplo, à dispersão de qualquer povo perseguido por grupos radicais, é reapropriado pelo estudioso Stuart Hall (1996; 2003b) para tratar das constantes imigrações das ex-colônias para as antigas metrópoles no momento atual, que o

autor chama de pós-modernidade. Alguns dos dilemas vividos por imigrantes de todos os cantos do mundo, ao decidirem viver no continente europeu, são retratados no romance através da personagem de Ismael. Em seu relato, ele descreve os problemas enfrentados principalmente por conta do preconceito racial.

– [...] Vivi como imigrante, porque não tinha futuro pra mim em nenhum outro lugar. Você sabe o que é ser imigrante, um brasileiro com cara de índio, as orelhas furadas e a pele do rosto marcada? Sabe não, porque você não viveu assim e nunca conheceu o desprezo das pessoas, nunca viu certos olhares, nem passou por humilhações degradantes. Você era um doutor, morava numa casinha confortável, ao lado da esposa, falava bem o inglês. Eu só falava português, um idioma que ninguém conhece. Aprendi outra língua na marra. E você me olha como se eu fosse um estuproador, um cara que explora a fraqueza das mulheres. (BRITO, 2008, p. 136)

Além das características físicas, biológicas, Ismael carrega marcados no corpo traços culturais, que suscitam o preconceito e a discriminação por parte das pessoas. Sobre as perigosas tentativas de se aprisionar a identidade cultural ao corpo, Gilroy (2007) declara que estas se tornam meio profícuo para a concepção fantasiosa de segregações absolutistas e irreversíveis. Adonias também fornece seu relato sobre a experiência no exterior repleta de situações constrangedoras, preconceituosas, racistas e exploradoras.

Na Inglaterra eu tinha amigos paquistaneses, indianos e chineses. Você acha que um inglês faz amizade com um brasileiro só porque ele é médico? Não faz. Conversei com imigrantes de antigas colônias. Eles chegaram pra ficar. Não cobram nada de volta, não pedem indenização pelos anos de colonialismo. Fazem o percurso de seus colonizadores, só que em sentido contrário. Sei exatamente o que você sentiu. Os imigrantes são a subclasse da Europa. Mas ninguém fala nisso diante de um microfone, ninguém assume a exploração e a desvantagem em que vivem os turcos na Alemanha e os africanos na França. Existe um preconceito ocidental em relação ao resto do mundo. A Europa faz questão de ignorar a cultura do Oriente e da América do Sul. Nós somos vistos como os pobres que tiram emprego, ou pior, como aquela mão-de-obra que aceita fazer o que eles não aceitam. Comigo também era assim, mesmo sendo apenas um estudante de passagem. (BRITO, 2008, p. 137)

A questão do racismo contra negros espoca na passagem transcrita a seguir. Destacado dos demais casos, o trecho retoma a memória da escravidão, mas a discussão agora não gira em torno das mazelas passadas de um sistema cruel. O que ganha atenção são as consequências presentes desse processo, de maneira a considerar as transformações e as peculiaridades da época atual, e principalmente, o incômodo da presença desses sujeitos no território de seus antigos dominadores.

– Nunca vou esquecer uma cena no metrô de Lisboa. Você sabe que os portugueses fizeram questão de apagar a escravidão negra da sua história. Tio Salomão enche a paciência lembrando isso. Não falo do tráfico de negros, porque eles se mantiveram no ramo, até o fim. Estou falando da presença de escravos em solo português, coisa de que se envergonham, não sei por quê. Eles, que mal disfarçam um complexo de inferioridade em relação ao resto da Europa, e se esforçam pra fazer parte da União Europeia, *temem essa presença negra, como se ela pudesse revelar a impureza do sangue nacional*. Vi um negro entrando no metrô, um rapaz alto, forte, cheio de marcas tribais. As pessoas olhavam para ele com medo, como se fosse atacá-las. As expressões de assombro eram fantásticas, os passageiros se encolhiam nos bancos. O rapaz percebeu e deu murros e chutes nas paredes do trem. Durou pouco, porque ele desceu na primeira estação. Mas durou o bastante para eu compreender o conflito. (BRITO, 2008, p. 137) [grifo nosso]

O medo, sentido pelos passageiros, advindo da presença do rapaz negro no metrô é, na verdade, mais o medo da ameaça que aquela figura inserida no meio do povo e do solo nacional pode endereçar a uma identidade portuguesa do que de uma suposta ameaça física. Ela é reveladora da diferença. E mais do que isso, ela é reveladora da divergência, da incoerência, da dissidência e do múltiplo, além da carga de passado que resiste e atravessa os séculos. Ela ameaça ruir a tão exaltada unidade nacional, e, de fato, ela põe abaixo a falsa unidade nacional, mostrando que se pode ser português e não ser ao mesmo tempo, ser as duas coisas em uma, e que há outras formas de ser “holandês”, “senegalês”, “maranhense”.

Stuart Hall (1996) faz uso do conceito de diáspora também por um caminho metafórico para falar dos resultados culturais desses trânsitos. Ao tratar da diáspora negra, o autor recorre ao duplo movimento de retorno às origens e de reconfiguração das identidades. Ainda que haja, por um lado, tentativas de reestabelecimento de identidades fechadas, o que o autor vai denominar de “o fenômeno do fundamentalismo”, citando como exemplo o ressurgimento do “inglesismo”, é certo que em determinados momentos faz-se necessária a afirmação de identidades que durante muito tempo foram relegadas ao não reconhecimento ou vistas como inferiores, como é o caso da identidade negra. A identidade numa perspectiva “tradutora” é guiada no sentido da recriação, fato que é traço recorrente nas culturas latino-americanas, por exemplo. Os povos que passaram pelo processo de colonização foram muitas vezes impulsionados, nessa procura, pela reconstrução de suas identidades, movidos por um sentimento que os “congrega” pela experiência da escravidão e do colonialismo. Esta se configura como uma das formas de reorganização identitária frente à dispersão e fragmentação sofridas e de tentativa de restabelecimento de vínculos perdidos. No entanto, a

África da “origem” precisa ser vista como metáfora espiritual, segundo palavras do próprio autor, como um ponto que precisa ser reconsiderado, sem perder de vista que aquela África à qual se quer retornar já não se encontra do mesmo jeito.

A África passa muito bem, obrigado, na diáspora. Mas não é nem a África daqueles territórios agora ignorados pelo cartógrafo pós-colonial, de onde os escravos eram sequestrados e transportados, nem a África de hoje, que é pelo menos quatro ou cinco “continentes” diferentes embrulhados num só, suas formas de subsistência destruídas, seus povos estruturalmente ajustados a uma pobreza moderna devastadora. A África que vai bem nesta parte do mundo é aquilo que África se tornou no Novo Mundo, no turbilhão violento do sincretismo colonial, reforjada na fornalha do panelão colonial. (HALL, 2003b, p. 39)

E é àquilo que África pode se tornar em outros espaços que se refere Manuel Rui Monteiro (2003)¹⁰ ao evocar a imagem da terceira margem do Atlântico –, às apropriações, ressignificações e interferências que puderam ser feitas pelas culturas africanas no processo de imposição cultural desempenhado pelo colonialismo, apontando-as como formas de sobrevivência.

Tivemos de mudar de idiomas, mas não de falas. Aliás, não mudamos de idioma, mas apoderamo-nos dele para nosso usufruto, como semente para nossa lavra conforme as nossas mãos calejadas pelo tempo [...] quem de nós poderá existir sem se reinventar num abecedário de marimba, kissanji ou berimbau? (MONTEIRO, 2003, p. 1)

O que está em jogo em tudo isso é a desestabilização do território, ou sua reorganização. A personagem de Ismael mais do que ocupar entre-lugares – fato que por si só já denota a pluralidade de sua composição espacial – cinge esses espaços e esses lugares, quebra-os, exigindo-lhes outras dimensões, que levem em conta sua condição mestiça, indígena, brasileira, norueguesa, sertaneja, humana. Os espaços se entrecortam dentro dele, mas também são entrecortados por esse sujeito que transita, deixando seu rastro por onde passa, seja simbolicamente como presença não branca, latino-americana, seja fisicamente através de sua prole. Sua filha, Susanne, fruto de um de seus casamentos na Noruega é, sendo filha de mãe Norueguesa e pai índio-descendente brasileiro, sem dúvidas, o produto corporificado desses trânsitos. Ao evidenciar a experiência de um indivíduo enredado nessa fragmentação de espaços que se entrechocam e geram a todo momento um turbilhão de

¹⁰ Versão digitoscrita. A numeração da página segue a numeração feita a partir do arquivo em formato pdf.

emoções, Correia de Brito dá margens aos questionamentos sobre os espaços em nível intercontinental, mas sobretudo recompõem um caminho que vem sendo traçado pela literatura contemporânea: a revisão da identidade nacional brasileira. Com isso não se pretende afirmar que todos os indivíduos sejam iguados, ou estejam prestes a ser iguados identitariamente pela dinâmica global. A representação do “homem” como ser social requer a apreensão dos embates psicológicos, sociais e históricos porque passa dentro das várias diásporas ocorridas na história.

Também pelo viés metafórico, Paul Gilroy (2007) concebe o conceito de diáspora como opção para se pensar a identidade de modo a escapar do determinismo territorial. Diáspora como desenraizamento, trânsito, cultura em movimento. Reelaboração cultural a partir da dolorosa experiência da separação forçada da “terra de origem”, à qual talvez não se possa nunca retornar, mas que habita os indivíduos. Agrega aqueles que dividiram a experiência da injustiça e do sofrimento da escravidão, mas de modo a manter, ressalta Gilroy (2007), o *status* plural da história, atentando para as peculiaridades de cada experiência.

A diáspora é uma ideia especialmente valiosa porque aponta para um sentido mais refinado e mais maleável de cultura do que as noções características de enraizamento [...] Ela torna problemática a espacialização da identidade e interrompe a ontologização do lugar. (GILROY, 2007, p. 151)

O conceito de diáspora se refere às misturas e combinações resultantes do movimento populacional, especialmente, do contingente negro, saído de África para as Américas. Ele pode ser apropriado para referir-se a grupos de pessoas de outras etnias, que também precisaram partir forçosamente de sua terra de origem, ou ainda, como utilizado por Hall (2003b), para tratar dos fluxos populacionais que acontecem, muitas vezes, às avessas, nesse período que chamamos de pós-colonial, em que parece urgente a reelaboração e redefinição de novas identidades, principalmente para aqueles que ocuparam o lugar mais desvantajoso e que sofreram as injustiças do processo de colonização.

Ao tratar da temática da migração nordestina, Galiléia (2008) consegue colocar em foco consequências relacionadas a deslocamentos ainda mais abrangentes. No desfecho da narrativa, a ênfase recai sobre a travessia propriamente dita. A tranquilidade que Adonias sente no caminho de volta ao Recife é desfeita quando a certeza do retorno é abalada. Ao sentir-se sem alternativa, o personagem entra em um estado desesperador. A “impossibilidade” de transitar, de escolher qual direção seguir faz com que ele não consiga decodificar o mundo a sua volta. Estar na fronteira não é um posicionamento tranquilo, mas

enquanto é possível mover-se se pode até aproveitar a paisagem diferente, os contatos inusitados. A partir do momento em que o trânsito deixa de ser uma escolha e que algo impossibilita o retorno ao lar, o sujeito sente-se aprisionado aos limites. A sensação da eterna permanência no meio do caminho é o elemento que sufoca o indivíduo no romance.

Apagam as luzes da praça, e a única claridade agora vem dos fogos. Acho impossível encontrar Antônio, ou ser encontrado por ele. Os sons se misturam; a dança torna-se furiosa, as pessoas se empurram, gritam, esfregam os corpos molhados de suor. O círculo de motos não me permite seguir adiante, estou ilhado. Procuro novamente o celular no bolso, mesmo sabendo que ele desapareceu. Olho o relógio da torre, iluminado pelas girândolas, mas não distingo os ponteiros. – vou perder o avião para o Recife – constato aterrorizado. A embriaguez cessa de repente. Sem a chance de partir, tudo parece sombrio e feio; o coração se tranca, a boca amarga. Os dançarinos passam cantando e arrancando o Santo dos meus braços. Tento alcançá-los, mas eles desaparecem. Sinto-me sozinho. Procuro alcançar o outro lado da praça e encontro a mesma paliçada de motos. Recuo porque não consigo transpô-la. Já não sei que direção tomar. Até bem pouco tempo, o mundo em volta de mim era compreensível e amável. Agora, seu significado me foge por completo. (BRITO, 2008, p. 236)

O lugar fronteiro representa nessa narrativa a dificuldade ou impossibilidade da existência literal de um espaço coeso e compactado. De um Nordeste e de sujeitos nordestinos imóveis ou ciclicamente móveis e, portanto, arraigados ao lugar. O fato de não poder escolher o caminho ou de ser levado a mover-se em condições difíceis e por motivos que fogem ao controle das pessoas é que ocasiona o desespero e desterritorializa esse sujeito, e não o movimento ou a estrada em si. A desterritorialização, como aponta Haesbaert da Costa (2010), se faz presente quando há pessoas em situações extremas de exclusão, das quais são exemplos os espaços de violência e pobreza vistos nas grandes cidades, ou as grandes perseguições e extermínios étnicos, como no caso judeu. O movimento por si somente ou a dinâmica espacial e identitária da vida contemporânea não significam necessariamente uma desterritorialização. Nas palavras do próprio geógrafo, implicam uma forma de reterritorialização, num espaço múltiplo, e de uma multiterritorialidade. “Fica evidente nesse ponto a necessidade de uma visão de território a partir da concepção de espaço híbrido – híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e “idealidade”, numa complexa interação tempo-espaço [...]” (COSTA, 2010, p. 79).

Os personagens apresentados são indivíduos pertencentes a outros espaços, sem deixar de ser nordestinos e de manter vínculos afetivos, sociais e históricos com o Nordeste, vendo-o como parte de si e da história nacional a ser desvendada. “O sertão é o Brasil profundo,

misterioso, como o oceano que os argonautas temiam navegar. Chega-se a ele acompanhando o curso dos rios, perdendo a memória do litoral. Os ingleses chamam-no *backlands*, terras de trás” (BRITO, 2008, p. 225) [grifos do autor].

É a partir da concepção de uma identidade que se desintegra e passa ser apreendida por meio de outras relações que vão além de um sentimento determinante e excludente do que é ser igual ou diferente, que as relações percebidas em *Galiléia* (2008) se mostram em sua eficácia para as discussões acerca da construção e da revisão da identidade cultural nordestina. Compreendido como ameaça às culturas locais, o caráter homogeneizante da globalização tem sido redefinido pela reação dessas culturas, implicando assim na alternativa de concepção de identidades outras, e admitindo o estado híbrido em que se encontram, entendido, segundo Canclini (2003, p. 19), pela movimentação de “[...] processos socioculturais nos quais estruturas e práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”, como será discutido na próxima seção.

5 SERTÕES E HIBRIDISMOS CULTURAIS – CONTROVÉRSIAS DA GLOBALIZAÇÃO E A CULTURA POPULAR EM MOVIMENTO

Ficamos em silêncio, olhando as casas de luzes apagadas, com antenas parabólicas nas cumeeiras dos telhados. Eram bem poucas no planalto extenso, multiplicando-se próximo às cidades. Desejei bater à porta de uma delas, dar boa-noite às pessoas, xeretar o programa a que assistiam. Não consigo imaginá-las atravessando a porta para os afazeres nos currais e roçados, depois de se intoxicarem de novelas.

Ronaldo Correia de Brito, *Galiléia*.

Nas três seções anteriores, vimos como o romance de Ronaldo Correia de Brito nos apresenta uma perspectiva sobre o Nordeste a partir da qual é possível ler a região deslocada do lugar-comum em que costuma ser representada tanto na tradição da literatura brasileira quanto no imaginário popular. Ou para expressar de forma mais condizente com as premissas escolhidas e desenvolvidas neste trabalho, *Galiléia* (2008) constrói um Nordeste relocado ou reterritorializado e redito. Até o presente momento, vimos como essa reversão é plasmada a partir das discussões em torno das relações entre memória e história – ou de um conjunto de imagens que formam uma memória e uma história do que é ser nordestino individual e coletivamente – e em torno das relações entre território/territorialidade e identidades. Reversão efetivada através de questionamentos sobre a estabilidade de uma suposta “nordestinidade” e de situações que, ao encenar conflitos, conduzem à contestação do poder de limitar identificações tanto do recorte geográfico associado à região Nordeste ou ao sertão como de qualquer outro recorte regional que seja compreendido de modo tirânico.

Interessa, a partir deste ponto do trabalho, tendo em vista as contradições do estado atual da globalização, analisar no romance a presença de algumas cenas que evidenciam estados de hibridações por que passa a chamada “cultura popular”. Essas misturas, que tornam suas fronteiras cada vez mais fluidas, serão analisadas a partir das consequências da influência exercida pela mídia e, por conseguinte, pelo consumo, de modo a perceber essas duas problemáticas em sua relação com a representação, ou representações, do espaço sertão.

Um primeiro ponto a ser levantado é o fato de que a própria definição de cultura popular se configura como um terreno conflituoso. Se a conceituação de cultura já é um tanto controversa, acrescido do adjetivo popular, o termo ganha conotações ainda mais complexas, uma vez que ele passa por mudanças de sentido a depender do contexto em que é utilizado, podendo ser acionado por diferentes atores sociais, seja pelo povo ou por instâncias de poder, de acordo com o interesse de cada um deles.

O conceito de “povo”, durante o século XIX, foi sendo remodelado em determinados momentos históricos, sendo atravessado pela consciência da ilustração, do romantismo e desembocando no marxismo (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 34). Para os ilustrados, “povo” significava uma generalidade que seria “a condição de possibilidade de uma verdadeira sociedade” e, uma vez que se fazia impossível pensar o estado moderno desassociado da ideia de uma “vontade geral”, “o povo” convertia-se no próprio elemento legitimador do governo. Mas, paralelo a isso, com os ideais iluministas calcados na “razão”, paradoxalmente o “povo” passa a ser também símbolo de desordem e ignorância e a cultura popular, sinônimo de crendices e superstições que, segundo os ilustrados, precisariam ser extirpadas para que a nação pudesse alcançar seu pleno desenvolvimento. Desse modo, nas palavras de Martín-Barbero (2009, p. 34):

A racionalidade que inaugura o pensamento ilustrado se condensa inteira nesse circuito e na contradição que encobre: está contra a tirania em nome da vontade popular, mas está contra o povo em nome da razão. Fórmula que resume o funcionamento da hegemonia. [...] Assim, na passagem do político ao econômico se fará evidente o dispositivo central: de inclusão abstrata e exclusão concreta, quer dizer, a legitimação das diferenças sociais.

A concepção de povo plasmada pelo Romantismo vai contrariar esse ideal racionalista do Iluminismo, ao exaltar um conceito de cultura voltado para os elementos mais próximos da vida e, assim, “revalorizando o sentimento e a experiência do espontâneo como espaço de emergência da subjetividade” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 36). Essa premissa possibilitou a valorização do “povo” primeiramente através da imagem do herói, mas também por causa da necessidade dos nacionalismos de proclamar a existência de uma substância autêntica para “o povo”, resultando no retorno ao passado em busca do “primitivo” e do “irracional”. Por um lado, a consciência a respeito do “povo” desenvolvida neste período faz ver a existência de relações culturais que vão além da cultura oficial. É possível perceber como “o Romantismo constrói um novo imaginário no qual pela primeira vez adquire *status* de cultura o que vem do povo” (MARTÍN-BARBERO, 2009, p. 36). Por outro lado, essa premissa, ao essencializar a categoria “povo” como substância legítima da “Nação”, o resguarda numa câmara, isentando-o das relações conflituosas comuns ao campo da cultura e a sua relação com a cultura hegemônica.

A politização da ideia de povo vai se efetivar, durante a segunda metade do século XIX, com as propostas do marxismo. O termo será diretamente vinculado à classe trabalhadora, e as questões que envolvem a cultura popular passam a ser analisadas a partir da

oposição que o estabelecimento de uma “classe trabalhadora” impõe, ou seja, a partir da relação binária entre proletariado e burguesia, e vai ter seu sentido imposto em sua conexão com as relações de produção. No entanto, o problema dessa concepção de povo é que ela possibilita entender a cultura popular somente a partir de uma das várias relações que estabelece com outros aspectos sociais. Se, por um lado, ela insere o “povo” como categoria dentro das relações de dominação, ou seja, das relações de poder, ao mesmo tempo ela restringe o olhar somente para aquilo que diz respeito à lógica interna às lutas de classe.

Encontrar uma definição de cultura popular exige certa cautela. As concepções mais facilmente apresentadas geralmente não estão isentas de equívocos em relação aos itens que escolhem para enfatizar. Duas delas podem ser apontadas. A primeira preconiza como popular tudo aquilo consumido e apreciado pelas massas. Nesta definição estão implicadas as noções de passividade por parte de quem consome e de corrupção daquilo que é consumido. Em outras palavras, a cultura popular seria manipulada pelos interesses do mercado assim como o povo seria apenas a “massa de manobra” das elites e do sistema capitalista. Mais uma vez impera a ideia de autenticidade vinculada à cultura popular e da existência desta como “íntegra, autêntica e autônoma”, que estaria sendo desvirtuada pelo mercado e por suas ações maléficas. Além disto, ao entender o “povo” como um compósito de meros consumidores passivos, esta concepção despreza os jogos de identificação que levam as pessoas a consumirem estes bens culturais, que fazem parte desse processo de inserção e rejeição e que são caracterizados por inúmeras contradições. Se há assimilação é porque há certos elementos com os quais as pessoas se identificam e escolhem para si (HALL, 2003b).

Uma outra concepção se mostra ainda mais abrangente. A cultura popular seria composta de todas as coisas produzidas e desempenhadas pelo “povo”. Essa definição torna a cultura popular, e também a cultura de modo geral, difícil de ser analisada, já que seria exaustivo e pouco eficaz fazer um inventário visando a identificar quais elementos pertenceriam ou não pertenceriam a esse grupo, além de se que pode acabar por considerar indiscriminadamente qualquer ação como sendo um elemento cultural.

Stuart Hall (2003b, p. 241) resolve o impasse optando por pensar a cultura popular a partir da “tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante”, atentando para “o processo pelo qual essas relações de domínio e subordinação são articuladas”. Essa concepção de cultura popular lança seu olhar prioritariamente para as questões que envolvem cultura e hegemonia. A cultura popular é vista como um “campo de batalhas”, em que elementos culturais se encontram e se sobrepõem, e em que a tradição deixa de significar uma simples manutenção de formas antigas e se torna uma maneira de reinserção

de velhas formas em contextos novos a fim de conferir-lhes outros modos de significância. Desse modo, Hall (2003b, p. 245) concebe as culturas “[...] não como ‘formas de vida’, mas como ‘formas de luta’ [que] constantemente se entrecruzam: as lutas culturais relevantes surgem nos pontos de interseção”.

Sendo assim, no que se refere à tradição, a comum utilização do termo folclore para designar toda e qualquer manifestação popular gerando a crença na “imutabilidade do fato folclórico”, e pautada de modo exclusivista na antiguidade, na oralidade e no anonimato, precisa ser repensada. Esses critérios precisam ser relativizados para que se abra espaço para olhares sobre o folclore que reconheçam sua diversidade. Mas, principalmente, olhares que evidenciem sua dinâmica, seu poder de transitar e de manter contatos. Essa preocupação surge do fato de que, no imaginário brasileiro, costuma-se pensar em cultura popular como o apanhado de traços e objetos culturais produzidos em localidades que se situam no interior do país, mais precisamente no sertão, no sertão nordestino, por populações que estariam assim resguardadas do contato com os produtos da cultura de massa e com outras instâncias sociais e políticas. A noção de cultura popular como folclore foi ganhando força e se estabelecendo a partir das premissas de autenticidade e pureza. Em outras palavras, essas ideias construíram a falsa prerrogativa de que à cultura popular compete o lugar da tradição, do passado imutável. Concebê-la dessa maneira representa um desvio das atenções que deveriam ser destinadas às tensões políticas existentes no bojo da cultura popular e implica em negar a presença de suas inter-relações com elementos de outros espaços culturais ou, ainda mais grave, implica no entendimento de serem essas misturas deturpadoras, maléficas à preservação de sua integridade.

A linha que separa a cultura popular da cultura de massa se dilui. Ela torna-se intermitente sem que necessariamente se chegue ao ponto em que tudo seja transformado em um único estado de coisas. Como em todo campo de embate cultural, para garantir a sobrevivência, é preciso haver negociações, numa dialética entre resistência e apropriação. À indagação sobre o fato de que a cultura de massas desvirtuaria e aniquilaria a cultura popular com sua característica de efemeridade ou à indagação de que a indústria cultural se apropria indevidamente dos elementos da cultura popular para obter vantagens para si, tem-se a possível resposta na perspectiva de que o que há de fato é um convívio, nem sempre pacífico e nem sempre realizado em comum acordo, de trocas, trânsitos por parte de ambos os lados. Existe sim uma relação de força, de poder, mas não um jogo em que se perde ou se ganha definitivamente uma batalha, pois como afirma Hall (2003b, p. 320).

A hegemonia cultural nunca é uma questão de vitória ou dominação pura, não é isso que o termo significa; nunca é um jogo cultural de perde-ganha; sempre tem a ver com a mudança no equilíbrio de poder nas relações da cultura; trata-se sempre de mudar as disposições e configurações do poder cultural e não de se retirar dele.

Com o avanço de técnicas, com a expansão do alcance do comércio e, conseqüentemente, com as facilidades geradas à comunicação e ao acesso a culturas antes distantes, evidenciou-se a preocupação com a iminência de uma homogeneização das culturas. Não se pode negar que o conjunto de práticas complexas, que frequentemente simplificamos sob o termo globalização, tende a agregar pessoas, a diminuir certas distâncias, a fazer conhecer outros lugares, e que certos hábitos culturais passam a fazer parte de uma rede comum de hábitos de uma forma bastante veloz. E que essa difusão e apropriação não está isenta de exercícios de poder. No entanto, em contrapartida, não podemos deixar de ver que há reações das chamadas culturas “locais” frente a uma unificação. Desse modo, não sendo o resultado da globalização o aniquilamento de identidades ou sua uniformização nem o movimento de fechamento total das identidades culturais às suas influências, seu caráter caminha no sentido da “reivindicação ao direito a identidades que se afirmem como comunidades em diferença atentas a constantes agenciamentos e negociações resultantes de dinâmicas nacionais e transnacionais – emigrantes, imigrantes e diaspóricas – a que os sujeitos contemporâneos estão sujeitos” (MATA, 2005, p. 13).

No que se refere às representações de Nordeste, é preciso ter em conta a articulação entre as imagens cristalizadas que gestaram a região e as discussões contemporâneas, em que a dicotomia regional *versus* universal abre espaço para questões de outra ordem, que para além da substituição pelos termos global e local, sugere a releitura dessa relação, ressaltando a possibilidade de novos imbricamentos e recriações. Nesse sentido, o curador Moacyr dos Anjos (2005, p. 60) argumenta que

Embora o contato e a colisão entre discursos e imagens diversos sobre o mundo enfraqueçam a solidez imaginada dos pactos identitários – abranjam essas nações ou espaços subnacionais – e tenham feito emergir conflitos longamente sublimados, eles têm também gerado simultâneas respostas de afirmação ou reconstrução de identidades e desenvolvido um generalizado fascínio pela diferença. O resultado mais paradoxal da intensificação dos fluxos mundiais de informação tem sido, de fato, o de frustrar expectativas de homogeneização de culturas e de fraturar a noção, implícita no ideário modernista, de hierarquia rígida entre elas; familiariza o mundo, ao contrário, com um ambiente cultural complexo e diversificado, instituidor de uma nova, conflituosa e ampliada cartografia da produção e circulação simbólicas.

É dentro dessa nova cartografia que a identidade nordestina passa a ser compreendida em sua articulação com outras identificações que, ao contrário de a anularem, a tornam vasta, ampla e diversificada. Para tanto, faz-se necessário

[...] considerar as formas específicas de reação/integração ao processo de globalização elaboradas pelos que produzem bens simbólicos no Nordeste do Brasil; é deles a responsabilidade de problematizar e recriar sistemas de representação que não mais conseguem exprimir os diversos modos de vida afirmados pela comunidade da qual são parte. (ANJOS, 2005, p. 61)

Para Anjos (2005), é através da modificação da perspectiva dos próprios habitantes nordestinos ou daqueles que se sentem de alguma forma ligados à identificação da região, e que possuem meios para produzir novas formas de dizer, que a mudança será possível.

Outro fator que impulsionou, em boa parte, esse hibridismo por que passa a cultura popular está relacionado ao crescimento urbano. Segundo Canclini (2005, p. 285), o redimensionamento da população antes alocada em inúmeras comunidades rurais para a formação de “uma trama majoritariamente urbana” proporcionou a proliferação de “uma oferta simbólica heterogênea”. Sem descartar a enorme contribuição dos meios massivos, o autor enfatiza as teias de comunicação que o ambiente urbano sugere, com seus vários guetos, manifestações, expressões, conflitos. Afinal, a ação da mídia reflete o que se vê nas ruas num movimento recíproco dentro do que o autor chama de “jogo de ecos”. O foco de Canclini (2005) encontra-se nas reflexões acerca da *urbis*, o que não nos impede de admitir que a cultura popular também passa por modificações, mesmo circulando em outros espaços, que não somente o urbano.

A contemporaneidade fez eclodir demandas identitárias múltiplas. As questões raciais, de sexualidade e de gênero, que compõem este quadro, fizeram com que o pensamento que dizia ser a cultura algo discutível apenas dentro das relações de classe, de certa forma, ruísse. Se hoje é difícil definir os estratos culturais tomando como base a divisão de classes, é por que é complicado definir tão facilmente as próprias classes sociais. “Ainda que muitas obras permaneçam dentro dos circuitos minoritários ou populares para que foram feitas, a tendência predominante é que todos os setores misturem em seus gostos objetos de procedências antes separadas” (CANCLINI, 2005, p. 309). Não se trata da afirmação da existência de uma hibridização desmensurada, nem da afirmação de que não haja mais divisão entre classes. Trata-se de admitir que “classe” não é a única categoria analítica possível. O próprio processo

de mistura é produto do agenciamento de forças díspares, e essa desigualdade encontra-se na base do sistema capitalista.

Galiléia (2008) aponta para uma leitura da impossibilidade de se precisar os limites de um sertão contemporâneo, no que se refere ao território e à memória, como vimos, e também, de forma contundente, no que diz respeito aos elementos culturais que formam o mosaico da região nordestina. Não se trata somente da correlação de elementos tradicionais a elementos contemporâneos, procedimento que o autor executa de modo bastante eficaz, porém da complexidade através da qual esse entrecruzamento é elaborado e discutido. Através desse contraponto, põe-se o sertão em terrenos movediços, relativiza-se a altivez conferida à memória sertaneja que, se por um viés apresentou-se, em produções anteriores, composta de fracassos e misérias, por outro, quando é conveniente ao sujeito enunciador, aparece contraditoriamente carregada de gloriosas lembranças, sinônimo da preservação de bons costumes, da firmeza administrativa da ordem patriarcal e da pureza cultural brasileira. Talvez fosse um tanto simples por lado a lado ícones da tradição e da “pós-modernidade”, sem uma devida problematização. Mas o que faz com que essa narrativa se mostre em seu poder significativo dentro do quadro de produções artísticas que pretendem apresentar um sertão contemporâneo é justamente o fato de ela extrapolar a simples composição de um cenário sertanejo atual – conhecido empiricamente por muitos de nós, mas ainda um tanto “estranho” à narrativa literária – e conseguir estabelecer um modo de coadunar esses elementos e obter como resultado a apresentação de problemáticas maiores, envolvendo a dinâmica contemporânea das culturas locais em sua relação com a dinâmica global. Dizendo de outro modo, o movimento empreendido por Ronaldo Correia de Brito foge a uma tentativa simplista de mostrar que o sertão mudou ou de questionar sua estabilidade a fim de destruí-lo e desmistificá-lo. O autor apresenta esse nordeste-sertão, tendo em vista dilemas socioculturais e políticos contemporâneos. Não objetiva apresentá-lo somente como um lugar novo, livre das mazelas e dos arcaísmos de outrora. É precisamente nesse agenciamento entre o tradicional e o novo que a cultura popular é remanejada e ressignificada.

Essa reação das culturas locais, um dos vieses da globalização, se faz presente no romance através da passagem em que é mostrada a apresentação de um conjunto musical, descrito da seguinte maneira:

Os músicos arrumam os instrumentos: teclado, guitarra, baixo, sanfona e bateria. Um rapaz que bebia no balcão se encaminha para o grupo. É o vocalista. Usa três argolas na orelha esquerda, um piercing no nariz e roupa preta brilhosa. Passa a mão nos cabelos pintados de louro, endurecidos pelo

gel fixador. Repete o gesto inúmeras vezes, mas nem um fio de cabelo se move. Temo que a minha ansiedade se agrave. Resisto heroicamente a tomar mais um tranquilizante. Capitulo e enfio o comprimido goela a dentro. Melhor prevenir, não sei o que me espera. Olho à minha volta como um espectador inerte, as pernas paráliticas. O dono da bodega reconhece que somos de fora, outro tipo de gente. Retorna a nossa mesa, desculpa-se pelo transtorno, é apenas o ensaio de uma banda de forró. Se nos incomodar, os rapazes tocarão mais tarde. (BRITO, 2008, p. 34)

Como revelado no final do parágrafo, trata-se de uma banda de forró. O ritmo que deu sonoridade e sentido ao Nordeste é mostrado em seu envolvimento com outras tendências. O “tradicional” trio nordestino composto por sanfona, triângulo e zabumba transforma-se através da agregação de instrumentos musicais que lhe dão nova configuração. Como elementos antigos mesclam-se a elementos novos em sinônimo de uma negociação que torna cada vez mais fluída a fronteira entre “cultura popular” e “cultura de massa”, a recriação do ritmo e da *performance* não está condicionada ao desaparecimento do modelo anterior.

Ananda Teixeira do Amaral (2005), em seu estudo sobre a construção da imagem de Luiz Gonzaga em discursos biográficos e acadêmicos, aponta para a dificuldade que determinada parcela letrada da população tem em aceitar dentro dos limites do “bom gosto” a produção de bandas que misturam o forró a outros estilos musicais. Os critérios para a definição daquilo que seria um “bom forró” ou o “verdadeiro forró” passam pelos elementos da obra de Gonzaga, pelos elementos que foram edificando sua imagem como autêntico nordestino e que foram identificando seu forró a partir de uma visão telúrica. Sobre isso, Amaral (2005, p. 9) declara:

Associando o compositor ao sertão, ao que seria genuinamente nacional, à “música popular tradicional” do Brasil, a que alguns chamam de “música de raiz”, a classe média escolarizada e muitos dos intelectuais brasileiros justificam o desprezo à música de grupos atuais como *Matruz com Leite*, *Calcinha Preta* e *Magníficos*. A partir do mesmo tipo de argumento, desqualificam ainda a produção dos grupos do que se convencionou chamar de “forró universitário”, estilo também consolidado na década de 90. Rejeitam a mistura – operada por essas bandas – do “forró tradicional” com o rock, linguagem predominantemente reconhecida como própria da música popular urbana; como se o baião também não houvesse sido fruto da mistura da música produzida por cantadores nordestinos até a década de 40 com uma nova concepção de música, surgida no início do século XX, que era urbana e destinada ao rádio. [grifos do autor]

Não só é comum a reivindicação de autenticidade ao baião, como é comum também a atribuição do título de artificialidade aos variados tipos da produção musical contemporânea que se apropriam do forró como base, esquecendo-se dos fatores que proporcionaram a

aparição de Gonzaga e seus impulsionadores: o advento da rádio e da industrial cultural no país. O texto de Correia de Brito expõe as mudanças, as imbricações que envolvem a cultura popular. Acerca dessa interseção, principalmente, da apropriação por parte da cultura popular de benefícios que podem ser obtidos da troca com a cultura de massa, e para além de ressentimentos e determinismos, Milton Santos (2010, p. 144) afirma que:

[...] há – e felizmente – a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas. [...] Se aqui os instrumentos da cultura de massa são reutilizados, o conteúdo não é, todavia, “global”, nem a incitação primeira é o chamado “mercado global”, já que sua base se encontra no território e na cultura local herdada.

O episódio da banda mostra como a cultura popular passa por um processo de adaptação a novos contextos, inserindo símbolos de outras culturas e de outros modos de agenciamento cultural. Antigos hábitos e concepções seguem o fluxo da história e desaguardam em experiências outras. É notório também como alguns desses costumes se mantêm vivos, se entranham no modo de vida contemporâneo e passam a exercer uma outra função, embora continuem arraigados ao modo de manifestação de outrora, contrariando a ideia de estagnação ou até mesmo de morte da cultura popular. Esse processo pode ser lido, no romance, tomando-se como base a personagem Júlia, uma senhora rezadeira e contadora de histórias, que compõe o quadro de lembranças da infância de Adonias. “Acordei com a voz de Júlia entoando um bendito. O avô pediu que ela viesse para rezá-lo. O canto ressoava pelos espaços da casa, abalando os nervos das pessoas. Senti-me fora do mundo real” (BRITO, 2008, p. 121). A cultura popular é vista em sua força mística e reconhecida em seu estatuto de conhecimento frente a outras formas de saber. No caso deste episódio, é a medicina que é relativizada em sua hegemonia enquanto saber absoluto.

Valia-se de cantos e rezas para despachar o doente. Do quarto onde estava deitado eu ouvia tudo. As casas de telhado alto e paredes divisórias abertas não escondem segredos. Ouvem-se os menores sussurros e gemidos. Levantei-me. E se eu fosse até Júlia e bradasse contra a ignorância e o obscurantismo? Melhor deixar o avô entregue à benzedura e continuar na rede, rememorando histórias. Os anos de formação médica não me garantiam que o meu conhecimento fosse único e verdadeiro. (BRITO, 2008, p. 122)

O contexto atual não inaugura os hibridismos culturais, já que a interinfluência está na base de qualquer contato entre povos. É fato, no entanto, que a contemporaneidade criou

ferramentas que possibilitaram o aumento da frequência e da força dessas trocas. Inúmeros ganhos podem ser apontados, principalmente para a acessibilidade e para a difusão do conhecimento. Todavia, o estágio da globalização em que se encontra a humanidade atualmente e seus efeitos não atingem os lugares e as pessoas uniformemente. Se há um problema grave que deve despertar as atenções, esse não é o da homogeneidade, como pode ser facilmente proclamado. O caráter excludente com que se propaga essa globalização faz com que ela se torne um sistema cruel, e “o próprio fato de que seja criador de escassez é um dos motivos da impossibilidade de homogeneização” (SANTOS, 2010, p. 143). A imposição por parte do que Milton Santos (2010) denomina “mercado cego” possui grande poder de expansão, mas, ao mesmo tempo em que tenta adaptar-se a realidades distintas, desconsidera inúmeras especificidades locais, evidenciando a arbitrariedade do modo de vida global. As demandas relacionadas ao projeto global são complexas e não caminham em sentido único.

Além do mais, essa visão homogeneizante ajuda a criar os mitos da aldeia global e da contração do binômio espaço-tempo. No primeiro, a comunicação em escala planetária se daria através de fluxos perfeitos, apesar de sabermos que há vários impasses na mediação das informações e na interação entre pessoas. No segundo, teríamos a diluição das distâncias e, por conseguinte, o alcance cada vez maior de outros espaços, quando é sabido que a “velocidade” somente está à mão de poucos. Juntos, esses dois mitos fundam a noção da existência de um mundo unificado que seria em breve alcançada (SANTOS, 2010).

O Nordeste brasileiro durante muito tempo visto enquanto detentor de barreiras ao desenvolvimento e às transformações aparece em *Galiléia* (2008) tomando parte das interações e dos fluxos globais e isso acontece para além daquilo que somente representaria as benesses desse processo. Apesar de Adonias não se identificar com a terra de origem, permeada por lembranças de quando ainda era criança, o lugar encontra-se profundamente modificado, fato que acentua a dificuldade no reconhecimento de si no local onde fora criado. Se por um lado, as recordações da vida no sertão lhe são perturbadoras, as mudanças ocorridas no lugar também lhe causam estranhamento. Há, no romance, uma confluência de discursos que permite a aparição dessas transformações e de um sertão atravessado pelas trocas globais, físicas e simbólicas, que modificam o espaço e o modo de vida de seus habitantes. O relato do dono do restaurante de beira de estrada sobre seu filho, que por conta do roubo de um aparelho celular, está preso numa casa de detenção para menores, demonstra a maneira como é construída a subjetividade, formada e transformada pelos discursos veiculados nas mídias que chegam a lugares cada vez mais remotos.

Mas ele quis um celular! Desejou não sei pra quê. Não tem nenhuma utilidade aqui. Nem pegar pega. [...] Ele viu na televisão e achou bonito. Agora, os rapazes acham feio vestir roupa de couro, botar chapéu na cabeça. Estão no direito deles. Mudaram os tempos. Pra que serve vestir roupa de couro, botar chapéu na cabeça, se não tem boi pra correr atrás? (BRITO, 2008, p. 38)

Nesse arranjo, a identidade emerge a partir do redimensionamento do vínculo direto com o território, proporcionado pela globalização, e é remodelada em correspondência com os multicontextos, produzidos pelos meios eletrônicos de comunicação, que ao mesmo tempo em que deslocalizam referenciais culturais, reestruturam-nos (CANCLINI, 2005). No caso do rapaz, personagem do romance, essa globalização age inserindo novos aparatos e criando novas “necessidades” em um contexto que não foi devidamente preparado para sua recepção. O que acontece é que as promessas de facilidades engendradas pela globalização não estão ao alcance de todos, mas têm o poder de estimular o desejo de muitos, e principalmente de parcelas da população que apenas podem sonhar com esses bens, sem nunca conseguir consumi-los de fato. Aliás, consumo é a palavra-chave do momento atual, e tem se tornado sinônimo de cidadania. Ao olhar discriminatório da sociedade, tem dignidade e é cidadão aquele que dispõe de recursos financeiros para a aquisição de bens e de serviços e para sua acumulação. Esse entendimento gera a necessidade não só de ter, mas de mostrar que se tem para garantir a aceitação dos indivíduos pela sociedade. Segundo descreve Canclini (2005, p. 54), o consumo

[...] é um lugar onde os conflitos entre classes, originados pela desigual participação na estrutura produtiva, ganham continuidade através da distribuição e apropriação de bens. Consumir é participar de um cenário de disputas por aquilo que a sociedade produz e pelos modos de usá-los. A importância que as demandas pelo aumento do consumo e pelo salário indireto adquirem nos conflitos sindicais e a reflexão crítica desenvolvida pelos agrupamentos de consumidores são evidências de como o consumo é pensado desde os setores populares. Se alguma vez esta questão foi território de decisões mais ou menos unilaterais, hoje é um espaço de interação, onde os produtores e emissores não só devem seduzir os destinatários, mas também justificar-se racionalmente.

Quando se afirma que a cultura popular tem levantado sua revanche sobre a cultura de massas, não se quer dizer que essas reações eliminem o caráter excludente em que a dupla “dinheiro e informação”, nas palavras de Milton Santos (2010, p. 56), se desenvolve atualmente.

Com a globalização impõe-se uma nova noção de riqueza, de prosperidade e de equilíbrio macroeconômico, conceitos fundados no dinheiro em estado puro e aos quais todas as economias nacionais são chamadas a se adaptar. A noção e a realidade da dívida internacional também derivam dessa mesma ideologia. O consumo, tornado um denominador comum para todos os indivíduos, atribui um papel central ao dinheiro nas suas diferentes manifestações; juntos, o dinheiro e o consumo aparecem como reguladores da vida individual. O novo dinheiro torna-se onipresente. Fundado numa ideologia, esse dinheiro sem medida se torna a medida geral, reforçando a vocação para considerar a acumulação como uma meta em si mesma. Na realidade, o resultado dessa busca tanto pode levar à acumulação para alguns como ao endividamento para a maioria. Nessas condições, firma-se um círculo vicioso dentro do qual o medo e o desamparo se criam mutuamente e a busca desenfreada do dinheiro tanto é uma causa como uma consequência do desamparo e do medo.

A difusão da informação em si não é a responsável pela incitação do desejo de consumo. Seria arbitrário pensar desse modo, já que é através do acesso a informações várias que o ser humano pode desenvolver um pensamento mais crítico. A maneira como a informação é fornecida à humanidade é que, até certo ponto, molda formas de pensar e de agir dentro da sociedade. A falácia da objetividade e da imparcialidade do texto jornalístico, por exemplo, ajuda na produção de “efeitos de verdades” sobre determinadas realidades. Não é difícil encontrar, hoje, em canais da televisão aberta, programas – muitos dos quais de caráter sensacionalista – que se utilizam de enunciados que alegam o “compromisso com a verdade”, enunciados esses que não raramente se tornam bordões e que atribuem os crimes às noções de essência e de caráter, ou à falta deles, por parte dos criminosos, sem que haja uma discussão efetiva acerca dos problemas sociais.

Em *Galiléia* (2008), o relato do roubo é incorporado no texto a partir de uma linguagem fragmentada, entrecortada por outras imagens que irrompem no pensamento de Adonias. O relato é materializado no texto juntamente com as partes faltantes por espaços em branco, aquelas que Adonias não consegue captar e transmitir, enquanto narrador do romance, ao leitor. Esse procedimento fornece um efeito de sentido que se assemelha com a descrição de crimes comumente feita em noticiários de televisão – que se tornaram habituais nas vidas das pessoas –, composta de uma apresentação acelerada das características e das ações do criminoso. No romance, há uma passagem, descrita a seguir, que remonta diretamente a esse formato de transmissão.

Abro a porta do quarto com cuidado, saio num corredor escuro, depois numa recepção com a TV ligada num noticiário policial. Uma delegacia, um delegado, um jornalista, um rapaz com algemas, o tórax nu cheio de tatuagens. A câmera gira, o rapaz sem camisa veste uma bermuda baixa, as

nádegas à mostra. A câmera aproxima o rosto em primeiro plano. O jornalista lê numa folha de papel a relação de crimes que o bandido praticou, pede que ele confirme roubo, estupro e assassinato. Mas o garoto nega, o rosto moreno sem expressão. (BRITO, 2008, p. 83)

Note-se como no trecho são descritos, além de um cenário comum, os movimentos de câmera e uma espécie de *script*, acompanhados da ausência de problematizações. É o próprio processo de organização, de edição da informação, baseado num ato de escolhas e de interpretações, e realizado por sujeitos social e historicamente situados, que anula o princípio da imparcialidade.

Mas, apesar da aparição de episódios como o descrito acima, a narrativa de Correia de Brito administra situações advindas do contexto contemporâneo situadas nesse sertão nordestino, deixando de lado o tom de denúncia das mazelas atuais postas em contraste com um tempo passado glorioso. Deixa de lado, portanto, a nostalgia presente em narrativas anteriores, principalmente nas da década de 30, que, em boa parte, faziam suas denúncias reivindicando um retorno de antigos moldes sociais.

Imagino a casa dos meus avós derrubada por tratores, dando lugar a uma rodovia. O barulho forte das máquinas e as luzes dos faróis me deixam a impressão de que estou noutro planeta. Mas não estou. O sertão continua na minha frente, nos lados, atrás de mim. O asfalto fede. Já chorei por causa dessa ferida preta, cortando as terras. Agora, me distraio com os carros que passam. (BRITO, 2008, p. 8)

Podemos perceber em *Galiléia* (2008) a necessidade de desmistificar, não o próprio sertão, mas a ideia de um sertão localizado no passado, seja este um passado de penúria ou de glória, enredando-o em contextualização mais crítica, mais ampla e mais necessária ao contexto e às demandas contemporâneas. Mostra mudanças antes incomuns, diga-se assim, para as páginas literárias, mas que costumamos ver com frequência em viagens ou em noticiários. “Podemos ser assaltados na próxima curva por bandidos armados de rifles, em camionetas importadas como a nossa. Substituíram as pastagens de gado dos sertões por plantios de maconha.” (BRITO, 2008, p. 9). Se o espaço físico já não é o mesmo, obviamente as relações que entrecortam e entrechocam-se neste espaço físico (e ao mesmo tempo simbólico) também já não serão as mesmas.

Prossigo entre campos de futebol de areia, margens comuns em estradas do Brasil. Rapazes se atacam em cima de uma bola, índios de tacape arrasando o inimigo. Cidades pobres, iguais em tudo: nas igrejas, nas praças, num boteco aberto às moscas. No posto rodoviário, um guarda federal espera a

oportunidade de arrancar dinheiro de um motorista infrator. Mulher em motocicleta carrega uma velha na garupa e tange três vacas magras. Dois mitos se desfazem diante dos meus olhos, num só instante: o vaqueiro macho, encourado, e o cavalo das histórias de heróis, quando se puxavam bois pelo rabo. (BRITO, 2008, p. 8)

Os problemas da região apresentados pelo texto caminham em direções várias. A fome sem solução e, de modo geral, a pobreza e a miséria, não desaparecem tão pouco se restringem a eventos climáticos ou à má utilização do solo. Esses não são o centro da questão. Sobre o tema da fome, em 1946, se debruçava um dos intelectuais pioneiros no desenvolvimento da chamada Geografia Humana no Brasil, Josué de Castro. Castro empenhou-se no mapeamento da fome no país, apontando suas principais causas e consequências e classificando cinco zonas alimentares no território nacional: a área amazônica; a área do Nordeste açucareiro; a área do sertão do Nordeste; e as áreas Centro e Sul. Dessas, as três primeiras foram apontadas como “áreas de fome”, e as duas últimas como áreas de subnutrição. O autor dedicou mais de um terço de sua pesquisa à análise da região nordestina. Seu trabalho, de fato, é considerado bastante crítico, polêmico e necessário para a época, fazendo ver problemas básicos que as elites brasileiras não queriam admitir, atribuindo esse descaso ao pensamento racionalista moderno.

Trata-se de um silêncio premeditado pela própria alma da cultura: foram os interesses e os preconceitos de ordem moral e de ordem política e econômica de nossa chamada civilização ocidental que tornaram a fome um tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável de ser abordado publicamente. O fundamento moral que deu origem a esta espécie de interdição baseia-se no fato de que o fenômeno da fome, tanto a fome de alimento como a fome sexual, é um instinto primário e por isso um tanto chocante para uma cultura racionalista como a nossa, que procura por todos os meios impor o predomínio da razão sobre os dos instintos na conduta humana. (CASTRO, 2005, p. 12)

O trabalho de Castro (2005) se dedica a apresentar o problema da fome tendo em vista elementos que ultrapassam os fenômenos da natureza e preocupa-se, como afirma o próprio autor, com os efeitos das ações do homem sobre o meio. No Nordeste açucareiro, a fome é explicada, entre outros fatores, principalmente pelo desgaste do solo advindo da ação dos colonizadores empenhados no cultivo de um só produto: a cana-de-açúcar. No sertão, apesar de outros problemas de ordem sociológica, o grande foco recai sobre as secas e sua inevitabilidade. Se bem que pese a importância e mesmo a necessidade do trabalho de Josué de Castro, não se pode deixar de dizer que ele foi um dos responsáveis pela produção de uma

discursividade sobre a fome no Brasil. Seu trabalho chama a atenção para a fome no país, mas ao se debruçar preferencialmente sobre a região amazônica e sobre o Nordeste direciona os holofotes do espetáculo da fome para o “Norte” do país e contribui com um discurso que, aliado à problemática das secas, se tornou um dos mais utilizados, seja por parte das elites políticas locais para a reivindicação de recursos ao Governo Federal, seja por parte da população de outras regiões para justificar o atraso político, econômico, cultural e mental da região – como pode ser visto até hoje em polêmicas retrógradas, mas gravíssimas.

Se o sertão do Nordeste não estivesse exposto à fatalidade climática das secas, talvez não figurasse entre as áreas de fome do continente americano. Infelizmente, as secas periódicas, desorganizando por completo a economia primária, extinguindo as fontes naturais de vida, crestando as pastagens, dizimando o gado e arrasando as lavouras, reduzem o sertão a uma paisagem desértica, com seus habitantes sempre desprovidos de reservas, morrendo à mingua de água e de alimentos. Morrendo de fome aguda ou escapando esfomeados, aos magotes, para outras zonas, fugindo atemorizados à morte que os dizimaria de vez na terra devastada. (CASTRO, 2005, p. 159)

No entanto, Josué de Castro não está sozinho neste processo. Em seu próprio livro, são citados o militar Euclides da Cunha e o sociólogo Gilberto Freyre como seus antecessores no que se refere ao estudo da fome no Norte do país. A respeito destes dois intelectuais, já comentados no presente trabalho, sabemos como eles foram importantes para a instituição simbólica ou, nas palavras de Albuquerque Jr. (2009), “invenção” da região nordestina. O autor dedica, ainda, seu livro a Raquel de Queiroz e a José Américo de Almeida, chamando-os de “romancistas da fome no Brasil”, e em determinada altura de sua análise sobre o sertão, a literariedade parece tomar conta do texto. O autor menciona a musa sertaneja, e agrega ao texto versos dos poetas e cantadores populares Antônio Batista Guedes, Nicandro Batista do Nascimento e Bernardino Nogueira, transcritos, respectivamente, do clássico *Vaqueiros e Cantadores*, de 1939, escrito por Câmara Cascudo, e de *A Paraíba e seus problemas*, de 1923, escrito por José Américo de Almeida – fato que demonstra sua ligação com a literatura, principalmente com a literatura da década de trinta, no que se refere à fome no Nordeste brasileiro.

A trágica história destes cataclismos periódicos, desse calendário de calamidades, tem sido registrada por grandes escritores brasileiros, desde um Euclides da Cunha, condensando em quadros de fulgurante beleza todos os horrores indescritíveis da seca, a um Felipe Guerra, com as téticas descrições de detalhes macabros acerca dessa heroica epopeia dos nordestinos. Tomás Pompeu, Rodolfo Teófilo, Ildefonso Albano, José Américo de Almeida, Rachel de Queiroz, Alceu de Lellis, Clodomiro Pereira

e tantos outros nos apresentaram em páginas de intenso realismo o excruciante espetáculo de fome e de miséria. Não vamos repisar no presente ensaio estas cenas já bem conhecidas de todo o país, projetadas com tal intensidade na consciência de todos que, como diz Gilberto Freyre, ‘a palavra Nordeste nos evoca sempre o espetáculo das secas. Quase não sugere senão as secas, os sertões de areias rangendo debaixo dos pés’. (CASTRO, 2005, p. 201)

Em Ronaldo Correia de Brito, a fome e a miséria não deixam de se apresentar como causa a exploração contemporânea do homem pelo homem e o desleixo e a cegueira convenientes e coniventes do Governo. Estes problemas, todavia, estão emaranhados em outras situações, ações e circunstâncias que formam um todo complexo em que se torna difícil delimitar um começo e um fim, ou uma causa primordial. A discussão presente no texto a respeito da prostituição infantil serve para ilustrar como as relações que entrecortam o sertão, se por um viés o especificam enquanto cenário contemporâneo com aparência distinta de outrora, por outro, o aproximam da realidade de outros espaços urbanos e rurais pelo território nacional a fora, o aproximando também de localidades que podem estar situadas em qualquer lugar do planeta em que haja desigualdades sociais e miséria. A partir da conversa entre os personagens Davi e Ismael, abaixo transcrita, é possível perceber esses impasses e suas consequências que, neste caso, refere-se à prostituição de menores. A citação é longa, mas necessária e esclarecedora.

– Nem deviam chamar essa pocilga de lanchonete. Você viu? Não deu pra comer nada. A coca-cola estava quente, o sanduíche, frio. Não existem outros lugares nessas cidadezinhas, só postos de gasolina? Parece que as pessoas não têm o que fazer. Sentam em mesas, bebem cerveja, jogam totó e ouvem essa música horrível. Ainda bem que não para de chegar e sair caminhão. Quando fui ao banheiro vi dois motoristas tomando banho. Depois vi um deles entrando com um menino na boléia do carro. Devia ter uns catorze anos. Estamos na rota do gesso? / – ... / – Ah, você não sabe dessas coisas, vive fora há tempos. Nessa rota transitam caminhões e motoristas solitários, carentes de sexo. Eles passam semanas sem encontrar as esposas. Os meninos e as meninas se oferecem nos postos de gasolina. São pobres, não frequentam escola, ninguém cuida deles. Vão passar fome? O jeito é se prostituir. Fazer o quê? A grana das minas de gesso não chega às casas deles. Nem ao bolso dos caminhoneiros. Eles também são fodidos, e não sentem compaixão nenhuma. Gozam e vão embora. / – ... / – Antes, o único flagelo era a seca. Esquece! / – ... / – A rota do gesso fica em Pernambuco, e nós atravessamos o Ceará. Não faz diferença, é tudo igual: a mesma paisagem, o mesmo povo, a mesma miséria. / – Não quero ouvir essa conversa. Faça o favor de calar a boca! / – Desculpe! Esqueci que você é discípulo de tio Salomão, orgulha-se de ser nordestino. / – Não vou responder. / – ... (BRITO, 2008, p. 81)

A temática da prostituição figura no quadro de relatos sobre o Nordeste compondo mais uma das contradições a respeito da região. Ao contrário do que se pode imaginar a partir de enunciados que corroboram a religiosidade incontestável do “povo nordestino” e a rigidez do sistema patriarcal, é recorrente a aparição da mulher nordestina na condição de prostituta. Tanto na literatura quanto no cinema, podem ser elencados inúmeros exemplos dessa associação: a personagem Luiza (Claudia Abreu) em *Guerra de Canudos* (1997), personagem Genifer (Fernanda Paes Leme) do filme *O homem que desafiou o Diabo* (2007), a personagem Dora (Denise Fraga) do filme *O auto da Compadecida* (2000), e mais recentemente a personagem Hermila (Hermila Guedes), do filme *O céu de Suely* (2006), somente para ficar em produções mais atuais, além de tantas outras que figuram na literatura e no cinema nacionais. Das produções da década de trinta, destaco o romance *Rua do Siriri* (1968), de Amando Fontes. O título alude a uma famosa rua de Aracaju, destino de mulheres renegadas por suas famílias por conta de algum episódio de “corrupção moral”. Se em *Os Corumbas* (1988), romance do mesmo autor, a situação da mulher na sociedade e sua “inevitável” prostituição são mostradas paradoxalmente como produto das transformações sociais e do destino, com “desfecho” geralmente trágico, as condições em que vão viver dali para frente são relatadas, em *Rua do Siriri* (1968) – as peculiaridades da vida das mulheres prostituídas, as privações e os sofrimentos por que passam. Nos relatos de vida de cada uma das mulheres, ficam subentendidas as configurações sociais precárias em que viveram durante a infância, o que acabou, de certa forma, por contribuir com a “escolha” pela prostituição. O narrador parece se distanciar das personagens, pois apesar de não questioná-las, traz à cena várias situações do contexto social, o que demonstra parte de sua consciência. Porém, esse quadro não é problematizado de maneira eficaz pelo narrador, muito menos pelas mulheres, que na maioria das vezes atribuem a culpa a si próprias e/ou ao destino. Nesse sentido, o que acaba prevalecendo é o estereótipo da mulher nordestina, que se encontra hoje amplamente difundido pela literatura nacional. Aparecendo como carente da postura moral que se esvai com a “ruptura” do sistema patriarcal antigo e da inteligência necessária às novas condições de vida modernas, à mulher nordestina, guiada pelo “destino”, só resta mesmo a corrupção físico-moral pela venda do seu corpo. Belas ou feias, nos romances de Amando Fontes, as mulheres pobres aparecem relegadas a um único destino: a prostituição.

O tema reaparece em *Galiléia* (2008), mas em confluência com um quadro de outros problemas atuais, e não de modo exclusivo nem estereotipado, pois há mostras de uma pluralidade no que concerne à condição da mulher frente às mudanças sociais. O texto refere-se principalmente à prostituição infantil, no entanto, ainda que a prostituição de mulheres não

seja negada, aparecem outros vieses que mostram as relações de força que circundam as relações de gênero.

Quando restaram na casa apenas Raimundo Caetano, a avó Raquel, Tereza Araújo e os dois rapazes Esaú e Jacó, ela entrou em decadência, ameaçando ruir sobre os donos. Os filhos, netos, bisnetos, parentes e agregados retornavam apenas nas festas do padroeiro, aniversários e férias. Os avós já não sobreviviam dos plantios e dos rebanhos. O principal sustento provinha de um fabrico de redes artesanais, empregando mulheres na manufatura de punhos, cordões, varandas de crochê e bordados. Os quartos de dormir, as salas de estar e os terraços da casa foram ocupados por máquinas de costura e fiação. As mulheres romperam as prisões simbólicas, saíram para o mundo, quebraram as paredes de gineceu e as portas que as isolavam no claustro sombrio. Os tempos eram outros, homens e mulheres se ocupavam dos mesmos afazeres, invertia-se a antiga ordem patriarcal. (BRITO, 2008, p. 60)

Antigos costumes masculinos cedem lugar à inserção da presença feminina, e cedem lugar também à interferência de aparelhos novos, de outros instrumentos que reconfiguram modos de trabalho e de vivência que gradativamente vão sendo substituídos ou remodelados.

Duas mulheres tangem o gado numa motocicleta. A mesma cena que vi antes agora me parece graciosa. O poder masculino cede lugar ao feminino. Antônio buzina, aceno com a mão, elas também buzina e sorriem para mim. São bonitas. O que pensam dos homens? Com certeza já não se escondem na cozinha e nos quartos da casa, atravessam as salas, ganham os terreiros, as ruas, as cidades. (BRITO, 2008, p. 227)

Em suma, através das cenas escolhidas para a construção de um Nordeste contemporâneo, a narrativa evidencia os multicontextos que o compõem e que formam uma narrativa plural acerca da região e de uma narrativa nacional igualmente multifacetada. Em outros termos, desmistifica a existência de uma forma única de ver o sertão, mas principalmente reverte o mito da narrativa nacional homogênea, uma vez que

A reflexão atual sobre a identidade e a cidadania precisa situar-se com relação a vários suportes culturais, e não só com o folclore ou a discursividade política, como ocorreu nos nacionalismos do século XIX e princípios do XX. Deve-se levar em conta a diversidade de repertórios artísticos e de meios de comunicação que contribuem na reelaboração das identidades. Por isso mesmo, seu estudo não pode ser tarefa de uma única disciplina (a antropologia ou a sociologia política), mas de um trabalho transdisciplinar, em que intervenham especialistas em comunicação, semiólogos, urbanistas, e onde seria útil que participassem outros experts como os economistas e os biólogos, que se ocupam de cenários decisivos para a recomposição atual das identidades. (CANCLINI, 2005, p. 148-149)

O texto, ao mesmo tempo em que mostra como esse sertão encontra-se profundamente modificado por transformações em uma escala maior, demonstra a impossibilidade de apagamento das diferenças locais, das peculiaridades regionais. Faz isso problematizando os impasses do estado atual da globalização e de seu caráter predominantemente perverso e a atuação da cultura popular dentro desse contexto que extrapola as fronteiras regionais e nacionais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como pudemos observar ao longo deste trabalho, em se tratando do Nordeste brasileiro, uma teia de discursos históricos, políticos, sociológicos e artísticos foram formatando e conferindo sentido à região ao longo do século XX. É a partir de meados da década de 1920 que as “falas” sobre a região se intensificam. Os primeiros discursos a distinguirem de modo mais incisivo o Nordeste do restante da região Norte começam, segundo Albuquerque Jr., a ser produzidos a partir de meados da década de 1920. Esta é a data estabelecida para a “emergência” da região. Na década seguinte, os chamados “romances regionalistas de 30” se tornariam importantes meios para a construção do Nordeste. As imagens que aí se formaram foram sendo difundidas nas décadas posteriores, de modo contundente: na música, com o advento do rádio; mais tarde no cinema, tendo seu auge na década de 60 com Cinema Novo e, concomitantemente, em discursos históricos e políticos.

Das imagens recorrentes – a miséria, o cangaço, a seca, o messianismo, o coronelismo –, a migração é uma que mereceu destaque. Geralmente associada à questão da seca, esteve também aliada à questão racial que tomava como base, durante o século XIX, as teorias sobre a inferioridade da miscigenação. Nesse ínterim, o discurso da seca é, talvez, o mais forte e convincente argumento para a decadência do Nordeste e para a consequente migração. A natureza mais uma vez assume a dianteira das discussões. O fatalismo acompanha esse movimento, e para o “nordestino” parece não haver saída. O destino está envolto pela tragicidade.

Esse Nordeste vai sendo fundado através da seleção de um conjunto de imagens que se colam ao imaginário nacional e passam a representar seus habitantes. Como toda seleção implica necessariamente em inclusão e exclusão, o produto desse processo é a tentativa de apagamento da multiplicidade de relatos possíveis. A difusão e apropriação de tais imagens convertem-se em sentimentos de pertença, que associados à ideia de uma identidade una e coesa, acabam por descambar em sua naturalização.

A consciência da identidade ganha um poder adicional a partir da ideia de que ela não é o produto final da “audácia” de algum homem grandioso, mas o resultado de uma experiência compartilhada, enraizada e vinculada em especial a lugar, localização e mutualidade. (GILROY, 2007, p. 126)

Entender a região dentro dessa articulação de “dizeres”, propósitos, projetos e sentimentos, muitas vezes desconexos, foi o ponto de partida para o estudo de representações

de um Nordeste contemporâneo. Não se objetivou afirmar que muitos desses ícones sobre a região não sejam encontráveis nos muitos municípios, cidades e estados que compõem o Nordeste. Mas há de se compreender que a imagem padrão que se tem acerca desse espaço é quase sempre redutora. Não só desse como de tantos outros espaços. Isso posto, parte-se para a reflexão dessas questões a partir de uma perspectiva desenraizadora, destacando-se os perigos em que pode incorrer um estudo da identidade pautado na submissão de aspectos culturais à delimitação territorial e no desprezo do fato de que

A ideia de identidade coletiva emergiu como um objeto do pensamento político ainda que seu aparecimento sinalize uma triste situação onde as regras características que definem a cultura política moderna são conscientemente postas em favor da busca de sentimentos primordiais e de variedades míticas de parentesco que são erroneamente consideradas mais profundas. (GILROY, 2007, p. 132)

É justamente essa associação que, no caso do Nordeste brasileiro, esteve atuante em sua fundação, transformando-o em um espaço singular dentro da cultura brasileira. Suas fronteiras foram solidificadas juntamente com suas “fronteiras” culturais. A demarcação territorial foi elemento fundamental juntamente com a produção e circulação dos símbolos que elaboraram a região. Discursos engessados que, a partir das demandas contemporâneas referentes ao respeito às várias configurações identitárias, necessitam ser revistos, não para mostrá-los em sua fraqueza, mas em sua força, em sua potência de narrar os indivíduos.

Nesse sentido, *Galiléia* (2008) mostrou-se uma obra bastante lúcida e inovadora tanto no que refere ao modo de escrita e às escolhas formais do autor como, sobretudo, no que diz respeito às várias formas como foi abordada a temática sobre o Nordeste. Para além de apresentar um único viés subversivo sobre a região, o texto põe em evidência a existência de várias vozes acerca desse mesmo objeto. Vozes estas que quase sempre se desalinham, entram em confronto. E é dessa riqueza de caminhos e desses choques que surgem as possibilidades de releituras de um espaço que comumente figura em representações como “mais do mesmo”. Traça esses caminhos sem descambar na obrigação de escolha do que se quer ser e onde se quer estar, se completamente dentro ou fora dessas fronteiras. Como bem afirma Manuel Rui, em *Correntes da Escrita – Painel Literatura e Identidade* (2002, p. 2),

É preciso respeitar o direito à identidade plural. [...] E não se trata do tal ser dividido, repartido entre dois mundos, mas do ser assumido na virtude da inocência lúcida comungando dos dois mundos, diferença sobre as diferenças entre duas identidades de aparente conflito.

A leitura do romance de Ronaldo Correia de Brito proporciona pensar a “identidade nordestina”, levando-se em conta, primeiramente, a ruptura de seu ligamento incondicional com o espaço físico e, posteriormente, as interconexões culturais. Nele, a viagem representa a transição e a auto aceitação do indivíduo enquanto conector, diluidor de fronteira e agregador de culturas, repensando-as em termos de multiplicidade, de pluralidade e de contatos. A natureza fatídica não é mais o elemento impulsionador do caminho, da mudança, mesmo que o céu puramente azul e o sol tórrido ainda componham a paisagem de cinema épico, como descreve Adonias, e apareçam integrando o mosaico da região, imagem que costuma funcionar como uma espécie de prólogo de obras que pretendem “retratar” o Nordeste. *Galiléia* (2008) apresenta uma confluência de discursos. Símbolos cristalizados se entrelaçam com situações e demandas outras. Nesse sentido, os deslocamentos, ao contrário de denotarem o aniquilamento das identidades, permitem novos meios de se conceber essa “nordestinidade”.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Uma leitura etnográfica do Brasil sertanejo. In. SERPA, Angelo. *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008.

AMARAL, Ananda Teixeira do. *De onde vem o baião: estudo sobre a construção da imagem de Luiz Gonzaga nos discursos biográfico e acadêmico*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, 2005.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Tradução de Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ANJOS, Moacyr dos. *Local/global: arte em trânsito*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2005.

ÁRIDO Movie. Direção: Lírio Ferreira. Produção de Murilo Salles e Lírio Ferreira. Brasil, 2006. 1 DVD.

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. Tradução de Aurora Bernadini. São Paulo: Hucitec, 1988.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Tradução de Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renata Gonçalves. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BÍBLIA SAGRADA. Nova versão internacional. Sociedade Bíblica Internacional. São Paulo: Editora Vida, 2007.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRITO, Ronaldo Correia. *Galiléia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

BUENO, Luís. *Uma história do Romance de 30*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

CAMINHO das Nuvens. Direção: Vicente Amorin. Produção de Lucy e Luiz Carlos Barreto. Brasil, 2003. 1 DVD.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos*. 5. ed. Tradução de Maurício Santana Dias. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CANCLINI, Nestor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloísa P. Cintrão. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

CANDIDO, Antonio. Literatura e subdesenvolvimento. In. CANDIDO, Antonio. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989. Versão digitoscrita, disponível em <www.ufrgs.br/cdrom/candido/candido.pdf>. Acesso em novembro de 2011.

CANO, Wilson. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1981. (Biblioteca Básica de Ciências Sociais. Série Estudos Brasileiros, v. 7)

CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

COSTA, Liduina Farias da. O Nordeste como problema. Revisitando a questão. In. COSTA, Liduina Farias da. *O sertão não virou mar*. Nordeste, globalização e imagem pública na nova elite cearense. São Paulo: Na nablume; Universidade Estadual do Ceará, 2005.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

CUNHA, Euclides da. *Os sertões: campanha de Canudos*. 21. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000 [1902].

FONTES, Amando. *Os Corumbas*. Rio de Janeiro: Editora Olympio, 1988.

FONTES, Amando. *Rua do Siriri*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1968.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In. DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. *Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo da hermenêutica*. 2. ed.

Tradução de Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
Versão digitoscrita, disponível em
<planetaadm.cariri.ufc.br/index.php?option=com_docman> Acesso em novembro de 2011.

FOUCAULT, Michel. *Resumo dos cursos de Collège de France (1970-1982)*. Tradução Andréa Daher e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Manifesto regionalista*. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996.
Versão digito-escrita, disponível em <www.ufrgs.br/cdrom/freyre/freyre.pdf>. Acesso em setembro de 2011.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 7. ed. São Paulo: Global, 2004.

GALVÃO, Patrícia. *Parque Industrial*. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto; São Paulo EDUFSCar, 1994.

GALVÃO, Walnice Nogueira. Os sertões: paisagens com figuras. In. ROCHA, João Cezar de Castro. *Nenhum Brasil existe*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

GILROY, Paul. Identidade, pertencimento e a crítica da similitude pura. In. GILROY, Paul. *Entre campos: nações, culturas e o fascínio da raça*. Tradução de Célia Maria Marinho de Azevedo. São Paulo: Annablume, 2007.

GUERRA de Canudos. Direção: Sérgio Resende. Produção de Sérgio Resende e Paulo Halm. Brasil, 1997. 1 DVD.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomáz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

HALL, Stuart. *Da diáspora : identidades e mediações culturais*. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALL, Stuart. *Identidade Cultural e Diáspora*. Tradução de Regina Helena Fróes e Leonardo Fróes. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. n 24, 1996.

HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBBSAWN, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Tradução de Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 5. ed. São Paulo: editora Paz e Terra, 2008.

HUTCHEON, Linda. Metaficção historiográfica: “o passatempo do tempo passado”. In. HUTCHEON, Linda. *Poética do Pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rido de Janeiro: Imago Editora, 1991.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <<http://www.ibge.gov.br/home>>.

ISER, Wolfgang. Os atos de fingir ou o que é fictício no texto ficcional. In. LIMA, Luís Costa (Org). *A teoria da literatura em suas fontes*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

LEITE, Sidney Ferreira. *Cinema brasileiro: das origens à Retomada*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. 6. ed. Tradução de Ronald Polito e Sérgio Alcides. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

MATA, Inocência. *Even Crusoe needs a friday: os limites dos sentidos da dicotomia universal/local nas literaturas africanas*. Gragoatá: Niterói, 2005.

MELO, José Inácio Vieira de. *A terceira romaria*. Salvador: Aboio Livre Edições, 2005.

MONTEIRO, Manuel Rui. *Correntes D'Escritas Painel Literatura e Identidade*. Póvoa: fev 2002.

MONTEIRO, Manuel Rui. *S. Salvador da Bahia*. Apresentado no Seminário África-Bahia: interlocuções, literaturas e trocas culturais. Salvador: 03-05 nov 2003.

O AUTO da compadecida. Direção: Guel Arraes. Produção de Adriana Falcão. Brasil, 2000. 2 DVDs

O CÉU de Suely. Direção: Karim Ainouz. Produção de Walter Salles. Brasil, 2006. 1 DVD

O HOMEM que desafiou o Diabo. Direção: Moacyr Góes. Produção de Fábio Barreto. Brasil, 2007. 1 DVD

ORLANDI, Eni Pucelli. *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas: Pontes, 2003.

ORTIZ, Renato. *Um outro território: ensaios sobre a mundialização*. São Paulo: Olho d'água, 1996.

PESAVENTO, Sandra. Contribuição da História e da Literatura para a construção do cidadão: a abordagem da identidade nacional. In. LEENHARDT, Jacques. PESAVENTO, Sandra. (Orgs.). *Discurso histórico e narrativa literária*. Editora da Unicamp: Campinas, 1998.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992. Versão digitoscrita, disponível em <http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso em outubro de 2011.

QUEIROZ, Rachel de. *O quinze*. 90. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.

RAMOS, Graciliano. *Vidas secas*. 105. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

RESENDE, Beatriz. *Contemporâneos: expressões da literatura brasileira no século XXI*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2008.

RICOUER, Paul. O esquecimento. In. RICOUER, Paul. *A Memória, a história, o esquecimento*. Tradução de Alain François. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Maria de Fátima Ferreira. Imaginários e territórios: representações da natureza e natureza das representações no romance O sertanejo de José de Alencar. In. SERPA, Angelo. *Espaços culturais: vivências, imaginações e representações*. Salvador: EDUFBA, 2008.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

SCHOLLHAMMER, Karl Erik. *Ficção brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VIDAL, Francisco Carlos Baqueiro. *Nordeste do Brasil - atualidade de uma velha questão: vicissitudes da teoria do subdesenvolvimento regional no contexto do capitalismo contemporâneo*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Bahia, Núcleo de Pós-Graduação em Administração, 2001.